

O movimento operário portuense no final da Monarquia Constitucional (1909-1910)

Eduardo Peixoto Zenhas

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em História Contemporânea, orientada
pelo Professor Doutor Gaspar Martins Pereira

Membros do Júri

Professor Doutor Jorge Fernandes Alves
Faculdade de Letras - Universidade do Porto

Professora Doutora Conceição Meireles Pereira
Faculdade Letras - Universidade do Porto

Professor Doutor Gaspar Martins Pereira
Faculdade de Letras - Universidade do Porto

Classificação obtida: 17 valores

Eduardo Peixoto Zenhas

**O movimento operário portuense no final da Monarquia
Constitucional (1909-1910)**

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em História Contemporânea, orientada
pelo Professor Doutor Gaspar Martins Pereira.

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

2015

Agradecimentos

Ao Professor Doutor Gaspar Martins Pereira pela disponibilidade, aconselhamento e partilha de conhecimento que em muito enriqueceram o presente trabalho.

Á minha família, em especial, aos meus pais, irmã e tia Margarida, pelo apoio e carinho.

Aos meus amigos e amigas pelo incansável companheirismo.

Índice

Resumo	4
Abstract.....	5
Introdução.....	6
Capítulo 1. O estudo do operariado em Portugal	9
Capítulo 2. A questão do operariado na viragem para o século XX	16
2.1.Os últimos anos da Monarquia Constitucional: o contexto de uma queda anunciada.....	16
2.2. A Inquirição pelas associações de classe à situação do operariado	22
Capítulo 3. Trabalho e condições de vida no final da Monarquia Constitucional.....	29
3.1. As associações de classe e o mundo laboral portuense	29
3.2 O quotidiano laboral do operariado portuense	40
3.3. Formas de solidariedade operárias	47
Capítulo 4. O mundo associativo portuense	59
4.1. Da Formosa a Lavadouros: a ruptura federalista.....	59
4.2. Manifestações Operárias.....	70
4.3. A caminho da República: o definir de estratégias e acções.....	83
Considerações finais	92
Fontes e Bibliografia	97
Fontes	97
Bibliografia.....	98
ANEXOS	102

Resumo

Em Outubro de 1910 foi implantada a República. A sociedade portuguesa dos últimos anos da Monarquia Constitucional foi marcada por um período de grandes convulsões. O mundo associativo operário não foi excepção. Num último esforço para poupar o seu reinado de eminente golpe republicano, D. Manuel II tentou alargar o diálogo político às camadas trabalhadoras recorrendo a questionários como a *Inquirição pelas Associações de Classe à situação do operariado*, realizado em 1909.

Este período também foi assinalado pela radicalização das formas de luta do operariado com a chegada das teses sindicalistas-revolucionárias desenvolvidas em França pela *Confédération Générale du Travail* (CGT) a partir do final do século XIX. No seio do movimento operário a inclusão destas ideias não foi pacífica, provocando intensos debates com as teses vigentes até então. Esta confrontação alterou as feições ideológicas e organizativas do mundo associativo operário.

Este trabalho pretende estudar todas estas dimensões nas concepções laborais e associativas da cidade do Porto nos anos de 1909 e 1910. Assim, tentaremos perceber que forma este período afectou o quotidiano laboral do operariado portuense, bem como moldou as suas instituições e organizações.

Palavras-chave: Associativismo Operário; Socialismo; Sindicalismo Revolucionário; Inquirição; Porto.

Abstract

In October of 1910 the Republic was born. The last years of Constitutional Monarchy were characterised by an extreme social upheaval. The working class world was no exception. In a last effort to secure his reign from the eminent republican coup, D. Manuel II tried to widen the political dialogue with the proletariat, using inquiries like the *Inquirição pelas Associações de Classe à situação do operariado* in 1909.

This period was also marked by the radicalization of the working-class protest forms, inspired on the Revolutionary Unionism developed by the *Confédération Générale du Travail* (CGT) in the late XIX century. In the bosom of the labour movement, the inclusion of such ideals was not unanimous. This confrontation changed the ideological and organizational makings of the working-class associativism.

This work aims to study all of these dimensions on the labour and associativism conceptions in Oporto between the years of 1909 and 1910. We will try to understand how this period affected the labour world and shaped the working-class associativism institutions and organizations.

Keywords: Working Class; Socialism; Revolutionary Unionism; Inquire; Porto.

Introdução

O presente trabalho tem como objectivo o estudo das associações de classe, no final da Monarquia, entre os anos de 1909 e 1910, na cidade do Porto. Partindo do pressuposto de que o estudo do movimento operário parte da problematização de um conjunto de fórmulas de mobilização colectiva com carácter internacionalista em articulação com as diferentes características nos locais onde a Revolução Industrial teve efeito, torna-se capital a necessidade de reforçar o enfoque regional no desenvolvimento do associativismo operário português. Caracterizar o operariado português nestes dois anos representa o término e a charneira de uma nova fase de organização do operariado português, fruto de um complexo processo que teve início em meados do século XIX. Apesar do curto espaço temporal, foram dois anos de grande actividade política e o associativismo operário não foi excepção.

As razões desta cronologia prenderam-se com os seguintes aspectos factuais: a realização da *Inquirição pelas Associações de Classe à situação do operariado*, em 1909, inserida num contexto de pacificação social, levado a cabo por D. Manuel II, e o malogro desta política com a implantação da República, em 1910. A fonte principal a utilizar será a *Inquirição ao Operariado pelas Associações de Classe*, que foi o primeiro trabalho realizado em Portugal com o objectivo de conhecer a realidade dos trabalhadores e das associações de classe portuguesas. Os mais variados aspectos inerentes à condição do operariado foram abordados pela *Inquirição*, como incluem os problemas industriais que afectavam as mais diversas classes, o quotidiano laboral, as condições de vida do operariado e o associativismo de classe, constituindo assim a fonte mais completa e diversificada para a compreensão das questões ligadas a este assunto.

Apesar de a *Inquirição* ser a principal fonte para o estudo do operariado português no período anterior à República, apresenta algumas limitações. Por um lado, algumas associações de classe, especialmente as mais radicais, não responderam, parcial ou integralmente a este questionário. Por outro lado, também se verificaram casos de algumas associações terem respondido sem qualquer preocupação de apresentar os principais problemas relativos ao trabalho no seu sector. Posto este problema, revelar-se-á fundamental o recurso a outras fontes que complementem estas carências, a serem apresentadas de seguida.

Acreditando que os aspectos narrativos têm uma componente fundamental na construção de qualquer movimento social, será aproveitado o manancial hemerográfico produzido neste período. Como tal, a escolha destas fontes foi delineada de forma a abarcar as principais ideologias que influenciaram o operariado deste período: o socialismo, o sindicalismo revolucionário e o republicanismo entre os anos de 1909 e 1910.

Deste arrolamento conta-se *A Voz do Povo*, o mais importante porta-voz do socialismo na cidade do Porto, que nos oferece uma perspectiva mais generalista relativa às organizações socialistas, como a Federação Geral do Trabalho (FGT) ou as resoluções do Congresso Nacional Operário, realizado em 1909. Na vertente libertária, foram utilizados os seguintes periódicos: *A Vida*, que descontinuou a sua publicação em meados de 1910 e passou a publicar-se como *A Aurora*. Para dar uma perspectiva republicana do operariado, serão utilizados os periódicos *A Voz Pública* que também interrompeu a sua publicação em Outubro de 1909 e passou depois sob o nome de *A Pátria*, fundado no mesmo ano. De forma a respeitar os tempos propostos para o trabalho, nenhum periódico monárquico foi consultado.

Para os aspectos ligados aos problemas específicos de cada classe foram utilizados periódicos como *O Construtor Civil*, órgão oficial dos construtores civis, e *A Voz do Proletário*, pertencente à classe dos tabaqueiros, ambos de vertente socialista. Para questões sindicalistas revolucionárias, foram seleccionados os seguintes periódicos: *O Sapateiro*, *O Barbeiro do Norte*, *O Nova Luta* e *A Defesa Operária*. Assente nas perspectivas oferecidas pelas fontes referidas, o argumento deste trabalho passará por três pontos de análise, na esteira do que E. P. Thompson apresentou, tentando abordar os vários conceitos relativos às experiências do operariado. Como tal, o primeiro capítulo passará por uma apresentação genérica das características políticas, económicas e sociais dos principais intervenientes deste estudo e da influência que tiveram na ordenação da *Inquirição* por D. Manuel II.

A segunda parte deste trabalho tratará de apresentar as associações de classe e a sua relação com o mundo laboral portuense nas suas mais diversas vertentes. Abordar-se-ão os fenómenos económicos e a influência que estes tiveram na organização do trabalho e das associações de classe, como o horário de trabalho, os salários, a sazonalidade e divisão do trabalho bem como os diferentes tipos de regime de trabalho. Também será feita uma abordagem às características quotidianas da vida laboral do operariado portuense, tentando determinar as condições de segurança e higiene nas oficinas e analisar o problema dos acidentes de trabalho, doenças profissionais. Neste ponto será abordado o papel dos menores e das mulheres no mundo laboral portuense, tendo em conta as leis laborais aplicadas durante os finais do século XIX.

O ponto de vista extra-laboral do quotidiano laboral das camadas laboriosas também será tratado. Esta questão estará sustentada na apresentação das condições de vida do operariado em questões como as subsistências, habitação e as organizações de solidariedade operária; as caixas de socórros mútuos, o mutualismo e o cooperativismo.

A última parte deste trabalho será dedicada às feições orgânicas das associações de classe. O principal ponto de análise estará assente nas experiências federalistas portuenses. Este

estará substanciado na crise política que abalou a Federação Geral do Trabalho e no ressurgimento de outras formas de acção federativa ligadas ao sindicalismo revolucionário e ao republicanismo acrata, na figura da União Geral do Trabalho (UGT). Será apresentado também o papel das principais instituições que serviram de veículos de difusão ideológica nesta cidade, a Casa do Povo Portuense e o Centro de Estudos Sociais.

No capítulo da acção reivindicativa, será examinado o aumento da actividade grevista que teve lugar nesta cidade nos dois anos que antecederam a instauração da República. A partir deste ponto exploraremos também outros elementos ligados a esta forma de acção, sustentados em conceitos como as formas de solidariedade com outras associações de classe, nacionais e internacionais.

Outro tipo de manifestação pública do operariado foi o 1º de Maio. Assim, esta data servirá como ponto de exame às questões rituais e rememorativas do operariado portuense. Os debates em torno desta celebração constituem um excelente indicador das clivagens entre as diversas correntes ideológicas do associativismo de classe, demonstradas, por exemplo, na discussão entre socialistas e anarquistas em torno da forma de como deveria ser encarada esta data.

Por último serão apresentadas as sinergias e incompatibilidades das mais diversas forças políticas perante a República. Para este efeito apresentaremos casos de manifestações públicas que tiveram lugar na cidade do Porto, resultantes da cooperação de todos os quadrantes políticos, sob a tutela da propaganda republicana. Também serão abordadas as últimas eleições municipais antes da queda da Monarquia.

Capítulo 1. O estudo do operariado em Portugal

A produção historiográfica em Portugal sobre o operariado só conheceu um relativo desenvolvimento a partir dos finais da década de setenta do século XX. Este facto deveu-se em grande parte aos longos anos em que o Estado Novo condicionou o estudo do movimento operário. Assim, os primeiros trabalhos sobre este grupo social tiveram o seu primeiro impulso de elementos vindos directamente do movimento operário, durante o período anterior à implantação do Estado Novo. Esta primeira vaga de estudos contou com o contributo de elementos históricos do sindicalismo português, como Manuel Joaquim de Sousa, um dos fundadores da CGT Alexandre Vieira, fundador do periódico anarquista *A Batalha* e César Nogueira histórico socialista. Contudo, apesar da sua importância historiográfica, estes trabalhos devem ser abordados com alguma cautela, já que a abordagem crítica, muitas vezes deu lugar a uma abordagem apologética e panfletária.

A historiografia sobre o movimento operário só conheceu uma nova profusão na segunda parte dos anos setenta. O estudo do operariado teve o impulso do Instituto de Ciências Sociais e de publicações como o *Boletim de Estudos Operários* na década de oitenta. Esta vaga foi animada pelo desenvolvimento dos estudos na área da História Social publicados pela revista inglesa *Past and Present*, fundada na década de cinquenta. Desta publicação destacaram-se historiadores marxistas como E. P. Thompson e Eric Hobsbawm. A obra de E. P. Thompson, *The Making of the British Working Class*, é talvez a obra que mais influenciou os estudiosos do mundo operário até aos dias de hoje. Também Eric Hobsbawm desempenhou um papel fundamental com a sua compilação de estudos denominada *Mundos do Trabalho*.

Em 1977, Manuel Villaverde Cabral, inspirado pelos estudos de Mário Tronti, estudou o operariado português nas vésperas da República. Sobre as dinâmicas regionais e concepções do trabalho da cidade do Porto são-lhe atribuídas muitas das características relativas à região noroeste do país. A sua proposta parte do princípio que a indústria da cidade do Porto viveu numa constante dialéctica entre o mundo rural e o mundo urbano¹. Assim, o trabalho industrial resultou num complemento do trabalho agrícola, sendo que, as crises de produção industrial não afectaram em maior escala o operariado português, dado o facto que estes poderiam recorrer a outras formas de subsistência na esfera agrícola².

¹ CABRAL, Manuel Villaverde, 1977 — *O operariado nas vésperas da República: 1909-1910 seguido de extractos da inquirição pelas associações de classe à situação do operariado*. Lisboa: Editorial Presença.

² CABRAL, 1977: 120.

As formas de subsistência das famílias operárias ligadas à indústria têxtil foram tratadas por Gaspar Martins Pereira³. Neste trabalho são abordadas as questões da habitação e da organização do sistema de produção doméstica como actividade complementar da produção industrial portuguesa. As suas condições de alojamento eram determinadas pelo limite físico das habitações, estando limitadas pela família conjugal, contudo, este facto veio desenvolver outro tipo de relações que irão marcar a convivência nas ilhas por redes de vicinalidade fundamentadas pelo parentesco, com redes de solidariedade e cumplicidade intensas⁴. Verificava-se o caso de nestas pequenas habitações, com geralmente apenas um compartimento, funcionar como local de trabalho, em regime de *sweating system* de produção familiar, conferindo às famílias um carácter de unidade produtiva⁵.

Os problemas da destruição das “aristocracias” do operariado foram-nos apresentados por Maria Filomena Mónica⁶. Esta autora utilizou o caso dos chapeleiros para ilustrar a progressiva perda de influência das aristocracias operárias verificada no mundo industrial, numa nova lógica baseada na liberalização do mercado de trabalho. Para este efeito deu-se um conjunto de mudanças paulatinas que passaram pela introdução do trabalho feminino nas fábricas e a mecanização da indústria como forma de embaratecer a mão-de-obra e destruir as resistências dos grupos profissionais de organização corporativa, vindos desde os tempos pré-industriais. Estas alterações traduziram-se na hostilização de um grupo que viu perder o seu estatuto e influência, nomeadamente no controlo sobre o aprendizado nas fábricas.

O sociólogo João Freire aborda a questão da mecanização da indústria como um processo ambíguo⁷. Este autor refere que apesar de a mecanização da indústria ter desempenhado o seu papel de embaratecimento da mão-de-obra e da matéria-prima, assim como de menor esforço físico empreendido no trabalho, também teve efeitos negativos com a diminuição dos salários que baixaram significativamente o poder de compra do operariado. Para além dos problemas referidos, este processo também teve consequências na diminuição do conhecimento artesanal do operariado⁸.

No que diz respeito à forma e ao conteúdo das reivindicações operárias, no período em estudo, parece existir unanimidade que estas foram em grande parte catalisadas pela questão dos

³ PEREIRA, Gaspar Martins, 1995 — *Famílias portuguesas na viragem do século (1880-1910)*. Porto: Edições Afrontamento.

⁴ PEREIRA, 1995; 134. De resto como foi afirmado em outros trabalhos, uma das características para a mobilização grevista estava na dinamização das relações estabelecidas a partir deste conceito (ver PEREIRA;CASTRO, 1995: p.203-212).

⁵ PEREIRA, 1995: 266.

⁶ MÓNICA, Maria Filomena, 1979 — “Uma aristocracia operária: Os chapeleiros (1870-1914)”. Lisboa: *Análise Social*. Vol.XV (60). p. 859-945.

⁷ FREIRE, João, 1992 — *Anarquistas e Operários; Ideologia, ofício e práticas sociais. O anarquismo e o operariado em Portugal 1900 -1940*. Porto: Afrontamento.

⁸ FREIRE, 1992: 176.

salários e pelo problema do horário trabalho. Através de uma ponderação dos diversos salários das camadas trabalhadoras, Manuel Villaverde Cabral afirma que a grande massa de reivindicação do operariado se encontrava no grupo de trabalhadores a auferir salários intermédios. Este grupo estava situado entre as aristocracias do sector químico, transportes marítimos e tabaco e o operariado super explorado da indústria têxtil, vestuário, construção civil, madeiras, cortiça, mobiliário e artes gráficas, mantidos numa situação de *bread-line*.

Partilhando das ideias propostas no trabalho de Manuel Villaverde Cabral, outros autores, como Carlos da Fonseca, afirmam que na região do Porto existiu uma menor agitação operária devido ao facto de o operariado português, ao contrário do que acontecia no sul do país, possuir sempre uma forma de subsistência no mundo rural durante as crises de produção⁹. Este autor destaca, ainda, que a capacidade de mobilização para as greves esteve mais ligado ao factor económico do que social, sendo que o primeiro era fundamental para a manutenção da vida do operariado durante o período de paralisação¹⁰.

Sobre as concepções doutrinárias do associativismo de classe no início do século XX, vários autores são consensuais na tese que diz respeito à crescente perda de influência dos socialistas no mundo político português. A este fenómeno está associada a consequente mudança de tática das associações de classe para a *acção directa*, baseada na radicalização da luta do Trabalho contra o Capital, todavia, neste capítulo, nem as cronologias nem os conceitos inerentes a este processo parecem ser partilhados de forma unânime.

Maria Filomena Mónica afirma que¹¹ o Partido Socialista Português (PSP) foi um partido que ao longo do início século XX foi perdendo influência nos meios operários. As razões da sua decadência deveram-se em grande parte às constantes lutas internas que sabotaram a sua acção e a dividiram em duas grandes linhas de acção: os socialistas marxistas, que eram compostos pela ala liderada por Azedo Gneco e pela ala possibilista, liderada por Luís Figueiredo.

Seguindo este fio de raciocínio, Carlos da Fonseca associa a decrescente influência dos socialistas no meio operário, ao não aproveitarem o desgaste paulatino do regime monárquico a partir de 1890. Com o quotidiano do operariado cada vez mais abalado pela carestia de vida, os socialistas encararam com receio a utilização de formas de luta mais acutilantes, nomeadamente, a realização de greves. A reticência destes relativamente à utilização destes métodos foi

⁹ FONSECA, s.d.:32.

¹⁰ FONSECA, Carlos da, s.d. — *Greves e agitações operárias in História do Movimento Operário e das Ideias Socialistas*, vol.4. Mem Martins: Europa-América.

¹¹ MÓNICA, Maria Filomena, 1985 — *O Movimento Socialista em Portugal (1879-1934)*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

justificada em grande parte pelas consequências que estes actos pudessem trazer à manutenção da capacidade de manobra política e financeira das vanguardas operárias.

Manuel Villaverde Cabral aponta o ano de 1903 como o momento de viragem das formas de contestação do operariado português, salientando-se acontecimentos, como as revoltas da Covilhã e de Coimbra, seguidas da greve dos tecelões no Porto. Nesta sucessão de eventos destaca-se o episódio dos tecelões que cessou o trabalho industrial na cidade do Porto durante três meses, gerando uma significativa onda de solidariedade, bem como o início de um movimento de revoltas organizadas, representando o primeiro caso de *acção directa* em Portugal.

Carlos da Fonseca afirma que, comparativamente com outros países europeus, a actividade grevista em Portugal não teve o mesmo impacto, sendo que o movimento grevista neste país só encontrou semelhanças com o movimento europeu no período compreendido entre 1909 e 1910¹². João Freire coloca o início das grandes agitações operárias entre 1905 e 1910, sendo que o ano de charneira esteve situado em 1908, animado pela generalização da tendência sindicalista revolucionária¹³.

A questão da tendência sindicalista revolucionária, na cidade do Porto, é tratada por Maciel Morais dos Santos, através do estudo da Federação Geral do Trabalho¹⁴. Neste trabalho, o autor apresenta as formas de actuação desta federação, demonstrando as singularidades da organização associativa do Porto. Aludindo à organização associativa nesta cidade, o autor evidencia a homogeneidade política das associações de classe portuenses, que resistiram melhor ao advento do republicanismo e, apesar das suas dificuldades de organização, sempre optaram por formas de luta unitárias, legalistas e organizadas¹⁵. Tal como Carlos da Fonseca já havia afirmado, referindo-se ao receio dos socialistas em utilizarem a greve como elemento chave da reivindicação, os mesmos problemas são apontados por Maciel Morais Santos. O flagelo da fome e o desgaste negocial e financeiro imprimido por este tipo de táticas fez com que a *Federação* optasse por outras formas de luta que não resultassem tão pesadas nas caixas de auxílios¹⁶. Uma das razões referidas pelo autor para este facto deve-se à longa tradição associativa do Porto. De facto, desde o século XIX nesta cidade, deu-se a formação da primeira federação de associações de classe, assim como a formação das primeiras associações inter-profissionais, sendo que, estas associações tiveram uma vida relativamente estável até 1920¹⁷.

¹² FONSECA, s.d.: 60.

¹³ FREIRE, 1990: 121.

¹⁴ SANTOS, 1993 — A Federação Geral do Trabalho e a “acção directa” (1907-1910). *Revista da Faculdade de Letras: História*. Porto: Série II, Vol. 10. Flup, p. 317-332.

¹⁵ SANTOS, 1993: 326.

¹⁶ SANTOS, 1993: 327.

¹⁷ SANTOS, 1993: 326.

Apesar da crescente influência do sindicalismo revolucionário nas associações de classe portuense, tendo estas eleito numerosos delegados na assembleia federal, bem como representado as profissões dos mais diversos ramos, o autor sublinha que as principais associações permaneciam socialistas e que o sindicalismo revolucionário não interferiu no movimento organizado.

O autor conclui, assim, que entre 1907 e 1909, apesar do crescimento do sindicalismo revolucionário na cidade do Porto, as ideias encarnadas pela FGT, preconizadas na *Carta de Amiens* não tiveram uma aplicação prática *tout court*. A longa convivência com os socialistas, fundamentada pelos trinta anos de contacto político, fez com que os sindicalistas adoptassem muitas das suas formas de reivindicação. A tese de Maciel Moraes Santos contraria, deste modo, a rigidez cronológica proposta em alguns trabalhos, assim como a abertura de uma nova perspectiva entre a teoria e a prática da acção sindicalista revolucionária em Portugal¹⁸.

Joana Dias Pereira defende que no período anterior à implantação da República existiu uma economia e uma sociedade favoráveis à implantação do sindicalismo revolucionário, com a crescente participação do operariado nas associações de classe¹⁹, cada vez mais consciencializada por movimentos grevistas como os que tiveram lugar na cidade do Porto em 1903²⁰. A par do que aconteceu em Lisboa com a criação do jornal *A Greve*, no Porto foi criado um Centro e Biblioteca de Estudos Sociais, com a sua publicação *O Libertador*. Estes centros tiveram uma missão fundamental na doutrinação do operariado sobre o sindicalismo revolucionário. A autora afirma também que no norte do país foran os libertários a conduzir as associações de classe para a tática sindicalista²¹. Referindo-se à organização das associações de classe portuenses, a autora refere que em 1909 realizou-se um Congresso Operário nas cidades do Porto e de Lisboa, mas, ao contrário do que se sucedeu na capital, no Porto este congresso deu-se sem grandes problemas, já que nesta cidade não existia nenhum centro político²².

No que diz respeito às organizações que tiveram influência na organização política do operariado portuense, João Freire refere estruturas organizacionais, onde se destacou o Grupo de Propaganda Libertária do Porto, ainda que não tenha conhecido a dimensão dos projectos socialistas, como a Casa do Povo Portuense²³. Também para o conhecimento das instituições determinantes na formação da consciência de classe do operariado portuense, João Freitas,

¹⁸ SANTOS, 1993: 332.

¹⁹ PEREIRA, Joana Dias, 2008 — *Sindicalismo revolucionário. A história de uma “idéa”*. Lisboa: UNL.

²⁰ PEREIRA, 2008: 30.

²¹ PEREIRA, 2008: 36.

²² PEREIRA, 2008: 43.

²³ FREIRE, 1993: 297.

desenvolveu a sua tese de mestrado sobre a *Casa do Povo Portuense* entre os anos de 1900 e 1914²⁴.

João Freire conclui, assim, utilizando o termo comparativo, que este movimento foi mais bem-sucedido no Porto do que em Lisboa. Esta conclusão partiu do fundamento de que, apesar de, em Lisboa se ter dinamizado um elevado número de iniciativas, estas acabaram por se revelar bastante efémeras²⁵.

Como já foi referido em algumas obras, no período que antecedeu a queda da Monarquia, existiram entre as mais diversas correntes de pensamento, cumplicidades e alianças, descritas na obra de António Ventura. Fundamentado na viragem da acção política dos republicanos após o malogrado golpe de 1891, o autor expõe-nos a forma como estes, a partir de 1897, reformularam a sua táctica junto das camadas proletárias. Esta nova táctica republicana surgiu da necessidade de estes ampliarem as suas bases de apoio dentro do operariado. Para esse efeito, iniciou-se um processo para estabelecer contactos com outros grupos ideológicos, quer socialistas, quer anarquistas. Surgiu, então, uma nova corrente dentro do operariado, denominada de intervencionista. O cimento aglutinador desta forma de acção era o anti-clericalismo, assim como a tese de que a República seria um passo necessário para a transformação social.

Para o caso lisboeta, como já havia assinalado Maria Filomena Mónica, existia uma maior ligação entre o operariado e a pequena burguesia ao ideal republicano, que nas vésperas da queda da Monarquia já contava com uma assinalável adesão, dadas as características sociais desta cidade. Contando com um maior número de literatos, as camadas trabalhadoras que tinham saído recentemente dos campos e um assinalável grupo de artesãos imprimiram uma maior intensidade ao envolvimento na vida pública²⁶; deste modo, o operariado lisboeta aderiu com maior facilidade ao republicanismo. Assim, o forte trabalho exercido pela corrente intervencionista teve uma maior influência nos círculos civis, cooperativas e associações de classe dessa cidade. Segundo António Ventura, esta corrente resultou mais das duas grandes vertentes ideológicas, fruto das dissidências finiseculares socialistas, do que do movimento anarquista tradicional, resultando esta, em duas correntes, a anarquista e a socialista possibilista.

Organizações como a Federação Socialista Livre, que teve a sua vida entre 1901 e 1905, exerceram o seu raio de influência em regiões como Lisboa e arredores, na Madeira e até no Rio de Janeiro, com a influência de Neno Vasco, mas, no norte, mais especificamente no Porto, não

²⁴ FREITAS, João, 2014 — *A Casa do Povo Portuense (1900-1914)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. (Tese de Mestrado).

²⁵ FREIRE, 1990: 298.

²⁶ MÓNICA, 1985: 93.

tiveram qualquer tipo de aceitação, devido à sua tradição libertária purista, segundo sugere o autor²⁷.

Deste trabalho, destacam-se elementos fundamentais para a compreensão do intervencionismo, como Heliodoro Salgado. Com um passado socialista, Heliodoro Salgado foi um dos colaboradores em jornais portugueses, nomeadamente, *O Operário*. Depois de ter começado a militar no campo republicano manteve contactos regulares com jornais socialistas, republicanos e operários, destacando-se como um grande teórico do anti-clericalismo e do intervencionismo. As suas intervenções foram bastante críticas para com os purismos partidários. De facto, era contra a hesitação de uma acção convergente dos partidos no ataque à Monarquia. Em 1904, apesar de manter a sua colaboração em jornais lisboetas, deslocou-se para o Porto com o intuito de dirigir os periódicos *O Alarme* e, mais tarde, *O Despertar*²⁸.

Carlos da Fonseca debruçou-se sobre o estudo do 1º de Maio em Portugal de 1890 a 1990, sistematizando a realização deste evento. Como tal, o 1º de Maio assumiu-se como a principal data dos trabalhadores portugueses, enraizando-se na sua cultura ao longo das décadas seguintes. Desta forma, esta comemoração foi alvo de grandes discussões, tendo provocado grandes debates no seio do Partido Socialista e, mais tarde, com os sindicalistas revolucionários²⁹.

O 1º de Maio tinha maior adesão nos pólos industriais. Em Lisboa era comemorado de forma festiva com carros alegóricos, bandas filarmónicas e a fusão das tradições folclóricas inerentes à vida rural, na qual o mês de Maio simbolizava a esperança de uma vida nova, facto este que, segundo o autor, era utilizado pelos socialistas de forma ilusória, para atrair as massas com a simbologia do trabalho, o culto dos mortos e a sacralização dos trabalhadores.

No caso português, o autor afirma que, no final do século XIX, existia uma maior consistência, sendo os líderes menos petulantes e ambiciosos, com uma ética diferente de encarar a militância, contrariamente às associações congéneres lisboetas³⁰. Em 1899, no Porto, participaram no desfile das comemorações do 1º de Maio 30.000 pessoas. Assistiram ao comício cerca de 50.000 pessoas, mostrando a força e a organização que esta celebração teve no seio da comunidade operária portuguesa. Os cortejos do 1º de Maio português privilegiaram os cenários de cariz realista. Eram levadas a cabo encenações do quotidiano e da miséria em que vivia o operariado português³¹. O autor refere ainda que, com a decadência política dos socialistas, os anos seguintes desta celebração não tiveram a adesão de 1899.

²⁷ VENTURA, 2000: 144.

²⁸ VENTURA, 2000: 155.

²⁹ FONSECA, 1990: 46.

³⁰ FONSECA, 1990: 49.

³¹ FONSECA, 1990: 50.

Capítulo 2. A questão do operariado na viragem para o século XX

2.1. Os últimos anos da Monarquia Constitucional: o contexto de uma queda anunciada

Os últimos anos da Monarquia Constitucional foram marcados por um período de extremas convulsões políticas e sociais. A vertigem dos acontecimentos que se seguiram ao dobrar do século obrigou os governos a ponderar novas formas de interacção com uma classe social, o operariado. A sociedade portuguesa finisecular viu as suas estruturas serem largamente afectadas a partir da crise de 1892. As condições de vida da população portuguesa foram amplamente abaladas. A indústria portuguesa, apesar do crescimento de 2,7%, entre os anos de 1870 e de 1914, não conseguiu fazer face ao aumento do preço de importação de bens intermédios e matérias-primas, ao triplo proteccionismo do trigo, das pautas alfandegárias e à desvalorização da moeda³². Nesta lógica, nos finais do século XIX e nos inícios do século XX, a estrutura demográfica portuguesa sofreu drásticas alterações com o aumento do fluxo emigratório. Este fenómeno deu-se com especial incidência no norte do país, dada a enorme quantidade de população que havia migrado para a cidade e, então, se encontrava sem trabalho³³. Também a *Salamancada*, a queda das remessas dos emigrantes brasileiros e a crise têxtil e dos vinhos afectaram o quotidiano desta cidade.

Assim, no primeiro decénio do século XX, vemos Portugal mergulhado num vasto conjunto de problemas. Deu-se início ao surgimento de novas formas de luta e de reivindicação na sociedade portuguesa, com especial incidência nos grandes centros urbanos, ou seja, Lisboa e Porto. Por um lado, deu-se a radicalização das formas de luta da ala republicana com o aumentar das acções violentas da Carbonária, de que o regicídio de D. Carlos, em 1908, foi o exemplo máximo. Com o desgaste dos principais partidos do arco governamental, ganhou vigor a crescente influência política republicana. A sua retórica e propaganda conseguiram seduzir uma larga franja das camadas burguesas e proletárias dos grandes centros urbanos.

Ante este temor, já em 1901, Hintze Ribeiro tinha manobrado as formas de votação ao diluir o poder de voto das grandes cidades em vastas zonas rurais e ao acabar com os círculos uninominais, transformando-os em 26 círculos plurinominais e aumentando o número de deputados, o que ficou conhecido pela *ignóbil porcaria*.

³² JUSTINO, 1989: 140.

³³ PEREIRA, 2008: 24-28.

Por outro lado, as teses do sindicalismo revolucionário ganharam força no seio do operariado. Este movimento foi desenvolvido em França pela Confederação Geral do Trabalho, e estava enquadrado em situações próprias destas conjunturas de crise. A sua acção estava preconizada nas teses propostas na *Carta de Amiens* em 1906 e tinham na *acção directa* e na autonomia sindicalista, formas privilegiadas de luta. Esta forma de actuação ganhou consistência nas camadas laboriosas em episódios como a greve dos tecelões em 1903, sendo que, até ao final da Monarquia Constitucional, não parou de ganhar adeptos, com a criação de organizações de cariz federalista como a Federação Geral do Trabalho, no Porto, nomeadamente entre 1909 e 1910, e com o aumento da actividade grevista. Como afirmou Emídio Santana sobre as concepções do sindicalismo revolucionário, este consistia nos seguintes fundamentos:

*O sindicalismo como se estruturou em França, partia da união de todos os trabalhadores sem distinção política ou religiosa, como sistema capaz de proceder à expropriação dos meios de produção socializada pelos próprios trabalhadores, criando todos os órgãos necessários. O extraordinário incremento, vitalidade do sindicalismo francês veio influenciar as correntes do nosso movimento operário...*³⁴

Traçando uma retrospectiva dos principais acontecimentos que marcaram o período que antecedeu o último reinado da Monarquia, podemos encontrar em anos como o de 1903, graves sintomas na estrutura social portuguesa. De facto, este ano foi de profunda convulsão em diferentes pontos do país. Acontecimentos de grande contestação que, apesar de terem tido contextos diferentes, representaram bem o estado de ansiedade social que o país sofria. Os principais acontecimentos deram-se primeiro em Coimbra, com a *revolta do grelo*, depois na Covilhã, com a revolta dos lanifícios. As demonstrações de força do operariado nesse ano tiveram o seu auge com a greve dos tecelões, em 1903, no Porto. Este acontecimento pode ser visto como um momento de viragem e consolidação nas formas de contestação do operariado, tanto pela sua duração, cerca de três meses, como pela sua violência. De salientar, ainda, a onda de solidariedade que causou nos mais diversos quadrantes ideológicos, sendo que, para este efeito, o apoio incondicional da imprensa republicana foi fundamental.

Deve ser igualmente referido que esta greve marcou uma nova forma de actuação do aparelho repressivo estatal. Com a complexificação e massificação das formas de protesto que se começaram a registar no país, a opinião pública, através da imprensa, começou a questionar, os violentos métodos policiais e militares na forma de enfrentar as greves e as agitações públicas. Assim, o episódio da greve dos tecelões ficou marcado pela particularidade, sem

³⁴ VIANA, 1975: 12.

efeitos práticos, de a polícia ter recorrido ao uso de mangueiras para dissipar os protestos. Este método experimental e pouco ortodoxo marcou o início da utilização de técnicas não letais no leque de opções das forças da ordem governamentais, ainda que, de forma pouco incisiva, já que o recurso às antigas técnicas prevaleceu³⁵.

Enquadrado nos problemas que assolavam o país, também assistimos a outro tipo de iniciativas próprias de processos pré-revolucionários. Neste caso, deu-se a congregação de forças entre elementos vindos dos mais diversos sectores, anarquistas, socialistas e republicanos, o que ficou conhecido pelo *anarquismo intervencionista*. Esta forma de luta aglomerava as mais diversas doutrinas em torno de ideais comuns como o anticlericalismo e o derrube da Monarquia Constitucional.

Na senda dos problemas até agora descritos, D. Manuel II deu início a um tímido processo de apaziguamento social que ficou conhecido como a política de acalmação. Em 1908, o rei outorgou a libertação de alguns presos políticos, permitiu o regresso de exilados e anulou alguns decretos que punham em causa a liberdade de imprensa³⁶.

Na base desta política também esteve a vontade de conhecer com profundidade os problemas que se faziam sentir no país. Para isso, fomentou-se um significativo número de estudos, que passaram pelo convite a um estudioso francês, a fim de produzir um trabalho sobre a realidade dos sectores da sociedade portuguesa. Léon Poincard procedeu a um levantamento dos vários aspectos da sociedade portuguesa. Na sua obra *Portugal Ignorado*, o autor descreve com as seguintes palavras, a sociedade portuguesa do final do primeiro decénio do século XX: “Poucas nações têm passado por circunstâncias tão desorganizadoras, tão contínuas como as que o povo português tem sofrido.”³⁷

Foi perante este contexto sócio-económico e na ressaca da ditadura franquista e do regicídio, que D. Manuel II e Alfredo Monteverde, em articulação com líderes destacados do operariado, como Azedo Gneco, conceberam o alargamento do diálogo com os socialistas e no seu reconhecimento como representantes das camadas proletárias, como forma de combater as variadas ameaças à Monarquia Constitucional. O principal ponto desta acção passou por retirar ao republicanismo uma parte fundamental da sua base social de apoio. Este plano teve alicerces na concessão de algumas benesses ao operariado, como foi o caso da agilização do funcionamento de instituições previstas na legislação laboral de finais do século XIX, mas que nunca tiveram aplicação efectiva até este período. Destacam-se, assim, exemplos como o caso do tribunal dos árbitros avindores, que apesar de estar previsto por lei desde 1891, em muitas

³⁵ PALÁCIOS CEREZALES, 307: 2008.

³⁶ MARQUES, 1991: 695.

³⁷ POINCARD, 1912: 38.

localidades do país, só começou a ter algum funcionamento na parte final da Monarquia Constitucional³⁸.

A diáspora das ideias socialistas e a sua inclusão na vida política de alguns países europeus conheceu uma maior preponderância a partir da depressão económica que se abateu nos países industrializados entre 1873 e 1896. A Alemanha imperial de Bismarck, como estandarte do desenvolvimento industrial finisecular, representava o modelo de desenvolvimento que grande parte dos países industrializados pretendiam seguir³⁹. A legalização do Sozialdemokratische Partei Deutschlands (SPD) e a recuperação da legislação laboral promulgada pelo antigo Ministro do Comércio, Von Berlepsch, tocava pontos no respeitante à proibição do trabalho ao Domingo, limitação da jornada de trabalho, ou a criação de tribunais de regulamentação laboral, facto que animou quase todos os partidos socialistas europeus⁴⁰.

Em sentido inverso, o socialismo francês encontrava-se fracturado entre socialistas utópicos, tecnocratas, reformistas e insurrecionistas. Só a partir da unificação promovida por Jaurés no Parti Ouvrier Français, é que o socialismo francês ganhou uma maior acuidade política. Como afirmou Donald Sassoon, este partido era um misto de “marxismo vulgarizado como guia e a social-democracia alemã como modelo”. É em todas estas influências que operariado portuense se vai inspirar. De resto, ao vermos as obras traduzidas pela Casa do Povo Portuense podemos compreender que não existe nenhuma obra de Karl Marx traduzida, mas sim obras de Kautsky, traduzidas por Augusto “Milio”, bem como de Bebel e Jaurés.

Como apontou Maria João Castro, diferentes correntes socialistas animavam o socialismo português. De forma ambígua misturavam conceitos de socialismo de Estado, proudhonismo, possibilismo, marxismo e até anarquismo⁴¹. Na cidade do Porto, o periódico socialista *O Operário* por momentos foi alimentado por uma coexistência mais ou menos pacífica entre todas estas doutrinas. Contudo, com o correr do tempo, as posições de possibilistas e marxistas acabaram por colidir⁴².

No penúltimo ano da Monarquia, realizou-se o Congresso Nacional Operário. No Porto, a Federação Geral do Trabalho assumiu o papel de interlocutora entre as diversas partes, apelando à participação de todas as associações de classe. A forte influência socialista era uma realidade nesta cidade. Desde a conferência de Coimbra, realizada em 1901, que o Conselho Central deste partido estava sediado aqui, e assim permaneceu até 1909, data da convocação

³⁸ SANTOS, 1982: 680.

³⁹ SASSOON, 2001: 38.

⁴⁰ DROZ, 1977: 52.

⁴¹ CASTRO, 1999: 61.

⁴² CASTRO, 1999: 62.

deste congresso. Segundo César Nogueira, este congresso visava a unificação do partido e lançá-lo definitivamente na luta parlamentar⁴³.

O espectro da polémica esteve sempre presente antes e durante a realização do congresso. Por um lado, as associações de classe socialistas buscavam uma maior preponderância na vida política nacional. A sua retórica partia do dado adquirido de que estes eram os representantes naturais do operariado português e, como tal, deveriam ter sempre uma palavra a dizer em todos os assuntos que dissessem respeito à vida industrial do país. Esta vontade pôde ser demonstrada com as posições socialistas em relação a projectos de lei discutidos no Parlamento. Vejamos o caso da proposta apresentada no Parlamento para a realização de um *Inquérito Económico Nacional*: neste projecto, a participação socialista na comissão encarregada de materializar este trabalho foi alheada, tendo ficado ao encargo da Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura da Indústria e do Comércio, coadjuvada pelo pessoal de outras secretarias de Estado conforme as necessidades da comissão. A insatisfação socialista fez-se sentir ao duvidarem do sucesso desta proposta, tendo sido referido no semanário a *Voz do Povo* que: “a ideia é boa, mas o êxito duvidoso”. A resposta da Federação Operária de Lisboa não se fez esperar, partindo com uma nova proposta que consistiu na criação de uma comissão que incluísse patrões e operários neste inquérito⁴⁴.

Por outro lado, os socialistas encontravam-se divididos geográfica e ideologicamente. De facto, na cidade do Porto, para que a realização deste congresso fosse possível, foi necessário ajustar e harmonizar as relações das duas alas socialistas que se haviam desavindo no congresso de 1908, dando origem a uma ala dissidente, denominada de Centro Socialista Paz e Liberdade⁴⁵.

Estes problemas internos dentro da ala socialista, mais o avanço das teses sindicalistas revolucionárias no seio do operariado, levaram-nos a enfatizar a sua condição de representantes do operariado português, relembrando o conjunto de vitórias que já haviam tido junto das entidades estatais, através das vias doutrinárias que se haviam proposto:

Mas na desagregação em que o povo operário se encontra, dividida a manejas de todo o ponto reaccionários, é indispensável lançar mão de qualquer medida excepcional que não só visa pôr termo à desorientação em que a classe trabalhadora foi lançada, como a congregue no estudo e no aproveitamento das leis e reformas que

⁴³ NOGUEIRA, 1964: 17-18.

⁴⁴ *A Voz do Povo*, 28 de Março de 1909.

⁴⁵ *A Voz do Povo*, 7 de Março de 1909.

*lhe digam respeito, não só das já decretadas, das que estão propostas para lei do país*⁴⁶.

No que diz respeito ao programa que esteve na base deste congresso, ele passou pela reclamação de uma maior intervenção do operariado na vida política. A ordem de temas a debater esteve concentrada na apresentação de vários pontos inerentes à condição do operariado: a construção de casas económicas; a realização de um inquérito económico geral; a criação de um organismo regulador do trabalho, nomeado de Instituto do Trabalho Nacional. Também foi abordada a revisão de toda a legislação ligada ao operariado, no que dissesse respeito às associações de classe, trazida já do Congresso de Associações de Classe, realizado em 1891. Os principais pontos propostos foram: sociedades cooperativas; o trabalho das mulheres e dos menores; acidentes de trabalho; o descanso semanal; educação primária e profissional; reformas na velhice e na invalidez; bolsas de trabalho; tribunais dos árbitros avindores; missões de estudos, assim como prémios e concursos. Foi, ainda, proposta para debate a legislação ligada ao operariado marítimo e agrícola. Questões como a *Federação de Vigo*, os mineiros de Rio Tinto, os serviços africanos e a emigração também entraram no programa deste congresso⁴⁷.

O Congresso Operário de 1909 foi alvo de sérias críticas por parte dos anarquistas. A “empalmação” levada a cabo pelos “sociais-democratas”, determinou que os sindicalistas se organizassem num congresso paralelo – O Congresso Sindical e Cooperativista, cujas teses debatidas foram: a protecção às mulheres e menores nas fábricas; lei das associações de classe; jornada de oito horas; cooperativismo e organização sindical⁴⁸. Estes viram a realização deste congresso como mais uma forma de ludibriar o operariado. Assim, as suas recorrentes divergências políticas e ideológicas ecoaram através dos seus artigos incendiários. Graves acusações foram feitas aos socialistas. Entre estas, constava o facto de o movimento operário português estar controlado pelas políticas socialistas e à mercê das vontades dos *azedos* e dos *salgados*, responsáveis pelo desvio dos fundos das associações de classe. As acusações ainda subiram mais de tom, com a alegação de que os socialistas foram responsáveis por condutas que lesaram a acção do operariado na greve 1903, ao não se solidarizarem com a greve e denunciarem os grevistas à polícia, como foi acusado Manuel Gomes da Silva⁴⁹.

A juntar aos velhos rancores, ainda foram feitas referências às clivagens doutrinárias que marcaram os antagonismos ideológicos entre anarquistas e socialistas. A comissão responsável pela organização do congresso foi acusada de ser composta apenas por socialistas e deixar para

⁴⁶ *A Voz do Povo*, 9 de Maio de 1909.

⁴⁷ *A Voz do Povo*, 9 de Maio de 1909.

⁴⁸ SOUSA, 1974: 78.

⁴⁹ *A Vida*, 18 de Julho de 1909.

segundo plano as questões que diziam respeito à condição económica do operariado, estando mais preocupada em ganharem crédito político. Foi evocado também o facto de este congresso ter estado dominado por centros e jornais políticos socialistas, assim como a censura da discussão de temas menos queridos às teses socialistas, a radicalização das formas de luta do operariado, com o recurso a fórmulas como a acção directa.⁵⁰

2.2. A Inquirição ao operariado pelas associações de classe

A questão da regulamentação laboral em Portugal conheceu um tratamento tardio. Em países como Inglaterra e França, desde as primeiras décadas do século XIX que já se conhecia legislação concernente aos aprendizes, trabalho infantil e liberdade de associação. Durante o reinado de D. Manuel II, este assunto ganhou um novo ímpeto. Em Janeiro de 1910, durante a visita à cidade do Porto, a comitiva régia deslocou-se à fundição de Massarelos. No ano anterior, na sessão de abertura do Parlamento foram debatidas as questões ligadas ao trabalho industrial. Contudo, as experiências anteriores mantiveram as colectividades operárias reticentes relativamente ao projecto político do último rei português.

Com o velho cerimonial, abriu na segunda-feira, o parlamento português, onde os representantes do país irão estudar, discutir e votar os assuntos que mais se prendem com a política e economia da nação. Como de costume, o rei fez a leitura do chamado discurso da coroa, em que se promete entre muitas outras coisas mirabolantes, o estudo completo da questão social, a fim de ser dispensado pelas classes trabalhadoras do país todo o auxílio do Estado. [...] Existe na nossa legislação, um sem número de leis de protecção às camadas trabalhadoras. Não há nada mais fértil em tais leis. Mas que vantagens oferecem essas leis ao proletariado? Nenhuma. Encontram-se apenas escritas e nada mais⁵¹.

De facto, após uma tímida legislação, na década de 1860, a questão social teve algum impacto, no final da última década do século, com o impulso de alguns académicos. Em 1890 foram publicadas conferências de Costa Goodolphim, Magalhães Lima e Fernando Martins de Carvalho⁵². A partir de 1900, duas linhas de pensamento distinguiram-se. Académicos como

⁵⁰ A *Vida*, 18 de Julho de 1909.

⁵¹ *O Construtor Civil*, 6 de Março de 1909.

⁵² CASTRO, 2010: 158.

Simão de Martel e Campos Lima acreditavam que a industrialização era a grande responsável pela degradação da vida da população portuguesa⁵³. Já Vilarinho S. Romão e Oliveira Simões acreditavam que, apesar da industrialização, a melhoria de vida das camadas trabalhadoras podia ser uma realidade.

Esta política foi materializada com o recurso ao fomento de um extenso número de relatórios deixado ao encargo das competências industriais, de forma a documentar o governo central acerca dos problemas que afectavam a vida da indústria e do operariado nacional. Assim, todos os assuntos ligados a estes aspectos passaram a ser alvo de estatísticas e relatórios, que inclusivamente, se prolongaram pela República. O pessoal ligado às indústrias, como o caso dos inspectores das circunscrições industriais, passaram a estar obrigados a participar os casos de acidentes de trabalho que se dessem nas fábricas – proposta que já vigorava desde o Decreto de 9 de Maio de 1891⁵⁴. Também passou a ser participada, e depois publicada nos boletins do trabalho industrial, informação relativa às greves; à acção dos tribunais dos árbitros avindores – que em muitas localidades só começaram a funcionar muito tempo depois de ter sido determinada a sua criação; a salubridade nas fábricas, assim como outros estudos a tratarem os assuntos mais diversos, como os da habitação operária.

A importância dada à questão do operariado e à legislação laboral nos últimos anos da Monarquia, pode ser avaliada pelo financiamento concedido pela Direcção-Geral do Comércio e da Indústria à Repartição Industrial do Trabalho, entre 1903 – ano da sua criação – e 1910⁵⁵. Contudo, apesar desta política, aspectos que pudessem pôr em causa a estabilidade social, como o direito à greve, continuaram por rever.

José Maria de Oliveira Simões foi o responsável pela coordenação da *Inquirição*, proposta no Congresso Nacional Operário de 1909, e tutelada pela Direcção-Geral do Comércio e da Indústria. Dado o desconhecimento da realidade laboral industrial neste país, o chefe da Repartição do Trabalho Industrial acreditava que a intenção deste documento deveria ser “um tímido diagnóstico, que deve preceder a escolha dos remédios, da prudente e difícil terapêutica a aplicar em nome do interesse colectivo”.⁵⁶

A efectividade dos levantamentos industriais levados a cabo em 1881 e 1890 em Portugal foi posta em causa por alguns sectores políticos:

Mas o inquérito que os socialistas têm pedido e julgam cada vez mais necessário, parece que longe de ser aquele que o ministro propõe; pelo menos o pessoal escolhido

⁵³ CASTRO, 2010: 157.

⁵⁴ PEREIRA, 2012: 63.

⁵⁵ PEREIRA, 2012: 89.

⁵⁶ SIMÕES, 1910: III.

para a sua direcção é tudo quanto há de menos competente. [...] Do pessoal burocrático também há pouco a esperar, porque os antecedentes lhe não abonam a competência. Os inquéritos industriais realizados em Portugal, não só têm uma vergonhosa como uma perfeita inutilidade. Descrição, mapas, orientação, tudo tem ficado uma porcaria, pela falta de saber daqueles que têm sido encarregados da sua recompilação. [...] No entender dos socialistas, o inquérito económico geral devia começar por uma consulta a todas as associações de classe, tanto burguesas como proletárias, facultando-lhes quaisquer recursos que necessitassem para a realização do trabalho pedido. [...] O número de operários e de operárias em cada indústria é coisa que não se consegue averiguar nos inquéritos industriais até agora feitos porque a maioria dos patrões encobriu a quantidade de operários que empregava, pensando assim favorecer os seus interesses. E como estes casos temos outros – férias, horas de trabalho, valor da produção anual, importância do capital fixo e circulante, etc, etc... De modo que as declarações obtidas nos inquéritos anteriores são inteiramente falsas⁵⁷.

A assimilação da Monarquia de alguns conceitos ligados ao Socialismo de Estado de inspiração alemã, desenvolvido em Portugal no final do século XIX, também teve influência nas políticas governativas deste período. Como afirmou Eric Hobsbawm:

À medida que se aproximava o fim do século XIX, nenhum país industrial em vias de industrialização ou de urbanização podia permitir-se esquecer essas massas sem precedentes históricos, anónimas e desenraizadas que correspondiam a uma proporção inevitavelmente crescente da população: provavelmente, e dentro em breve a maioria desta.⁵⁸

Assim, muitos aspectos da *Inquirição* podem encontrar paralelo no *Enquete Ouvrière*, teorizado por Karl Marx, na *La Révue Socialiste*, em 1880. Este trabalho visava o estudo de todas as vertentes ligadas ao trabalho industrial, desde a componente laboral à componente associativa. Como tal, para os socialistas a *Inquirição* representou um passo fundamental para a consolidação das políticas operárias, como afirmou António de Aguiar:

⁵⁷ *O Construtor Civil*, 3 de Abril 1909.

⁵⁸ HOBBSAWM, 1990: 150.

Se todas as associações (no seu todo) responderem de boa-fé e em harmonia com as forças e elementos de que dispõem teremos muito a lucrar com isso. Porque vejamos o seguinte: se tivermos de mais tarde berrar que os do alto cerram os ouvidos às nossas reclamações (agora, presentemente, temos a ocasião de patentear tudo isso) o faremos conscientemente, e tanto assim é que foi o próprio Estado que desceu até nós operários⁵⁹.

Este questionário estava composto por 17 grupos de questões centrais, com 113 subquestões, respeitantes aos mais diversos assuntos. Os primeiros grupos de questões propõem aos inquiridos uma visão global sobre o estado das suas indústrias e os problemas que as afectam. Um segundo grupo de questões diz respeito à organização do trabalho, tratando assuntos como a higiene, salários e modalidades de trabalho. O terceiro grupo do questionário refere-se às organizações operárias e sua actuação, tratando de problemas, como a frequência de greves, as sociedades cooperativas ou o tribunal dos árbitros avindores. Por fim, é proposto aos operários uma conclusão, representando uma súmula de todos os problemas que afectam o seu quotidiano.

Através do preâmbulo que antecede o grupo de questões, podemos antecipar muitas das características deste documento através dos apontamentos que o responsável da inquirição vai fazendo. O carácter paternalista da *Inquirição* estava bem patente na sua concepção e nas suas observações. Na análise deste trabalho, Oliveira Simões criticou o facto das associações de classe desempenharem funções de centros de propagação política, ao invés de desempenharem um trabalho de instituição corporativa⁶⁰. A somar a estas críticas, o autor refere que estas não representam bem o operariado na manutenção da sua qualidade de vida e das suas condições de trabalho, estabelecendo um termo de comparação com a organização das *trade-unions* inglesas e australianas, ou os sindicatos profissionais alemães, belgas ou franceses⁶¹.

Organismos tão fracos como estes são, mais podem funcionar como centros de propaganda política do que como agentes eficazes para a prosperidade material e moral das classes que se ajuntam neles. Nem chegam a reunir os recursos indispensáveis para que possam tentar a realização alguma das suas aspirações mais legítimas. O limitado produto das quotas é quase todo absorvido pelas despesas de

⁵⁹ *A Voz do Povo*, 13 de Fevereiro de 1910.

⁶⁰ SIMÕES, 1910: XIII.

⁶¹ SIMÕES, 1910: XIII.

*renda das casas, cobrança e expediente. Algumas vegetações parasitas as atrofiam ainda, quando não as perturbam e desorientam também.*⁶²

Nesta matéria, o autor também pôs em causa o conhecimento dos representantes das associações de classe para responderem a todas as questões relativas aos assuntos industriais, ao afirmar:

*As respostas colhidas, por vezes demonstram uma imperfeita compreensão da matéria, ou dúvidas, que não haveria num inquérito directo, inevitáveis numa inquirição em que não se pode explicar meudamente a extensão de certas perguntas e o seu sentido restrito. São por isso muitas as lacunas, numerosos os enganos e as contradições*⁶³.

Esta inquirição, ao contrário do que aconteceu com o inquérito geral feito às indústrias em 1890, foi feita de forma indirecta. Como tal, o conjunto de respostas averbadas neste documento correspondeu aos pontos de vista dos líderes das associações de classe. Nesta lógica, por um lado muitas das respostas dadas à inquirição obedecem às arbitrariedades individuais de cada um dos representantes destas organizações.

Numa abordagem preliminar às condições de vida do operariado português, J. P. de Oliveira Simões considerou as difíceis condições de vida do operariado e encontra razões substanciadas para as suas queixas e reivindicações. Os principais problemas ligados à condição das camadas trabalhadoras são apontados pelo autor como sendo:

*a carestia da habitação e dos alimentos, [pelo que] são gerais os pedidos para a abolição dos impostos de consumo nos géneros de primeira necessidade, como são gerais as queixas contra a carestia do aluguer das casas e contra sua falta de higiene e de conforto*⁶⁴.

No que toca às características da disposição e quantificação das associações de classe que responderam ao questionário, pode aferir-se que na proveniência das associações que responderam a esta inquirição, as cidades do Porto e de Gaia são as que contam com um maior número de associações de classe, com 43 organizações a responderem a este inquérito. Em segundo lugar, aparece a cidade de Lisboa, com 37 associações de classe e, em seguida a cidade

⁶² SIMÕES, 1910: XIII.

⁶³ SIMÕES, 1910: IV.

⁶⁴ SIMÕES, 1910: XIV.

de Setúbal, com 6. Estes números aparecem englobados num universo nacional de 135 associações de classe.

As cidades que contavam com um maior número de sócios por associação de classe, eram Lisboa, com 9.549 sócios, e Gaia e Porto com 8.212. Este facto diz muito sobre as características industriais destas cidades, já que, apesar do Porto e Gaia contarem com um maior número de associações de classe, o mesmo não se refletia no número de associados.

Todas as outras associações estão localizadas em pequenas comunidades industriais, longe da expressão dos grandes polos já referidos. Um facto revelador da importância destas duas cidades no plano industrial nacional pode ser aferido pela soma do número de associados destes dois grandes centros industriais somados representar mais de metade do total de associados nacionais, cerca de 27.000 sócios⁶⁵.

Partindo do princípio que nem os dados referentes ao *Boletim do Trabalho Industrial*, nem outros dados oficiais representam os números reais, se fizermos a partir destes o exercício de ver a população associada e se considerarmos o total da população industrial portuguesa e a população industrial lisboeta, podemos notar que perante os números de Lisboa, apenas 9,6% da população industrial estava reunida em associações de classe; por outro lado, no Porto, cerca de 20,3% da população industrial estava organizada⁶⁶.

Relativamente ao número de associações de classe que compunham cada indústria e responderam a este questionário, destacam-se em primeiro plano as indústrias ligadas à madeira e ao mobiliário, com 20 associações de classe pertencentes a este sector. De seguida aparecem as indústrias ligadas às construções com 14 associações de classe. A seguir a este grupo, aparece toda uma série de sectores industriais que não atingem uma dezena de representações.

Quanto ao número de associações de classe que superaram um milhar de sócios, temos poucos casos. Neste grupo constam apenas cinco associações: Associação dos Trabalhadores do Mar de Setúbal, com 1.900 sócios – sendo que esta é a única associação não localizada num grande centro urbano que consegue entrar no grupo restrito de associações que ascendem o milhar de associados; a União dos Empregados do Comércio do Porto, com 1.035 sócios; A Associação de Classe dos Lojistas de Lisboa, com 2.033 sócios; a Associação de classe dos Pedreiros Portugueses, com 1.156 sócios; sendo que a associação que contou com um maior número de associados foi a Associação de Classe dos Manufactores de Tecido de Lisboa com 2.530 sócios⁶⁷.

Devem ser referidas algumas lacunas enunciadas por Oliveira Simões, como o facto de nesta inquirição não constarem centros industriais de importância significativa. Entre estes

⁶⁵ SIMÕES, 1910: VI.

⁶⁶ PEREIRA, 2010: 85.

⁶⁷ SIMÕES, 1910: VII-XI.

casos, temos locais como a Covilhã e outras localidades ligadas às manufacturas sediadas na Serra da Estrela. Esta ausência deveu-se ao facto de alguns ramos da indústria não possuírem representação associativa, ou não terem demonstrado a vontade de responder à inquirição⁶⁸. Nesta inquirição também não constaram relatórios relativos a alguns sectores importantes da indústria portuguesa, nomeadamente as indústrias mineira, pedreira e papelreira⁶⁹.

Os resultados desta *Inquirição* não representam todas as indústrias existentes em território nacional, na medida em que esta inquirição só previu indústrias representadas por associações de classe, assim como as associações patronais ou mistas. Este último grupo de associações é o menos bem representado neste documento. Este facto vem de alguma forma obstruir uma análise contrabalançada das respostas dadas neste questionário.

⁶⁸ SIMÕES, 1910: VI.

⁶⁹ SIMÕES, 1910: VI.

Capítulo 3. Trabalho e condições de vida no final da Monarquia Constitucional

3.1. As associações de classe e o mundo laboral portuense

O Inverno de 1909 revelou-se de péssima memória para o mundo industrial portuense. Os rigores meteorológicos desta estação destruíram e inundaram um significativo número de oficinas e fábricas desta cidade, complicando ainda mais o quotidiano do operariado portuense. Contudo, este cataclismo foi apenas um episódio imprevisível no longo processo de alterações económicas iniciado no atribulado final do século XIX. Como afirmou Augusto de Castro no seu estudo sobre a indústria portuguesa de inícios do século XX: “Portugal continuava na cauda do Ocidente europeu industrializado, quer no que se referia ao nível tecnológico, quer no que respeitava ao grau de desenvolvimento capitalista das relações económicas”⁷⁰.

Para entender as bases em que assentou o associativismo de classe na cidade do Porto na véspera da implantação da República, é fundamental estabelecer um padrão entre as associações de classe e as características laborais que marcaram esta cidade no início do século XX. Apesar de um desenvolvimento industrial que não acompanhou a bitola das grandes potências industriais europeias, Portugal teve nas cidades do Porto e de Lisboa os dois grandes pólos industrializados.

A definição do espaço urbano portuense constituiu um exercício complicado. O Porto era uma cidade de contrastes. No mesmo espaço coexistiam modernas construções de ferro como a do Palácio de Cristal a menos de uma dezena de quilómetros da rua Costa Cabral, onde cresceu e habitou Manuel Joaquim de Sousa:

Se o Porto foi considerado (e talvez o seja ainda) uma aldeia com muitas casas, a minha freguesia era, de facto, uma aldeia com poucas casas. Parte integrante do concelho, quando alguém tinha de ir ao que hoje podemos considerar a “baixa”, dizia: “Vou à cidade”; ou então: “ Vou ao Porto” – Como se na cidade ou no Porto não estivessem...[...] Os maiores e melhores consumidores do sítio eram os pequenos lavradores ou rendeiros, na maior parte gente sujeita a mil usuras de agiotas sórdidos e avarentos que os forçavam a ir ao ganho com os carros de bois. [...] Vida singela e pobre a de todos: aquela dos que tratavam dos milheirais com que procuravam assegurar-se de broa para todo o ano, como a dos operários urbanizados, cujos

⁷⁰ CASTRO, 1979: 11.

*salários, não sendo o das fábrica das cigarreiras Lealdade, na mesma rua, que pouco mais além iam de 18 vinténs, quando trabalhavam. Quem ganhava 400 ou 450 réis já podia considerar-se remediado; aqueles poucos, empregados superiores de fábricas, escritórios, que auferiam 8 a 10 tostões por dia eram considerados ricos...*⁷¹

Como já foi abordado, nos finais do século XIX, com a crise agrícola de final dos anos 80 e a crise financeira de 1891-1892, pôde assistir-se à desvalorização do produto agrícola, com o aumento da importação de alguns géneros, penalizando o sector agrícola, especialmente o cultivo do azeite, a lã e o centeio e o trigo⁷². A crise vinícola registada na região do Douro agravou ainda mais as condições de vida da população rural, com a queda das exportações do vinho do Porto de 37% para 12%.

Por um lado, o processo de industrialização e o abandono das regiões rurais eram vistos pelas autoridades centrais como um avanço civilizacional, como nos dá a entender o relatório do Visconde de Vilarinho S. Romão:

*A todos é em verdade dado observar como o operário agrícola, alegremente abandonou sua antiga profissão pelo novo mester industrial, de boa vontade, se sujeitando ao trabalho na indústria exigida, por o reputar mais suave, limitado, mais bem pago e garantindo-lhe regalias até então desconhecidas*⁷³.

Por outro lado, os relatos relacionados com o grande surto de fome que flagelou a região do Douro no ano de 1909 vão muito para além dos configurados na prosa atrás descrita. Este episódio teve grandes repercussões na evolução demográfica da cidade do Porto, que como pólo de todas de todas as migrações regionais sentiu o impacto deste fenómeno, como reportou o *Construtor Civil*: “A fome que assola a região do Douro estende as suas garras até à cidade, onde centenas de operários lutam desesperadamente com a falta de trabalho”⁷⁴.

De facto, habilitados pelo censo de 1911, podemos compreender que a região do Porto era o distrito com maior densidade populacional do país. Este distrito era habitado por mais de 200 habitantes por km². As características demográficas desta região influenciaram em toda a linha a organização laboral desta cidade, que desde o século XVII havia sido receptora das migrações provenientes do nordeste português⁷⁵. Nesta lógica, também um grande efectivo de

⁷¹ SOUSA, 1989: 146.

⁷² JUSTINO, 1986: 91.

⁷³ S.ROMÃO, 1910: 12.

⁷⁴ *O Construtor Civil*, 3 de Abril de 1909.

⁷⁵ ALVES, 1993: 82.

trabalhadores galegos rumaram a esta cidade, desempenhando os trabalhos mais pesados. Esta comunidade representava cerca de 60% do total de estrangeiros aqui residentes. Entre o início do século XIX e a década de setenta, esta cidade viu a sua população duplicar de 43.000 para 80.000 habitantes⁷⁶, no que foi um fenómeno transversal a todo o noroeste português. Em 1911, o Porto contava com um efectivo populacional de 194.009 habitantes⁷⁷. A acelerar este fenómeno teve um papel fundamental o desenvolvimento dos caminhos-de-ferro com as suas ligações às regiões do interior. Todavia, ao contrário do pretendido desenvolvimento das regiões interiores, este projecto da Regeneração serviu para fomentar a chegada destas populações aos cais de embarque em busca do sonho brasileiro⁷⁸.

Os relatos de excesso de mão-de-obra vão ser uma constante nos problemas apresentados pelas associações de classe portuenses: “Grande massa de trabalhadores que se encontra a braços com uma grande crise de trabalho e de salários como jamais se notou num centro fabril industrial tão importante como era o Porto”⁷⁹.

Quadro 1. Distribuição das Associações de Classe por tipo de indústria

Tipo de Indústria	Associações
Fábrica	21
Oficina	13
Domicílio	11
Outros	10

Fonte: SIMÕES, José de Oliveira, 1910 — “Inquirição pelas Associações de Classe sobre a situação do Operariado”. *Boletim do Trabalho Industrial*. Lisboa: Imprensa Nacional.

Do quadro 1, ainda que este não represente a indústria portuense no seu todo, mas sim os ofícios representados pelas associações de classe, podemos tirar várias conclusões. O tipo de unidade industrial que presenciamos nesta cidade podia ir desde a fábrica moderna ao domicílio, todavia, ao definirmos estas infraestruturas devemos precaver as noções de unidade industrial fabril ou oficial. Como surge referido na *Inquirição*, as oficinas são muitas vezes “recintos que não merecem o nome de oficinas”⁸⁰. A existência destas formas de produção podia ainda estar interligada, como acontecia no caso das indústrias têxteis, ou serem antagónicas, assunto que exploraremos ao longo do presente capítulo. A categoria denominada de “outros” podia

⁷⁶ JUSTINO, 1986: 139.

⁷⁷ PEREIRA, 1995: 48.

⁷⁸ PEREIRA; SERÉN, 1995: 419.

⁷⁹ *O Construtor Civil*, 30 de Janeiro de 1909.

⁸⁰ SIMÕES, 1910: 16.

compreender os mais diversos tipos de ofícios que não dependiam de uma infraestrutura especializada para serem desenvolvidos, ou seja, a construção civil ou actividades do sector terciário como a entrega de jornais e as actividades portuárias.

O processo de desenvolvimento do tecido industrial portuense da segunda metade do século XIX foi animado pelo aumento do número de estabelecimentos industriais com pelo menos 10 operários. O trabalho oficinal tinha um papel fundamental na vida laboral desta cidade: existiam mais de 60 sectores oficinais, com um total de 1.874 oficinas, que empregavam cerca de 11.800 operários⁸¹. Segundo os estudos de Bento Carqueja, cerca de 53% da população activa da cidade estava empregada nos sectores da indústria e dos transportes⁸².

Deste universo destacaram-se as indústrias da tecelagem de seda e algodão, serralharia e ferragens. Em 1890 os ramos dos têxteis e das confecções eram o grande dinamizador da industrialização portuense, representando cerca de 34% do operariado da zona industrial portuense⁸³. Assim, entre as indústrias que empregavam uma maior quantidade de operários estavam a indústria têxtil com 8.000, seguida da metalurgia com 1800, logo a seguir do vestuário com 1600 e depois a dos tabacos com 1400⁸⁴. As associações de classe destes ramos industriais, juntamente com as referentes aos ofícios que compunham a construção civil, representavam cerca de 68% do movimento operário portuense⁸⁵.

Em 1881 começou uma nova era na indústria da tecelagem desta cidade com o surgimento da Fábrica de Fiação de Salgueiros e da Companhia de Fiação e Tecidos do Porto, bem como em 1889 a fábrica de William Graham⁸⁶. Apesar deste advento, o trabalho doméstico continuava a desempenhar grande importância. Continua a ser difícil assinalar com precisão o número de operários domésticos ligados a este modo de produção. Como analisou Gaspar Martins Pereira, neste sector as habitações denominadas *ilhas* desdobravam-se nas funções de lar e unidade de produção em regime de *sweating system*⁸⁷.

As consequências que destes factos resultam são a concorrência desleal nos mercados, a manufacturação de fazendas com matérias-primas ordinaríssimas, a falsificação das fazendas manufacturadas com banhos químicos, o descrédito da indústria nacional em todos os mercados internos e externos, a falta de trabalho e a abundância de braços, abaixo do salário e do preço da mão-de-obra, a fome, a

⁸¹ CORDEIRO, 2006: 290.

⁸² CABRAL, 1979: 134.

⁸³ JUSTINO, 1986: 148.

⁸⁴ CABRAL, 1979: 135.

⁸⁵ SIMÕES, 1910: 115.

⁸⁶ CORDEIRO, 2006: 270.

⁸⁷ PEREIRA, 1995: 68.

*miséria e doenças de toda a ordem, a deserção dos profissionais para outras indústrias a que não estão habituados, a emigração para países estrangeiros, a falta de braços na agricultura, o aumento considerável da prostituição, da mendicância e da criminologia, como o roubo*⁸⁸.

Este excerto retirado da resposta à *Inquirição pela Associação de Classe dos Tecelões Mecânicos* representa um retrato da situação caótica em que se encontrava a indústria têxtil desta cidade no período final da Monarquia. Esta actividade que representou um dos motores da economia portuense do final do século XIX foi a mais debilitada pela reformulação industrial operada nesta cidade.

Nos anos que dizem respeito a este estudo, esta indústria já havia sido vítima de um longo processo de alterações. O processo de mecanização e deslocalização da indústria têxtil para os arredores da cidade, substituindo gradualmente o trabalho masculino pelo trabalho feminino e infantil, pode ser demonstrado na designação das associações de classe e nos salários auferidos que se vão padronizar por valores cada vez mais baixos.

O fenómeno de sobreprodução registado nesta actividade reflectiu-se da pior forma em algumas fábricas, que foram obrigadas a paralisar temporariamente o trabalho mecânico, tentando desta forma ajustar a sua produção ao mercado⁸⁹. A Associação dos Operários Tecelões Mecânicos do Porto, criticou que, apesar dos industriais se queixarem das constantes crises a partir do ano de 1890, estes não deixaram de modernizar as suas fábricas, dando origem a “formidáveis armazenamentos de fazendas”. Esta classe também referiu que as máquinas utilizadas no período anterior a este, denominadas de “carruagens”, foram substituídas por outros mecanismos chamados de “contínuos”, que empregavam geralmente menores do sexo feminino, com maiores resultados na produção, em prejuízo dos trabalhadores empregados no antigo modo de labor⁹⁰.

Os danos que ocorreram provenientes destas mudanças também foram assinalados pela Associação de Classe de Operários Têxteis de Ambos os Sexos. Esta classe mencionou que outrora esta indústria empregou dezenas de milhares de indivíduos dos dois sexos, mas que em 1909 apenas empregava 500 operários tecelões, e nos dois ramos auxiliares 100 operárias, num total de 600 operários, apontando os principais factores para este acontecimento no desenvolvimento da mecânica e na “desleal concorrência do trabalhador do campo”⁹¹.

A chegada de mão-de-obra mais barata proveniente de outras freguesias e localidades contrastou com a situação vivida pelos antigos tecelões, tornando-se recorrente os casos em que

⁸⁸SIMÕES: 1910, 116.

⁸⁹ SIMÕES, 1910: 121.

⁹⁰ SIMÕES, 1910: 115.

⁹¹ SIMÕES, 1910: 116.

quase todas as fábricas tinham “operários suplentes”. Em outras ocasiões, os tecelões foram obrigados a encontrar solução para a sua situação arranjando colocação no vasto grupo de operários indiferenciados da construção civil e de forma recorrente emigraram para o Brasil⁹².

Englobado neste sector, estavam os fabricantes de guarda-sóis que desenvolviam a sua profissão predominantemente em fábricas com uma residual componente doméstica⁹³.

No ramo da chapelaria a situação também se encontrava de igual forma fragilizada. A tradição artesanal desta classe podia ser demonstrada na grande divisão do trabalho marcado pela sua especialização. Os chapeleiros localizaram a causa para a degradação desta indústria a partir do ano de 1892 com o advento da nova pauta e a progressiva mecanização da indústria. Estes dois factores conjugados deram origem a grandes crises de sobreprodução, ao inverso do que acontecia antes desta data⁹⁴. Como estudou Maria Filomena Mónica: “entre 1890 e 1910, assistimos em Portugal à morte dos velhos operários e ao nascimento de um novo tipo de chapeleiros, sem tradições nem qualificações”⁹⁵. Este trabalho tinha uma grande predominância fabril, sendo que apenas no trabalho das afinadeiras e forradeiras era efectuado ao domicílio. Dos ofícios que compunham esta indústria, destacavam-se o dos fulistas, trabalho este desenvolvido por homens e aprendizes. A situação crítica vivida nesta indústria fez com que esta associação tentasse junto das autoridades governamentais a formação de uma comissão mista, composta por operários e patrões, como forma de arranjar uma solução para debelar a crise que assolou esta actividade.

A indústria metalúrgica estava dividida entre os sectores da fundição e da latoaria. Animada pela vulgarização das construções em ferro nesta cidade, este sector conheceu um grande desenvolvimento. As funções laborais nesta indústria estavam intrinsecamente ligadas ao tipo de metal a ser trabalhado. As especialidades destes dois sectores combinadas compunham-se em mais de treze funções. Em ambos os ramos esta actividade podia ser desenvolvida em fábricas, oficinas e domicílios. Esta concepção era mal aceite pelas associações de classe, que viam a concorrência do trabalho doméstico como sendo nociva ao trabalho fabril⁹⁶. A mecanização desta actividade também teve lugar: “Na maior parte das oficinas os operários são ajustados para manufacturarem vários objectos. Nas oficinas mecânicas, poucos ou nenhuns existem que conhecem a arte”⁹⁷.

No que diz respeito aos ofícios ligados aos tabacos, estes partiam de uma regulamentação estabelecida pelo monopólio da *Companhia de Tabacos* e como tal possuíam

⁹² SIMÕES, 1910: 122.

⁹³ SIMÕES, 1910: 210.

⁹⁴ SIMÕES, 1910: 191.

⁹⁵ MÓNICA, 1979: 881.

⁹⁶ SIMÕES, 1910: 32.

⁹⁷ SIMÕES, 1910: 14.

uma organização incomum ao resto da indústria portuense, com a participação dos operários nos lucros da empresa, apesar dos problemas que tiveram lugar neste sector com o aumento do preço do tabaco⁹⁸.

Entre 1864 e 1888, com a liberdade de comércio e a generalização do consumo do cigarro, foram fabricados numerosas marcas de tabacos estrangeiros, como *Kentucky*, *Cavendish* ou o *Paraguay*. Com a nova pauta, promulgada em 1891, a produção destas marcas foi reduzida para as exigências do consumo. Rapidamente passaram a ser monopólio particular que deviam fabricar segundo as regras do monopólio de Estado. Este estatuto manteve-se até 1926⁹⁹. A reorganização da indústria tabaqueira no Porto levou a que, em 1891, os serviços fabris se concentrassem na fábrica *A Portuense*.

*A Fidelidade ocupava o velho palácio da Quinta, chamado do Estado; a Liberdade, uma casa de habitação; a Boa-fé e a Nacional, construções anexas ou dependências das moradias dos seus donos; a Aurora, estava instalada num pavilhão isolado da quinta do proprietário; a Manilha, num barracão construído ao acaso; a Portuense havia sido uma casa de habitação, que se transformou em fábrica, e que nessa data se reconstruira sob plano aceitável para a época.*¹⁰⁰

O caso da construção civil teve origem em um caso inovador de organização associativa na cidade do Porto, no que João Freire classificou como “um exemplo acabado do sistema de ofício, estruturado sob a forma de cooperação de ofícios autónomos”¹⁰¹. Esta classe era composta por uma complexa teia de ofícios que ultrapassavam as divisões laborais referidas na *Inquirição*. A organização desta classe teve um grande impulso pelo desenvolvimento das estruturas urbanas levadas a cabo nas últimas duas décadas do século XIX: o lançamento do primeiro caminho-de-ferro urbano na década de 70; o *Plano de Melhoramentos da Cidade do Porto* apresentado em 1881 pelo então presidente da Câmara José Augusto Correia de Barros, que visava debelar os problemas ligados à circulação viária, higiene urbana e abastecimento público; a construção de vias como a Estrada da Circunvalação e a Ponte Dom Luis I¹⁰².

Esta indústria podia englobar também os ofícios ligados aos sectores da madeira e do mobiliário. Destes dois ramos destacavam-se as especialidades de estucadores, pedreiros, carpinteiros e pintores – no que ficaram conhecidas pelas quatro classes da construção civil –

⁹⁸ SIMÕES, 1910: 502.

⁹⁹ SANTOS, 1974:329.

¹⁰⁰ SANTOS, 1974: 341-342.

¹⁰¹ FREIRE, 1990: 86.

¹⁰² CORDEIRO, 2006: 247.

devidamente representadas em associações de classe próprias. Das artes de pedreiro e carpinteiro, pela sua importância nesta indústria, saíam geralmente os mestres-de-obras¹⁰³, representados também em uma associação de classe própria que havia resultado da fusão entre o “Grémio e a Associação”. Assim estávamos perante uma classe perfeitamente hierarquizada em torno do saber da arte e não da mecanização do trabalho – que não teve muita influência neste sector, a única inovação técnica que se registou, foi a introdução do cimento – apoiada num grande número de serventes vindos de outras indústrias. A necessidade de fechar o acesso indiscriminado à profissão materializou-se nas reivindicações da classe dos estucadores que previam que o acesso à profissão fosse vedado aos operários que não estivessem inscritos nas associações de classe locais¹⁰⁴.

A classe dos pintores encontrou as causas da sua debilidade nestas circunstâncias: na questão da sazonalidade que interferia de grande forma nesta actividade profissional, sendo que a época invernal representava uma altura em que escasseava o trabalho; o excesso de operários; e a não existência de um regulamento de horas de trabalho que fosse uniforme de Verão e Inverno, de maneira que muitos proprietários deixavam de fazer o trabalho de Inverno para o fazer no Verão, em que o tempo de trabalho era maior.

Na área dos transportes estavam representadas a Associação de Classe dos Cocheiros Portuenses e a Associação de Classe dos Construtores de Carruagens. Este sector de actividade no início do século XX foi afectado pelas novas formas de transporte, com o aparecimento do automóvel e da tracção eléctrica nos carris americanos em preterimento da tracção animal¹⁰⁵. Desde 1878 que se operou uma mudança nas formas de transporte desta cidade, com a introdução das locomotivas *Henschell* na linha da Boavista¹⁰⁶. Os problemas da indústria ligada à construção de correias para as carruagens agravaram-se com o desenvolvimento dos caminhos-de-ferro e a sua conseqüente chegada a S. Bento no centro da cidade, em 1900. Assim, a crise neste sector teve as mais duras conseqüências, com o despedimento de todo o pessoal em empresas como a *Nova Companhia de Viação Portuense* ou casas que simplesmente tiveram que fechar o seu negócio. Este problema levou a que esta associação de classe reclamasse a preferência dada aos seus membros quando fossem contratados operários para as novas indústrias deste sector¹⁰⁷.

Quanto ao trabalho fluvial, este era representado pela União dos Trabalhadores Fluviaes do Porto e Gaia, a proveniência dos trabalhadores era na sua maioria das regiões ribeirinhas do

¹⁰³ FREIRE, 1992: 88.

¹⁰⁴ SIMÕES, 1910: 309.

¹⁰⁵ SIMÕES, 1910: 585.

¹⁰⁶ CORDEIRO, 2006: 247.

¹⁰⁷ SIMÕES, 1910: 281.

Porto e Gaia, reforçados por trabalhadores recrutados na região do Douro – para o trabalho indiferenciado – e de Aveiro, para o serviço marítimo de cabotagem. Nesta classe existiu um grande surto emigratório para o Brasil e para os Estados Unidos¹⁰⁸.

Com o excesso de braços existente, esta classe também aspirou junto das autoridades a um decreto que regulasse o acesso à profissão. Esta classe concebeu a possibilidade da elaboração de um exame de admissão cujo júri fosse constituído por mestres e trabalhadores fluviais.

No que toca às indústrias gráficas representadas pela Liga das Artes Gráficas, o trabalho era desenvolvido exclusivamente em oficinas. Apesar das transformações mecânicas que se fizeram sentir neste período não existiram alterações no tipo de produção. Esta associação associou a crise neste sector ao excesso de mão-de-obra e à introdução de obras impressas em França escritas em português¹⁰⁹. Já a União Auxiliar dos Distribuidores de Jornais do Porto sustentou as suas queixas na existência de uma excessiva mão-de-obra, vinda de todas as localidades e ofícios, grande parte dela infantil, por ser um tipo de ofício que não requeria qualquer tipo de aprendizado. Para debelar este problema, esta associação pretendeu que o Estado lhe atribuisse um papel regulador de acesso ao emprego, através da criação de bilhetes de identidade profissionais segundo parâmetros definidos por esta classe, como o operário ser maior de idade e ter “bom comportamento moral e civil”¹¹⁰.

Esta classe debateu-se ainda com o problema da legislação ligada à imprensa, apelando às autoridades que não prendessem os distribuidores de jornais, nem apreendessem as suas publicações. Já o jornal *A Vida* foi mais contundente na crítica a esta legislação:

*A polícia acaba de regulamentar a venda de jornais na rua. Mais um ataque à liberdade imprensa (que é dela? Onde está? Já alguém a viu?) e mais um estorvo à liberdade de trabalho: à liberdade de morrer de fome alugando aos parasitas o braço ou cérebro. A polícia regula tudo: a prostituição e o jogo, o arrote e a expansão sulfurica, a roupa e as ideias*¹¹¹.

A indústria de precisão era uma indústria altamente especializada, as suas associações estavam divididas pelo tipo de metais preciosos que trabalhavam, ou seja, a prata e o ouro. No primeiro caso o trabalho era desenvolvido apenas em estabelecimentos fabris, onde a mecanização desencadeou níveis de produção superiores aos da oferta, com efeitos directos na

¹⁰⁸ SIMÕES, 1910: 608.

¹⁰⁹ SIMÕES, 1910: 437.

¹¹⁰ SIMÕES: 1910: 478.

¹¹¹ *A Vida*, 21 de Fevereiro de 1909.

redução das horas de trabalho¹¹². No sector aurífero o trabalho também era executado maioritariamente em fábricas, todavia existiam casos de casas manufactureiras onde trabalhavam apenas o patrão e um aprendiz por conta própria. Nesta indústria existiu um ajustamento da mecanização à necessidade de produção de forma a não prejudicar mais este sector, que se viu em crise a partir de 1907¹¹³.

A indústria do calçado era simultaneamente desenvolvida em oficinas e ao domicílio. O único caso apontado de introdução de novas tecnologias nesta indústria foi a fábrica *A Portugal*. Apesar de este estabelecimento ser dedicado especialmente à exportação, os excedentes resultantes dos seus níveis de produção superaram toda a concorrência desta cidade com o calçado de homem e mulher. Os trabalhadores desta indústria, à excepção de crianças e mulheres, trabalhavam todos à empreitada¹¹⁴.

Os trabalhadores ligados ao ofício da produção de calçado de fancaria não viram o regime pautal como ameaça, já que concebiam que a indústria estrangeira neste ramo não fazia concorrência à produção nacional. Esta estava dividida entre três ramos distintos: a obra de senhora; obra de homem; obra virada e ainda o ramo auxiliar das gaspeadeiras. No Porto apenas existia uma fábrica mecanizada, cuja associação de classe refere que este novo equipamento produzia o equivalente a quatro operários¹¹⁵. A obra de senhora era o ramo que empregava mais mão-de-obra com 404 operários. Este trabalho era desenvolvido à empreitada e ao jornal no caso das gaspeadeiras que trabalhavam nas oficinas e domicílios¹¹⁶. Como forma de precaução e antecipação da descaracterização laboral provocada pela mecanização desta indústria, a classe dos sapateiros pretendia que fosse dada prioridade ao acesso às fábricas mecânicas a elementos “diplomados” pelas associações de classe das respectivas actividades¹¹⁷.

O sector dos tamanqueiros era composto por cerca de 262 operários, subdivididos em diversas especialidades. Este trabalho era desenvolvido exclusivamente em fábricas. Todos os operários trabalhavam de empreitada, à excepção dos mestres. As suas crises eram motivadas pelo excesso de produção provocado pelo regime de trabalho nocturno durante o Inverno¹¹⁸.

Na indústria ligada às peles também existiu o incremento de aparelhos mecânicos com influência directa na contratação de mão-de-obra e nos salários. O ramo mais afectado foi o dos atanados secos e verdes, devido à falta de protecção pautal. O pessoal contratado para esta

¹¹² SIMÕES, 1910: 486.

¹¹³ SIMÕES, 1910: 491.

¹¹⁴ SIMÕES, 1910: 227.

¹¹⁵ SIMÕES, 1910: 238.

¹¹⁶ SIMÕES, 1910: 241.

¹¹⁷ SIMÕES, 1910: 254.

¹¹⁸ SIMÕES, 1910: 255.

indústria tinha como principal área de proveniência a região de Guimarães, região que também possuía um forte sector ligado à indústria dos curtumes¹¹⁹.

O sector terciário estava representado por três associações de classe ligadas à barbearia, que, apesar de antagónicas – como exploraremos no próximo capítulo – tinham problemas em comum. Este sector estava dividido entre as funções de amoladores, barbeiros, cabeleiros e calistas; esta última com uma componente medicinal. Esta profissão podia ser desenvolvida nas barbearias ou na casa dos clientes.

A mecanização nesta área registou-se ao nível da introdução de tesouras e navalhas mecânicas¹²⁰. Como quase todas as actividades já descritas, a classe dos barbeiros também se debateu com a chegada de muitos trabalhadores provenientes da província e alguns de Espanha. Os problemas que mais afectaram esta classe estavam associados à mecanização do trabalho, à vulgarização da utilização de ferramentas de instrumentos de barbearia pelo consumidor, que permitia que este “se enfeitasse a si a mesmo”, assim como o trabalho desenvolvido por barbeiros que esta associação não considerava profissionais, em estabelecimentos como oficinas de bairro, cadeias, quartéis, fábricas, hospitais e instituições de beneficência¹²¹.

No sector da alimentação existia nesta cidade a Associação dos Confeiteiros e Artes Correlativas, que englobava a confeitaria e a pastelaria. Esta indústria era predominantemente oficial, ainda que também tivesse uma componente domiciliar, que, segundo esta associação, fazia grande concorrência às confeitarias¹²². Nesta indústria predominava o cariz artesanal. Nas oficinas com maior expressão trabalhavam sete empregados e nas mais pequenas, três.

Segundo a *Inquirição*, a refinação de açúcar era desenvolvida exclusivamente em fábricas e estava dividida entre as especialidades de colherões e fomalheiros. Em 1890 estavam inventariados 23 estabelecimentos ligados a esta indústria, conhecida pelos seus péssimos ordenados e condições de trabalho¹²³. A maioria das refinarias de açúcar estava situada no Bairro Oriental. Só no final do século surgiram algumas em Campo Alegre, Cedofeita e Gaia¹²⁴. O ofício de fomalheiro era o mais importante sendo que estes últimos se destacavam pelo seu salário de 950 réis diários. A associação de refinadores de açúcar reportou na *Inquirição*, que as fábricas onde existiu a introdução de novos mecanismos foram a fábrica do Ribeirinho e a Companhia Portuguesa de Refinação. Este acontecimento acarretou a diminuição de trabalho e do salário¹²⁵. Alegando razões de saúde pública os refinadores de açúcar reclamaram o

¹¹⁹ SIMÕES, 1910: 560.

¹²⁰ SIMÕES, 1910: 562.

¹²¹ SIMÕES, 1910: 562.

¹²² SIMÕES, 1910: 72.

¹²³ ALVES, 1998: 396.

¹²⁴ ALVES, 1998: 397.

¹²⁵ SIMÕES, 1910: 75.

monopólio da refinação de açúcar para as fábricas, considerando que este processo deveria passar pela proibição dos moinhos de triturar açúcar e a venda em grosso de açúcar por refinar¹²⁶. Este facto resultou da diminuição das importações de açúcar do mercado brasileiro e a importação de açúcar de Hamburgo, que passava nas alfândegas por açúcar não refinado que concorria em melhores preços com o açúcar refinado em Portugal¹²⁷.

Por último, e quase sem expressão associativa, existiam as classes ligadas ao sector da hotelaria e da restauração compostas por um vasto grupo de trabalhadores indiferenciados que executavam trabalhos mal remunerados sem algum tipo de especialização, como era o caso dos corretores de hotelaria, empregados de mesa ou criados de cozinha e de quarto, trabalhando por conta dos estabelecimentos comerciais.

3.2 O quotidiano laboral do operariado portuense

As incertezas que marcavam o quotidiano laboral do operariado portuense encontraram fundamentos nas suas mais diversas vertentes, a começar pela contratual. *Grosso modo*, o processo de contratação passava por um acordo oral entre a entidade empregadora e o operário, no que as associações denominavam de “uso e costume”. Assim, em sectores como o da construção civil, o operário andava de obra em obra, ou dirigia-se a casa dos mestres e empreiteiros à procura de emprego. Deste facto resultava a dependência do operário relativamente a todas as arbitrariedades que pudessem surgir no seu quotidiano: “Devido à condição precária dos operários pedreiros, estes, quando conseguem trabalho, não estabelecem condições, pagando-lhes os empreiteiros ou mestres, como querem ou entendem”¹²⁸. Na indústria metalúrgica dava-se este caso: “Nesta indústria o uso, o costume do contrato de trabalho consiste em o patrão tomar o operário só enquanto tem necessidade; depois franca ou sistematicamente despede-o”¹²⁹.

Na indústria da restauração o tipo de trabalho era baseado na quase total dependência do trabalhador para com o patrão, existindo uma grande diversidade de casos: “Há empregados com um pequeno ordenado, outros só têm as refeições e gorjetas que os fregueses dão: há-os que para trabalhar nos estabelecimentos, têm que pagar uma diária aos donos que servem!”. Para além destes casos, muitos dos empregados internos eram alojados pelos seus patrões em compartimentos anexos ao seu estabelecimento sem nenhum tipo de condições: “Há algumas

¹²⁶ SIMÕES, 1910: 76.

¹²⁷ ALVES, 1998: 395.

¹²⁸ SIMÕES, 1910: 295.

¹²⁹ SIMÕES, 1910: 229.

subterrâneas, sem luz, húmidas, com ratos e insectos”¹³⁰. Já os cocheiros que trabalhavam por conta de outrém também não tinham algum tipo de garantia salarial, estando sujeitos ainda às despesas de fardamento e sustento parcial dos animais que utilizavam no seu trabalho¹³¹.

Perante os casos apresentados, a questão das Bolsas de Trabalho, teorizadas pelo sindicalista revolucionário Fernand Pelloutier ganhou relevo e adeptos dentro do associativismo de classe portuense:

*Para demonstrar que a criação de tais bolsas é uma necessidade social, basta citar que em pleno século XX, a título da oferta e procura de braços para a lavoura, se exibem no Porto duas vezes no ano, verdadeiros mercados de escravos, e que dão o nome de feiras de moços! E para tornar mais execrando o acto, efectuum-se no mesmo local em que se mercadeja o gado e ainda conjuntamente com este!*¹³²

A questão dos horários de trabalho, da organização do trabalho e do descanso semanal também teve grande amplitude no debate associativo sobre a condição do operariado. A jornada de trabalho dificilmente baixava das dez horas diárias e podia chegar às dezasseis. A não regulamentação do tempo de trabalho tinha as suas críticas sustentadas em dois grandes pontos: a incapacidade física do operário em suportar o trabalho durante um período tão longo e também o facto de nas zonas rurais se trabalharem mais horas, logo desvalorizando os produtos produzidos nas indústrias citadinas. De resto, algumas associações de classe, como as de tecelagem, ao apresentarem a relação de salários na sua indústria, estabelecem uma comparação com os salários auferidos pelo operariado das zonas rurais, demonstrando que nessas regiões estes recebiam menos de metade do salário auferido na cidade¹³³.

O trabalho efectuado por empreitada foi criticado por associações de classe como a da contrucção civil, devido ao facto de os empreiteiros e mestre-de-obras cortarem na contratação de mão-de-obra a jornal, para mais fundos salvarem. Esta questão pode ser acompanhada na construção de quatro fábricas de electricidade pertencentes à Companhia Carris do Porto. Outra associação de classe que reclamou o fim do trabalho por empreitada foi a dos chapeleiros, alegando que este tipo de trabalho, aliado à mecanização, além das crises de sobreprodução, era responsável pela imperfeição de trabalho. Em contrapartida, deveria ser instituído o horário de oito horas de trabalho com um salário máximo e mínimo¹³⁴.

¹³⁰ SIMÕES, 1910: 656.

¹³¹ SIMÕES, 1910: 585.

¹³² BASTO, 1917: 26-28.

¹³³ SIMÕES, 1910: 123.

¹³⁴ SIMÕES, 1910: 203.

Os dias de descanso geralmente verificavam-se aos domingos e nos dias santificados. Contudo, estas determinações estavam dependentes de condições diversas, como no caso dos barbeiros, que viam no domingo um dia privilegiado para o negócio. A discussão gerada entre as três associações deste sector à volta deste tema ditou uma cisão no seio desta classe.

Na vertente dos acidentes de trabalho, no ano de 1909, o Visconde de Vilarinho de S. Romão rejubilou na introdução ao *Boletim do Trabalho Industrial* anunciando que esse ano foi o que se registou um menor número de sinistralidades e fatalidades na indústria portuguesa. A sua tese era fundamentada na teoria que o operariado passou a ter uma melhor compreensão das regras de segurança, estabelecendo até uma comparação das estatísticas destes progressos com o caso francês. Segundo os dados do *Relatório de Serviços Técnicos da Indústria*, apenas se registaram 44 acidentes de trabalho¹³⁵.

Revelando um total desconhecimento da realidade laboral portuguesa e um certo paternalismo, este relatório apresentou uma relação detalhada de cada trabalhador desde o seu nome às causas do acidente. Estes acontecimentos invariavelmente eram imputados à imprudência do trabalhador. Este relatório refere ainda que, durante o tempo de recuperação, todos os trabalhadores enumerados receberam o seu salário integral ou parcialmente; ou, no único caso em que operário faleceu, o seu funeral foi pago.

Do mesmo optimismo não gozavam os periódicos desta cidade. Nas suas colunas dedicadas ao quotidiano do operariado os acidentes de trabalho abundavam. Em todos os sectores se registaram quase diariamente acidentes ou fatalidades, contrariando os dados reportados no *Boletim do Trabalho Industrial*. No caso dos manipuladores de fósforos, neste mesmo ano, foi noticiado o flagelo que se abateu sobre esta classe: “Há pouco mais de 6 meses tem a classe dos fosforistas sofrido uma enorme quantidade de baixas no número dos seus membros”¹³⁶.

Outra classe gravemente prejudicada por este problema foi a dos trabalhadores da construção civil. As notícias de acidentes desta classe eram as que preenchiam de forma quase quotidiana as páginas de todos os jornais: “rara é a semana que o *Construtor Civil* não tem que execrar nas suas colunas um desastre de um camarada seu”¹³⁷. Neste enquadramento, assistiu-se em 1909 a uma tentativa de regulamentação do trabalho ligado a este sector. Esta legislação teve como intenção estatuir a actividade dos mestres, exigindo que estes fossem diplomados através de uma formação. Esta legislação teve o apoio dos operários que enaltecera a acção do Ministro das Obras Públicas na reunião magna das quatro classes da construção civil. Estes

¹³⁵ VILARINHO DE S. ROMÃO, 1910: 12.

¹³⁶ *A Voz do Povo*, 5 de Setembro de 1909.

¹³⁷ *O Construtor Civil*, 8 de Dezembro de 1909.

acreditavam que esta actividade estava composta pelo excesso de mestres, sem qualquer tipo de qualificação para dirigir obras¹³⁸.

Na indústria eléctrica os acidentes ocorriam pela falta de condições de segurança dadas ao operariado aliada à falta de formação no manuseamento de mecanismos eléctricos¹³⁹. Também se contabilizaram constantes envenenamentos por estes lidarem diariamente com materiais altamente tóxicos, como o sulfato de cobre, cloridrato de amoníaco, bicromato de potássio, sais de zinco e chumbo.

A pouca aplicação das leis relativas aos desastres de trabalho levaram associações como a de calçado de fancaria a reivindicar uma legislação que obrigasse os industriais ao pagamento do salário total que os operários auferiam, ou, em caso de invalidez, o pagamento de um terço do salário total¹⁴⁰. Quanto à assistência nas fábricas, o único caso referido nesta *Inquirição* foi o da *Companhia dos Tabacos*, que tinha um médico que efectuava visitas semanais a esta fábrica. Para a regulamentação e melhoramento das condições de trabalho nesta indústria, contribuíram figuras como Oliveira Martins. Este foi o responsável pelo estudo das condições de trabalho dos manipuladores de tabaco da cidade do Porto, aquando do Inquérito Industrial em 1881. Assim, quando passou a administrador geral da Companhia em 1891, promulgou o regulamento orgânico da Administração Geral dos Tabacos, que compreendia a implementação ds 8 horas diárias de trabalho, bem como um serviço clínico, com assistência médica e farmacêutica, caixa de socorros, cooperativas, caixa económica, creches e escolas primárias e profissionais¹⁴¹.

Para além dos casos de mortalidade ocorridos de forma acidental durante o exercício das suas actividades, também existiam os casos de mortalidade indirecta. Esta situação era resultante da degradação quotidiana da saúde física dos operários nos trabalhos que desenvolviam. Atestando este fenómeno estão as respostas à *Inquirição* no que dizia respeito ao tempo de vida laboral de um operário. Como se pode verificar no caso dos tecelões, este era determinado pela sua resistência física: “podem conservar-se até à idade de 40 a 50 anos, se antes não forem atacados de doenças graves, o que frequentemente se dá, não só pelas muitas horas de trabalho como também pela falta de higiene das fábricas, e ainda pelos frequentíssimos desastres no trabalho ocasionados”¹⁴². Nesta indústria verificavam-se os mais variados acidentes no manuseamento dos teares mecânicos resultantes em esmagamentos e amputações de membros.

¹³⁸ *A Voz do Povo*, 14 de Agosto de 1909.

¹³⁹ SIMÕES, 1910: 521.

¹⁴⁰ SIMÕES, 1910: 252.

¹⁴¹ SANTOS, 1974: 378.

¹⁴² SIMÕES, 1910: 122.

No ramo da cardação, as doenças mais frequentes eram motivadas pelo pó do algodão, que causava graves problemas respiratórios e pulmonares. Uma das reivindicações da classe dos pintores no Congresso Nacional Operário foi que fosse decretada a proibição da venda de tintas derivadas do chumbo, grande responsável por doenças como o saturnismo¹⁴³.

Da classe dos trabalhadores fluviais também surgem relatos das mais diversas doenças resultantes da constante exposição aos rigores climatéricos e aos trabalhos pesados. Estes trabalhadores eram flagelados por doenças respiratórias e ortopédicas, assim como doenças digestivas por muitas vezes beberem a água do rio, contraindo toda a espécie de doenças bacteriológicas, bem como de epidemias em navios contaminados¹⁴⁴. Dado o número de acidentes ocorridos entre menores neste sector, esta associação pretendeu que o trabalho fosse proibido a menores de 15 anos e dos maiores que não tivesse pelo menos dois anos de prática em qualquer serviço fluvial, assim como a proibição do trabalho nocturno a menores de 15 anos e a maiores de 50¹⁴⁵.

Devem sublinhar-se ainda os surtos periódicos de epidemias que abalaram esta cidade. A tuberculose foi uma das maiores causas de morte do operariado portuense, aliada à exposição a materiais tóxicos e falta de condições higiénicas que contribuíram para a degradação quotidiana das defesas orgânicas destes indivíduos. Os boletins oficiais demonstraram esta preocupação, associando o aumento de doenças como a anemia, escrúlose e tuberculose com a má alimentação e as péssimas condições de habitação, com especial incidência no caso dos “trabalhadores do norte”¹⁴⁶. A associação de classe dos chapeleiros referia-se aos seus locais de trabalho desta forma:

*Não há higiene pelas más condições dos estabelecimentos fabris, como ainda pelos vapores que a classe operária absorve de produtos químicos de tintas secretas, do pelo e pós deste. Basta dizer que a classe dos chapeleiros é uma das que nas associações de socorro mútuo, raras vezes é admitida, pelas continuadas doenças de que são acometidos*¹⁴⁷.

A utilização de trabalho infantil na indústria portuense era uma realidade que se dividia entre dois grandes conceitos; o aprendizado e o trabalho indiscriminado, como nos indica o seguinte excerto referente à classe dos distribuidores de jornais:

¹⁴³ SIMÕES, 1910: 303.

¹⁴⁴ SIMÕES, 1910: 607.

¹⁴⁵ SIMÕES, 1910: 616.

¹⁴⁶ VILARINHO DE S. ROMÃO, 1910: 12.

¹⁴⁷ SIMÕES, 1910: 199.

*Neste mester não existem aprendizes. Existem menores que fogem das famílias e se empregam a vender jornais para mais facilmente poderem andar na vadiagem sem serem incomodados pelas autoridades. Assim como outros que as próprias famílias mandam vender jornais e que uma vez em contacto com os outros seguem o mesmo caminho, ou seja o vício e o roubo.*¹⁴⁸

Ambos os casos tinham a função de embaratecer a mão-de-obra, ainda que no primeiro caso sejam acarretadas mais expectativas laborais do que no segundo. Assim acontecia na classe dos barbeiros, em que o regime de aprendizagem resultava na base de um acordo mútuo entre a família e o dono do estabelecimento, sendo que as despesas da sua alimentação e estadia eram suportadas pelos primeiros¹⁴⁹.

Em sectores como o da construção civil coexistiam as duas formas de trabalho infantil. Por um lado, o aprendizado feito de forma hereditária que requeria uma aprendizagem desde os 13 anos, com um membro da família ou um tutor até à emancipação laboral. Por outro lado, o grande número de crianças que se empregavam neste sector efectuando todo o tipo de trabalhos durante as mesmas horas dos adultos do sexo masculino:

*Pois meus amigos, é raro o dia em que não encontramos menores pelas ruas gemendo debaixo de grandes pesos e muitas vezes nas suas horas de descanso sem que ninguém se interesse pela sorte desses infelizes, que tão crianças começaram a ser explorados pelo capital*¹⁵⁰.

O problema do aprendizado não era um tema pacífico. Na ala sindicalista portuguesa, o debate entre Domingos Navarro e Manuel Joaquim de Sousa foi reflexo disso. O primeiro concebia desta forma o papel do aprendizado:

*suprimir o braço do aprendiz é dar ainda mais força ao braço do forte da mecânica; é facilitar mais o ingresso do mal na nossa classe! O aprendiz é um reforço e amanhã será o sustentáculo da guerra que ora empreendemos. Restringir a aprendizagem é limitar a nossa força, é diminuir as nossas fileiras de combate*¹⁵¹.

¹⁴⁸ SIMÕES, 1910: 472.

¹⁴⁹ SIMÕES, 1910: 548.

¹⁵⁰ *O Construtor Civil*, 6 de Fevereiro de 1910.

¹⁵¹ *O Sapateiro*, 2 de Outubro de 1910.

Já Manuel Joaquim de Sousa, apesar de não ser contra a mão-de-obra dos aprendizes, considerava que esta acarretava uma maior concorrência, sendo esta a realidade que os industriais desejavam. Este concebia que a existência de menos braços iria obrigar os industriais a pagarem a obra mais cara, dando o exemplo da indústria da tecelagem. Assim, o solucionamento deste problema passava pela regulamentação dos horários de trabalho em todas as fábricas.

*Houve até um erro da parte daqueles operários e que convém frisar: tal horror tinham pela mecânica que se recusaram obstinadamente a trabalhar com ela. O resultado foi os industriais servirem-se de mulheres para substituírem os homens. Na indústria da sapataria está quase sucedendo outro tanto*¹⁵².

O futuro fundador da CGT avançou ainda com outra proposta, muito em voga no pensamento anarquista de inícios do século: “Pois façamos a propaganda do neo-Malthusianismo, porque, não só se evitam os degenerados e sífilíticos, aperfeiçoando a espécie, como se põe um dique às causas de barateamento constante dos preços de mão-de-obra que tanto convém ao industrialismo – a aprendizagem”¹⁵³.

Quanto à relação entre mestres, capatazes e operários na vida industrial, são abundantes os relatos sobre a brutalidade quotidiana nos locais de trabalho. As formas de controlo e punição do operariado eram as mais variadas, desde a agressão física até a pesadas multas. Como referiu Sidney Pollard, a violência era o meio privilegiado para fazer prevalecer a disciplina fabril no operariado chegado das regiões rurais¹⁵⁴. Da indústria metalúrgica chegam-nos testemunhos de casos em que os ajudantes eram espancados pelas coisas mais insignificantes, como atrasos na entrada ao trabalho depois do almoço, seguidos de multas no salário¹⁵⁵. Na indústria têxtil também nos são relatados os excessos cometidos contra os seus trabalhadores, em especial as mulheres, que compunham grande parte da massa laboral desta indústria. No Jornal *A Vida* foram feitas várias denúncias da situação vivida na Fábrica de Fiação e Tecidos: “todos os mestres são verdadeiras bestas, pelas coisas mais insignificantes aplicam multas e que multas! [...] Com as mulheres é muitíssimo pior, trabalham ali mulheres cujo tratamento por banda dos mestres é vergonhoso e indigno”¹⁵⁶. Ainda sobre esta fábrica, o periódico *A Defesa Operária*,

¹⁵² *O Sapateiro*, 2 de Outubro de 1910.

¹⁵³ *O Sapateiro*, 2 de Outubro de 1910.

¹⁵⁴ POLLARD, 1963: 264.

¹⁵⁵ *A Voz do Povo*, 23 de Maio de 1910.

¹⁵⁶ *A Vida*, 25 de Abril de 1909.

refere: “Nesta fábrica, acobertados pela humanitária direcção da Companhia, os encarregados produzem ao dia mais em multas do que talvez – o que seria mais útil – em trabalho”¹⁵⁷.

Como surge referido na *Inquirição*: “É muito raro aquele que não impõe multas; em quase todos os estabelecimentos, pela mais pequena infracção as impõe exorbitantes, chegando em algumas fábricas a corresponder a metade da fêria semanal”. O produto destas multas podia ter os mais variados tipos de destinos, um deles era a Caixa de Pensões, como acontecia no caso da Companhia de Caminhos de Ferro. Todavia na maioria dos casos revertiam a favor do próprio industrial.

Criado em 1896, o Tribunal dos Árbitros Avindores desempenhou um papel de grande relevo na mediação de muitas questões laborais. As associações de classe eram unânimes quanto à sua importância, defendendo que estes tribunais deviam alargar a sua esfera de influência a povoações como Gaia.

3.3. Formas de solidariedade operárias

Sujeitos a salários baixos e inconstantes, agravados quer na forma de pesadas multas quer na incapacidade temporária, o operariado português experimentou no final da primeira década do século XX os mais complicados problemas na “batalha pelo pão”. A situação debilitada de muitos trabalhadores, encontrados prostrados, em péssimas condições de saúde, nos locais públicos era descrita de forma recorrente nas páginas dos jornais.

Como já foi referido, o Norte do país viu a sua situação agravada pela crise agrícola e comercial dos vinhos do Douro:

*Vai por esses campos, por essas cidades, uma miséria profunda, terrível. Operários ainda ontem cheios de vida, camponeses há pouco robustos, mendigam hoje cadavéricos, pelas estradas e pelas ruas, lembrando uma geração de esqueléticos fantasmas, que ao sopro de uma potestade cruel tivessem saídos dos tumulos para mostrar toda a hediondez da morte*¹⁵⁸.

A inflação do preço dos víveres, potenciada e conjugada com a dureza do proteccionismo alfandegário, dificultou ainda mais a condição do operariado desta cidade. Como nos apresentam as notícias publicadas pelo periódico republicano *A Voz Pública*, muitas vezes, questões burocráticas impediam o abastecimento pleno da cidade:

¹⁵⁷ *A Defesa Operária*, 9 de Maio de 1909.

¹⁵⁸ *A Aurora*, 25 de Setembro de 1910

Já um dia destes esclarecemos que ao Governo Civil havia ido uma comissão solicitar a publicação de um decreto autorizando a entrada de milho exótico e que no mesmo dia o chefe do distrito fora procurado por uma contra comissão, que lhe garantira o mercado estar preparado para as necessidades do momento. É certo que no mercado existe milho, mas grande parte dele está impróprio para o consumo e qualquer demora na publicação do decreto autorizando a importação de milho estrangeiro parece que o Estado apenas deseja proteger os detentores do milho avariado. Na alfândega desta cidade está armazenada grande quantidade de milho exótico aguardando autorização para o despacho. Deve o governo autorizar esse despacho, porque o milho é a base essencial da alimentação do operariado¹⁵⁹.

O periódico socialista *A Voz do Povo* considerou que a gravidade e urgência desta situação obrigavam a que esta fosse tratada de forma extrapartidária. Nas suas páginas caracterizou este ciclo como “uma quadra de verdadeira amargura” em que as classes trabalhadoras viveram um “verdadeiro regime de fome”. Sobre estes tópicos, reforçou ainda que todos os géneros alimentícios à excepção do vinho se encontravam profundamente inflacionados, considerando intolerável que o preço do pão de milho ascendesse aos 45 e 50 réis o quilo¹⁶⁰.

O Congresso Municipalista realizado nesta cidade no ano de 1910 também abordou com grande inquietação este tema. Na sua apresentação, Correia Pacheco apresentou os problemas das subsistências de um país que apesar de ter sido predominantemente de economia agrária, demonstrou uma profunda incapacidade estrutural de produção e dar resposta à procura alimentar interna:

A produção agrícola em Portugal é fraca, cara e deficiente, e apesar de se dizer que são grandes os recursos inexplorados, em vão esperamos que os factores produtivos se coordenem para suprir as necessidades actuais. [...] Mas além das substâncias que nos oferece o mercado interno, muitas outras há que temos que ir buscar aos externos e que entram por muito na alimentação no todo ou em parte: os cereais, o arroz, o açúcar, o chá, e, em parte importante, o bacalhau¹⁶¹.

Na esteira deste flagelo, uma das grandes reivindicações feitas pelas associações de classe na *Inquirição* passou pela revisão, regulamentação e supressão dos direitos sobre os

¹⁵⁹ *A Voz Pública*, 4 de Julho de 1909.

¹⁶⁰ *A Voz do Povo*, 16 de Novembro de 1909.

¹⁶¹ PACHECO, 1910: 81-82.

produtos alimentares. Esta concepção partiu da ideia que o Estado devia reforçar o poder regulador dos municípios no sentido de estes controlarem o preço do milho, trigo e centeio, disciplinando assim o preço do pão¹⁶².

Utilizando o caso dos chapeleiros portugueses como exemplo, podemos constatar que os seus gastos diários eram cerca de 600 réis. As suas principais despesas eram feitas na alimentação, roupa, renda de casa, tabaco e nas associações de socorro mútuo, no caso dos que conseguiram poupar algum dinheiro. Grande percentagem da classe trabalhadora despendia todo o dinheiro ganho a jornal, em outros casos recorriam a sistemas de crédito sobre bens penhorados para garantir a sobrevivência quotidiana: “A pessoa que vai comprar géneros para um dia, ainda que não seja para numerosa família, gasta uma soma em absoluto proporcional com os ganhos, se é de classe pobre”. O resultado desta equação materializou-se no quotidiano de muitas famílias operárias, que para sobreviverem tinham que recorrer a “expedientes extremos”¹⁶³.

Quadro 2: Preço dos géneros alimentícios no Porto em 1909.

Productos	Preço (em réis)
Pão de Milho (Kg)	50
Sêmea (Kg)	90
Bacalhau Inferior (Kg)	220
Arroz Inferior (Kg)	100
Açúcar (Kg)	240
Batatas (Kg)	35
Café (Kg)	400
Azeite (Litro)	320
Vinho (Litro)	60
Leite (Litro)	60
Hortaliças (Kg)	Variado

Fonte: SIMÕES, 1910: 213.

O crescimento polinuclear da cidade conjugado com os movimentos migratórios provenientes das zonas rurais fez com que no final primeira década do século XX a taxa de ocupação das *ilhas* quase duplicasse e como efeito inflacionasse o preço dos arrendamentos. Os números são bastante elucidativos quanto à evolução da ocupação destes aglomerados populacionais. Em 1885 estes eram ocupados por 19.460 habitantes; no ano de 1910

¹⁶² SIMÕES, 1910: 309.

¹⁶³ *A Voz do Povo*, 16 de Novembro de 1909.

aproximadamente 38.760 habitavam estas zonas¹⁶⁴. O valor do arrendamento destas habitações também conheceu uma grande inflação sendo que podiam ir desde 1\$000 a 4\$000 réis mensais. Em muitos casos o pagamento era feito adiantadamente; em outros, muitos inquilinos preferiam pagar semanalmente de forma a aliviarem as suas despesas mensais.

É que a classe trabalhadora não encontra hoje pra habitar no Porto, senão por preços exorbitantes, e apesar dessa exorbitância não se encontra com facilidade. As casas d'ilha que há vinte anos se alugavam por 1\$200 réis ou 1\$500 réis mensais, alugam-se hoje por 2\$500, 3\$000 e mais. [...] Trabalhando não chega o salário para atender às menores necessidades de alimentação; ao chegar ao fim do mês, o operário ou fica sem férias, para pagar a renda, e perde o crédito na mercearia, ou não paga a renda, e é posto violentamente na rua pelo seu senhorio¹⁶⁵.

O operário José da Silva, proveniente de Braga, que habitou numa ilha chamada Carpinteira situada na Rua de S. Dionísio, descreveu-nos desta forma o local onde viveu.

As escadas que davam para o piso superior estavam todas desconjuntadas e cheias de fendas por onde passava o lixo, quando eram varridas, lixo que me caía na cara quando estava deitado. No quarto do rés-do-chão dormia meu padraço e no vão de escada ficava eu. Na sórdida enxerga de zarapilheira, cheia com palha, algumas vezes chorei de raiva, ao sentir-me cercado por tanta miséria. Um dia adoeci gravemente, deixando de trabalhar. Em casa não havia um termómetro para medir a febre, minha mãe ia para o Bolhão grangear a vida e eu ficava ali abandonado, sem ninguém que me chegasse um copo de água, salvo ao meio dias, quando uma das minhas irmãs me trazia um caldo de taberna, que eu já não podia tragar¹⁶⁶.

Estes locais e habitações foram largamente referenciados e estigmatizados em todo o tipo de prosa sobre o assunto. Estas casas estavam, na sua maioria, divididas por uma pequena sala, alcova, cozinha e na melhor das hipóteses um sótão¹⁶⁷. As suas

¹⁶⁴ PEREIRA, 1994: 65.

¹⁶⁵ *A Voz do Povo*, 28 de Novembro de 1909.

¹⁶⁶ SILVA, 1971: 39.

¹⁶⁷ SIMÕES, 1910: 197.

péssimas condições de habitabilidade eram uma realidade, muitas delas onde as infecções se propagavam com grande rapidez¹⁶⁸:

São perigosas pela aglomeração de habitantes e promiscuidade individual, e são insalubres pela quantidade de fossas, montureiras e outros elementos deletérios. Cada uma destas espeluncas compõe-se geralmente de dois compartimentos, num dos quais se cozinham os alimentos e pernoitam os filhos¹⁶⁹.

A situação precária em que muitos operários viviam levou a que colectividades como a Associação de Classe dos Operários Têxteis de Ambos os Sexos se empenhassem através das suas reivindicações em salvaguardar que os operários não fossem despejados pelos seus senhorios indiscriminadamente, através da reformulação da lei dos despejos, passando a sua proposta por estes moldes:

- 1.º Salvar o inquilino, quando in labor seja requerido o despejo pelo senhorio por falta de pagamento;*
- 2.º Idem, quando em crises de trabalho ou doentes;*
- 3.º Quando presos ou em circunstância que justifique as razões determinadas da falta de pagamento; [...]*¹⁷⁰

Outras práticas de alojamento igualmente precárias passavam pelo aluguer de dormidas em *casas da malta* para os que trabalhavam no Porto sazonalmente, na sua maioria localizadas na zona da Sé. Também como já foi enunciado anteriormente, podiam ser alojados pelos próprios patrões nos seus locais de trabalho, como acontecia na indústria da restauração e hotelaria. Os únicos casos apresentados na *Inquirição* de operários com habitação própria nesta cidade eram o que estavam ligados à indústria dos tabacos e ao *Comércio do Porto*. Sendo que só alguns a possuíam nas suas freguesias rurais de proveniência, com especial incidência nos operários ligados à construção civil.

Os poucos bairros construídos para o efeito de albergarem a população operária deveram-se à iniciativa privada de algumas empresas mais prósperas, como foi o caso do *Comércio do Porto* ou da Companhia Fabril de Salgueiros. Sob a liderança de Bento Carqueja, os três bairros operários do *Comércio do Porto* foram concebidos num projecto pioneiro

¹⁶⁸ MAIA, 2000: 587.

¹⁶⁹ SIMÕES, 1910: 520.

¹⁷⁰ SIMÕES, 1910: 262.

inspirado pelo estilo de construção de habitações operárias francesas de matriz “mulhousiana”. Este tipo de arquitectura habitacional forjado nos ideais do socialismo cristão teve um grande impacto nas zonas industriais de grande parte do Ocidente europeu. A sua divulgação em Portugal deveu-se ao impulso de arquitectos como Marques da Silva em realizações como o Bairro de Monte Pedral, em 1899, Monte Aventino e nas Condominhas¹⁷¹.

Todavia, o pioneirismo destes empreendimentos ficou aquém da sua finalidade última. Os preços do aluguer destas habitações não eram acessíveis para a grande maioria das famílias operárias. Como tal, apenas as classes mais bem remuneradas tinham acesso a este tipo de habitações, “empregados públicos ou particulares, manipuladores de tabaco e indivíduos de qualquer classe mais bem remunerada”¹⁷².

Ante as situações enunciadas, o espectro da indigência acompanhou sempre o quotidiano do operariado português: “Como é que não quer que se desenvolva, que cresça a prostituição, que se alargue cada dia mais a onda dos vagabundos, dos gatunos e dos mendigos?”¹⁷³. O vereador monárquico Bernardino Vareta abordou no Congresso Municipalista o problema da cidade, pondo em causa a acção das associações de classe, em parte devido à situação que muitas se encontravam, como veremos no próximo capítulo:

A mendicidade é livre e está generalizada de tal modo que não se pode sair à rua sem bastante cobre que depressa vai, e já me sucedeu uma noite, na rua de Santo António, tão central, policiada e relativamente pequena, encontrar sete mendigos em lugares diferentes. É proibido além das 9 horas da noite, mas eles sempre insaciáveis como um saco sem fundo, pedem às 10, às 11, pedem sempre.

O que é curioso é que há aí uma associação, que se diz de ambos os sexos, mas que é só de homens e não operários, porque não trabalham; mendigam, exploram. Pedem por carta ou ofício a favor do suposto cofre da Associação¹⁷⁴.

Apesar de na transição do século XIX para o século XX ter existido um esforço por parte das entidades governamentais no fomento de organizações sanitárias como a Repartição Municipal de Saúde, na construção de infra-estruturas sociais como a construção de dois balneários públicos em 1902 e no aumento das campanhas e estudos, encabeçados por figuras como Ricardo Jorge, diversos surtos epidémicos continuaram a assolar a cidade do Porto. Esta cidade era o centro urbano com maior taxa de mortalidade a nível nacional e uma das maiores a

¹⁷¹ GONÇALVES, 2013: 114.

¹⁷² SIMÕES, 1910: 126.

¹⁷³ *A Voz do Povo*, 14 de Novembro de 1909.

¹⁷⁴ VARETA, 1910: 20.

nível europeu. Os números inerentes a este fenómeno rondavam uma taxa bruta de mortalidade de cerca 31,6%. A população mais atingida por este facto foi a infantil, em grande parte devido à sua deficiente nutrição.

A ideia de um Estado previdente, consignado de forma bastante elaborada em algumas respostas à *Inquirição*, como foi o caso de associações de classe como a União dos Trabalhadores Fluviais, consagrando a criação de caixas de seguros contra a doença, desastres, invalidez, viuvez e orfandade, através de impostos sobre as embarcações¹⁷⁵, encontrava-se bastante longe da realidade. A inaptidão em contrariar este problema fez com que algumas associações se tentassem desdobrar em iniciativas de apoio às classes trabalhadoras, com propostas que passavam pela criação de infra-estruturas, como o projecto de construção de uma cantina encabeçado por Manuel José da Costa da Associação de Classe de Manipuladores de Pão.

De facto, o debate em volta deste projecto foi bastante entusiástico com a associação dividida em duas facções: a primeira apoiava a construção imediata de uma cantina com os activos desta associação, sendo que correria o risco de ficar sem nenhuns fundos; a segunda, que a cantina deveria ficar apenas pelo projecto e aguardar por um momento mais pertinente. Este impasse levou a que se apelasse a uma tomada de decisão urgente, já que mais demoras poderiam levar a uma dissidência definitiva da classe¹⁷⁶.

Perante a incapacidade financeira de muitas associações em darem resposta às necessidades dos trabalhadores, outras soluções vingaram neste meio, como foi o caso das caixas de socorros. A coexistência deste tipo de organização nem sempre foi pacífica dentro do movimento operário. As directivas de algumas colectividades, como a dos Tecelões Mecânicos, não consideravam a existência de caixas de socorros mútuos nas fábricas favoráveis à emancipação do operariado. Em muitas oficinas as caixas de socorros eram mistas, sendo que a sua gestão era ditada pela gestão patronal. Assim, davam-se em casos como o noticiado sobre a Casa Xavier Esteves. Nesta oficina, estava previsto que todos os operários, latoeiros e serralheiros contribuíssem por semana com meio-dia de trabalho até realizarem a quantia de 10.000 réis, sendo que o operário que fosse despedido só tinha autorização para levantar a sua quantia quinze dias depois da sua saída, ficando assim muitas vezes sem o seu dinheiro: “Ora isto quer dizer que o operário que não saia à boamente daquela casa não recebe nada do dinheiro que tem em depósito, que representa nem mais nem menos o seu suor duplamente explorado”¹⁷⁷.

¹⁷⁵ SIMÕES, 1910: 615.

¹⁷⁶ *A Pátria*, 21 de Julho de 1910.

¹⁷⁷ *A Voz do Povo* 21 de Fevereiro de 1910.

Em 1910, durante a realização do Congresso Nacional Operário, a polémica estalou quando socialistas como Cândido Pereira, Maravilhas Pereira de Sousa e o republicano Alfredo Pimenta viram a sua acção de propaganda para a federalização destas caixas ser contestada pela Associação de Classe dos Tecelões Mecânicos.

Nos centros operários, o que actualmente os está preocupando mais, é a avassaladora febre das caixas de socorros fundadas pelos industriais de mistura com alguns sabujos. E ai do operariado que não quiser pertencer a elas! É excomungado, desfeitoado e expulso da oficina. A Associação dos Tecelões Mecânicos, já por mais de uma vez protestou contra esta burla, que constitui um entrave à emancipação dos operários. Mas tudo tem sido em vão. Os fervorosíssimos defensores de tais caixas são muitos, e a prova está em que, os socialistas Cândido Pereira, Rato Maravilhas, etc., etc., etc., na Fábrica Matos & Quintans, no dia da inauguração das supracitadas caixas botaram espiche e teceram profundos elogios aos industriais¹⁷⁸.

Fruto desta acesa discussão entre a Associação de Tecelões Mecânicos e a Federação Geral do Trabalho - que insistiu em tentar atenuar as acções dos socialistas empenhados na divulgação das caixas de socorros nas fábricas - as feridas provocadas por esta discussão não mais sararam e esta associação decidiu abandonar o Congresso Nacional Operário em forma de protesto, sendo que mais tarde irá também abandonar a Federação Geral do Trabalho¹⁷⁹.

Todavia, apesar desta controvérsia, a existência destas caixas era e continuou a ser uma das principais formas de organização operária com o reconhecimento e participação das associações de classe. Algumas caixas foram mesmo motivo de discussões internas nas associações, como aconteceu na Fábrica de Salgueiros, onde existiram divergências por um sorteio de rifas para a caixa desta associação ter incluído não associados¹⁸⁰.

Surgem assim em destaque organizações como a Caixa de Pensões da Liga de Artes Gráficas, que, fruto da organização que ainda trazia do mutualismo pioneiro de meados do século XIX, chegou aos últimos anos da Monarquia perfeitamente saudável e a cumprir os pressupostos da sua organização:

Sem exageros diremos que é uma das associações operárias desta cidade que possui uma caixa de auxílio que mais benefício presta aos seus associados. O número de camaradas tipógrafos subsidiados pela Caixa foi realmente grande e se atendermos à

¹⁷⁸ A *Vida*, 1 de Agosto de 1909.

¹⁷⁹ A *Voz do Povo*, 1 de Julho de 1909.

¹⁸⁰ A *Voz do Povo*, 20 de Junho de 1909.

*diminuta quota de 40 réis com que cada um contribui e ao subsídio que recebe, 300 réis por dia, não vemos instituição que a iguale*¹⁸¹.

Outro caso que se pode destacar foi o da caixa de socorros anexa à Associação de Classe da Indústria de Cortumes do Porto. Os seus resultados foram aplaudidos por esta associação, tendo no ano de 1909 tido uma receita de 365\$065 réis e de despesa 244\$220. Os seus operários não utilizavam a Caixa do Estado nem companhias de seguro de vida, dado que apenas os operários mais bem remunerados podiam usufruir destes serviços. Já a classe dos ourives, além de possuir socorros mútuos próprios na figura da Associação Benéfica e de Socorro Mútuos dos Ourives do Porto, também a sua colectividade de classe destinava grande parte da sua verba ao retirar 30% de toda a receita para a caixa de auxílios. O procedimento desta caixa tinha previsto que cada operário recebesse 200 réis na primeira quinzena sem trabalhar e 100 na segunda. Este apoio tinha a duração de apenas um mês¹⁸².

Casos como o dos tabaqueiros, com a sua previdência assegurada pela Companhia dos Tabacos, eram muito raros¹⁸³. Como tal, desde meados do século XIX que as associações mutualistas foram a grande forma de defesa do operariado contra as arbitrariedades do seu quotidiano. Na cidade do Porto, o movimento mutualista teve um grande impulso dos tipógrafos a partir de 1852, na figura da Sociedade de Socorros dos Tipógrafos Portugueses. Desempenhando um tímido e quase inoperante papel político na ausência da legalização das associações de classe que só se deu em 1891, as suas funções centravam-se no auxílio ao operariado em todos os aspectos do seu dia-a-dia: ausência de trabalho, doença, invalidez, funerais¹⁸⁴.

Apesar da reconhecida importância no apoio ao operariado por parte das associações de classe, a saúde económica destas instituições no final da Monarquia estava bastante debilitada pelos mais diversos factores, grande parte deles devido à falta de liquidez económica e ao ritmo de criação de novas associações: “As associações de socorros mútuos criadas para socorrer os operários na doença ou na incapacidade temporária do trabalho estão quase todas decadentes, contribuindo para essa decadência a constante fundação de novas associações”¹⁸⁵.

Segundo o estudo da *Inquirição*, as associações de socorros mútuos específicas das classes no ano de 1909 desempenhavam um papel residual, dando lugar às associações que cuidavam de sócios de todas as classes, como foi o caso da Sociedade Fraternal Beneficência de

¹⁸¹ *O Construtor Civil*, 2 de Abril de 1910.

¹⁸² SIMÕES, 1910: 496.

¹⁸³ SIMÕES, 1910: 513.

¹⁸⁴ PEREIRA, 1981: 147.

¹⁸⁵ SIMÕES, 1910: 135.

Todas as Classes¹⁸⁶. A multiplicação deste tipo de organizações com a dispersão dos associados tornou insustentável a manutenção destas associações, chegando mesmo a ser pedido às autoridades que fosse realizado um inquérito para o apuramento dos responsáveis deste problema.

*Positivamente, as associações mutualistas do norte do país atravessam um período verdadeiramente deplorável. Custa-nos dizer mas é a realidade. O interesse individual conspurca-as, aniquila-as e os que delas necessitam mendigam os seus legítimos direitos, conquistados muitas vezes, à custa de tantíssimas dificuldades, como os indigentes buscam de porta em porta, o amargo pão que os alimenta*¹⁸⁷.

Estas também lamentaram o abandono por parte das entidades estatais. À semelhança do que havia acontecido em Lisboa com a “Casa do Amparo”, as associações mutualistas também ambicionavam o patrocínio estatal, no apoio ao pagamento de uma sede para estas colectividades e um edifício próprio para actividade mutualista em condições semelhantes às existentes na capital¹⁸⁸. Se, por um lado, estas associações reclamavam a intervenção estatal, argumentando que estas desempenhavam um papel que deveria ser da sua responsabilidade, por outro, criticavam-no por perverter os conceitos do mutualismo em nome de fins políticos:

*As associações viviam mal, mas gozavam de autonomia. As suas misérias e as suas questões sucediam como hoje, mas eram resolvidas no seu seio, ou mais bem ou mais mal, pelo que tinha direito de resolvê-la, quem eram essencialmente os interessados. [...] Quem as governa, quem nelas influi, quem resolve as suas questões, são, em regra, os galopins políticos com lâmpada acesa no Governo Civil [...]. As associações já não são senão por um lado matéria de especulação para determinados indivíduos, e ao mesmo tempo pertenças da máquina eleitoral política, que funciona na Casa Pia. Esta é a verdade incontestável*¹⁸⁹.

Ainda que a legislação sobre este tipo de associações fosse ambígua, já que não autorizava a federalização destes organismos, apesar de não as proibir. Perante esta situação de degradação, muitos viram neste projecto a sua salvação. Assim, neste período surgiram

¹⁸⁶ Segundo José Pacheco Pereira, que dividiu este tipo de associações em tipo A e tipo B: as primeiras diziam respeito aos ofícios pertencentes à pequena indústria artesanal e as segundas ligadas à média e grande indústria, urbana e nacional. (PEREIRA, 1981: 140).

¹⁸⁷ *A Defesa Operária*, 30 de Maio de 1909.

¹⁸⁸ *A Voz do Povo*, 28 de Novembro de 1909.

¹⁸⁹ *A Voz do Povo*, 28 de Novembro de 1909.

propostas como a fusão de todas as associações em duas grandes associações, divididas entre o Bairro Ocidental e o Bairro Oriental sendo que estas deveriam ser em grande parte financiadas por um imposto aplicado à indústria¹⁹⁰. Corroborando esta tese, a União de Classe dos Operários Fabricantes de Fancaria, também afirmou: “todas essas instituições, que alimentam milhares de parasitas, aos quais única e exclusivamente interessa em seu lugar criarem duas instituições somente, dividindo-se o capital de todas as existentes em duas partes iguais que iria formar o capital das duas que se criassem”¹⁹¹.

Outro ponto postulado por estas organizações foi a necessidade de reformar as leis que regulavam a criação e a actividade destas associações. Toda a legislação que suportava estas instituições foi posta em causa. Os seus rendimentos não aguentavam o pagamento da contribuição industrial a partir da legislação promulgada em 1896. Reivindicaram também que as farmácias mutualistas fossem equiparadas às caixas económicas anexas às associações, ou à Caixa de Crédito, já que os seus lucros eram aplicados no socorro mútuo¹⁹². Manuel José da Silva, um dos fomentadores do mutualismo e cooperativismo português, concebeu na divulgação da Liga Farmacêutica, que em 1899 já tinha cerca de 50 associações a fornecerem medicamentos a cerca de 21.587 sócios, uma forma de aliviar as associações mutualistas das suas despesas com as farmácias e facultando ao operariado medicamentos com taxas de lucro reduzidas: “Rara é das associações ligadas que não tem experimentado a diminuição dos preços que em alguns, chega ser espantoso”¹⁹³.

No final da primeira década do século XX, as estruturas de apoio ao operariado encontravam-se nas mais diversas condições; as caixas de apoio organizadas no âmbito fabril, apesar de resultados sólidos neste meio, resultavam ideologicamente ambíguas e a progressiva deterioração económica e organizativa das associações mutualistas não conseguia dar resposta a todos os apelos determinados pelas condições de miséria desta época, apesar de continuarem a ter uma preponderância capital no amparo destes.

Desde o último terço do século XIX que Portugal já conhecia o fenómeno do cooperativismo, consignado pela Lei Basilar do Cooperativismo, de 1867. Todavia, este só despontou verdadeiramente após a Comuna de Paris. Os anos que anteciparam a queda do regime monárquico também foram profícuos na consolidação deste projecto. Na cidade do Porto despontaram organizações generalistas, como a cooperativa de produção A Portuguesa, ou específicas do sector como a Cooperativa dos Operários Tamanqueiros Portugueses e a Cooperativa de Carnes Verdes na rua da Alegria. No ano de 1909, a Sociedade Cooperativa

¹⁹⁰ SIMÕES, 1910: 140.

¹⁹¹ SIMÕES, 1910: 251.

¹⁹² *A Voz do Povo*, 28 de Novembro de 1909.

¹⁹³ *A Voz do Povo*, 10 de Janeiro de 1910.

União Familiar Operária de Consumo e Produção de Ramalde lançou uma subscrição pública para a construção de armazéns e uma secretaria¹⁹⁴. Contudo, o projecto mais complexo e ambicioso para autonomia económica e política do movimento operário portuense ocorreu no ano de 1900 através da criação da Casa do Povo Portuense. Na génese desta instituição estiveram figuras de proa do socialismo portuense como: Serafim dos Anjos, Manuel José da Silva, João Francisco Pedrosa, João Maravilhas Pereira, António Soares e Viterbo Campos.

A Casa do Povo Portuense, que se mudou em 1909, da rua do Almada para a rua Formosa, passando depois, em 1914, para edifício próprio na rua do Paraíso, foi o expoente máximo da organização cooperativa desta cidade, revestindo-se dos três principais aspectos do cooperativismo: o consumo, a produção e o crédito. Inspirada no modelo belga de cooperativismo, as *Maisons du Peuple*, era integrada por diversos fundos com diversas funções: o *Fundo de Instrução*, responsável pela doutrinação do operariado através da criação de uma rede de escolas e bibliotecas, ou o *Fundo de Auxílio a Sócios Doentes, Inabilitados e Vítimas de Falta de Trabalho*, destinado a suprir as lacunas quotidianas do operariado cooperativizado¹⁹⁵.

No período a que se reporta este estudo, os dados são peremptórios. O progresso do número de associados desta organização desde o ano da sua fundação cresceu de 399 membros em 1900 para 6025 em 1910. No que diz respeito aos seus lucros, também tiveram uma ascensão extraordinária. Nas primeiras contas do seu primeiro ano de actividade esta instituição teve 213\$425 réis de lucro, para no ano de 1910 os lucros ascenderam aos 1.864\$695 réis¹⁹⁶.

¹⁹⁴ *A Voz Publica*, 6 de Julho de 1909.

¹⁹⁵ FREITAS, 2014: 52.

¹⁹⁶ FREITAS, 2014: 45.

Capítulo 4. O mundo associativo português

4.1. Da Formosa a Lavadouros: a ruptura federalista

Antes de entrarmos nas questões federativas e nos problemas que assolaram as associações de classe, consideramos fundamental demorar-nos um pouco na apresentação das principais instituições doutrinárias desta cidade. A Casa do Povo Português esteve intimamente ligada ao desenvolvimento e sustentação do socialismo português nos inícios do século XX. Os principais organismos desta cidade, como a Junta Regional do Norte, a Federação de Associações de Classe e a FGT, bem como diversas associações de classe tinham as suas sedes instaladas na Rua da Formosa e estavam livres do pagamento de aluguer¹⁹⁷. Esta cooperativa permitiu ainda que os seus membros se pudessem dedicar a uma carreira política sem estarem sujeitos ao quotidiano laboral, dando-lhes assim mais margem de manobra, assegurando o pagamento de ordenados¹⁹⁸.

A Voz do Povo, como representante de todas as instituições socialistas desta cidade, esteve mais exposta às guerras ideológicas com sindicalistas e republicanos. Os seus ícones, Maravilhas Pereira ou Inácio de Sousa, foram alvos privilegiados. Algumas discussões acabaram mesmo nos tribunais, como aconteceu com Manuel Joaquim de Sousa, director do periódico *A Vida*, em 1910, depois de uma discussão mais acesa com Maravilhas Pereira: “Fomos chamados ao tribunal!...O furor tigrino do socialista Maravilhas Pereira, o herói da Peste, caiu sobre nós, como outrora caíam as penas do Santo Ofício sobre as multidões.”¹⁹⁹ Também o republicano Alfredo Pimenta não escapou a estes ataques, como podemos presenciar em alguns artigos como “A Autópsia de um imbecil”.

O Centro e Biblioteca de Estudos Sociais e a Federação Anarquista inspiraram e congregaram grupos libertários como o Grupo Pioneiros da Liberdade, Os Bons Amigos, os Rebeldes, ou o Grupo O Libertador que pretendia “fomentar a propaganda sindicalista no seio das classes trabalhadoras, tanto do campo como da cidade, por meio de jornais, conferências e palestras, organizando para o mesmo fim, núcleos de propaganda. [...] Canalizar toda a acção sindicalista para o comunismo libertário, base de toda a felicidade humana”²⁰⁰.

A cidade do Porto foi pioneira na formação de associações de classe inter-profissionais. Entre 1887 e 1890 foram criadas a Associação dos Operários das Artes Metalúrgicas, a Associação das Quatro Artes da Construção Civil e a Liga das Artes Gráficas. Este tipo de

¹⁹⁷ FREITAS, 2014: 54 - 55.

¹⁹⁸ FREITAS, 2014: 64.

¹⁹⁹ *A Vida*, 8 de Maio de 1910.

²⁰⁰ *Aurora*, 31 de Julho de 1910.

organizações vai ao encontro da solução avançada por Eric Hobsbawm no que diz respeito à organização associativa nos países de menor expressão industrial. As associações de classe, por não terem tanto poder negocial, recorreriam a organizações federalistas e locais, ao contrário da organização a nível nacional, registada nos países mais industrializados²⁰¹.

A FGT foi a mais significativa experiência sindicalista no Porto antes da implantação da República. Esta federação contou no ano da sua fundação, em 1907, com a adesão de 35 associações de classe, e reunia tanto socialistas como sindicalistas.

Assistimos à última sessão da corporação assim denominada, que reúne as duas extintas agremiações federativas que no Porto existiam. Não é má a impressão que recebemos. A maior parte dos indivíduos que ali vimos a formar a assembleia é recrutada entre a geração dos novos que vão vindo alistar-se nas lides associativas. Verdade é que notamos muita falta de estudo e de experiência, mas esse mal tem fácil cura. Vale mais gente obscura e bem intencionada, que homens ilustrados, como muitos que para aí encontramos bastas vezes, mas inutilizados pela corrupção dos seus hábitos e pela sua completa ausência de ideias nobres²⁰².

No mês de Abril de 1910, na sessão de encerramento do Congresso Operário, a preocupação dos socialistas relativamente ao futuro destas organizações era latente. De facto, estes manifestaram apreensão pela perda de controlo de alguns centros de influência associativa. As clivagens ideológicas e as tomadas de posição por ambas as partes não deixavam margem para dúvidas, a secessão federativa tornou-se uma realidade. A esperança que foi depositada à data da sua fundação, no período de dois anos, já não existia:

condenável procedimento da sistemática falta de solidariedade e de manifesta desorganização obreira que determinadas individualidades sempre têm desempenhado no seio das colectividades operárias de que se dizem defensores, e os quais, apenas por meio de rabulices e manigâncias se introduziram no congresso com o criminoso intento de esfacelar a organização e dividir os trabalhadores para melhor poderem satisfazer os seus vaidosos caprichos e reservadas conveniências de inconfessáveis interesses pessoais. Salientam a imperiosa necessidade de a Federação Geral do Trabalho não recuar perante esses declarados inimigos da causa e da união do operariado consciente, e portanto, entendem que as resoluções anteriores tomadas

²⁰¹ HOBBSAWM, 2005: 240.

²⁰² *A Voz do Povo*, 9 de Junho de 1907.

*por essa instituição, devem ser mantidas e respeitadas, não prestando de futuro auxílio de espécie alguma às colectividades fora do seu seio. Terminam afirmando que o congresso se deve congratular por ter saído do seu seio quem lá nunca deveria ter entrado*²⁰³.

Os socialistas indiciaram os anarquistas de estarem a levar a cabo acções de sabotagem nas suas associações de classe. Estes assumiam-se como os representantes legítimos do operariado. A propaganda sindicalista tornou-se impetuosa no ataque aos reformistas desta cidade. A demonstrar este facto esteve a quantidade de periódicos sindicalistas criados neste período, que os amparavam no assalto às associações. O ano de 1909 representou mesmo o ano mais profícuo no período entre 1908 e 1926²⁰⁴.

*Para isto se conseguir os meios a empregar são os seguintes: espreitar bem, em todas todas as suas evoluções, nas associações, nas reuniões, na rua, o que dizem e o que fazem os socialistas; se andam sós ou com quem andam; se comem e bebem, ou se não bebem nem comem. [...] Tudo quanto disserem os socialistas é apontado no índice anarquista [...] É necessário que terminantemente se liquide a situação que o anarquismo malfazente tem criado nas associações, nas assembleias e na federação [...] Portanto, as agremiações definam-se: aquelas que deliberarem aceitar a linha anarquista, e vão-se os socialistas embora. Aquelas que deliberarem o contrário, sacudam do seu seio os anarquistas e fiquem os outros trabalhando pelo método que estão utilizando as agremiações operárias de outros países, o método chamado reformista*²⁰⁵.

A refundação da União Geral dos Trabalhadores do Norte de Portugal teve lugar em Março de 1910, com a aprovação do seu programa na sede da associação de classe dos sapateiros em Lavadouros. Joaquim Pinto Leal, presidente desta organização, definiu-a como “uma colectividade económica onde cabem todas as boas vontades e todas as energias, não inquirindo sentido político dos elementos que a compõem”²⁰⁶. A sua estratégia era bem clara: “Assim, hoje as associações de classe já não são um conjunto de homens, mas sim uns arsenais

²⁰³ *A Voz do Povo*, 10 de Abril de 1910.

²⁰⁴ PEREIRA, 2008: 45.

²⁰⁵ *A Voz do Povo*, 15 de Agosto 1909.

²⁰⁶ *A Pátria*, 2 de Março de 1910.

de combate, umas escolas superiores, onde se aprende a luta, e solução dos mais intrincados problemas”²⁰⁷.

*Ao entrar na máquina o nosso jornal reparamos que os prelos dos jornais diários geram a produzir a sensacional notícia de que na sede dos barbeiros, à rua dos Lavadouros, se efectuou uma reunião de dissidentes do Congresso Operário, resolvendo formar um grupo para orientar o movimento operário do norte. Alegam os dissidentes que a Federação nada tem feito de útil para o proletariado. [...] por certo não faltaram à reunião os alves ferreiras, os dantas, os duartes, os cruz-silvas, os costasesilvas, ajudando à missa que deve ter sido aplicada em louvor de S. Judice Bicker, que é o oráculo da seita. [...] Em face de acontecimento tão sensacional, nós emudecemos. A face do mundo associativo e operário vai ser pronto radicalmente mudada. De confucionismo simples passará a ser de confucionismo extremo por parte dos dissidentes. Acode-lhes, ó Júlio de Matos!*²⁰⁸

Ao contrário do que se verificava na FGT, com uma maior vocação para as zonas rurais, a UGT teve uma grande influência na região de Braga e junto das comunidades piscatórias do Noroeste português²⁰⁹.

Neste período muitas das associações de classe viram a sua situação debilitada. Os gastos da maior parte das associações de classe serviam apenas para os pagamentos das formalidades mínimas da sua existência. Se a sua maior fonte de receitas vinha essencialmente da quotização dos associados, os seus gastos eram feitos no aluguer da sede, compra de livros, entre outros. Poucas associações podiam fornecer o apoio como a Associação de Classe dos Pedreiros Portuenses. Esta colectividade incluía nos seus gastos o ordenado de um cartorário, o pagamento de um professor primário numa escola pertencente a esta associação, bem como o pagamento de subsídios aos seus sócios²¹⁰. Muitas associações desejaram a revisão das leis que suportavam as associações de classe, já que consideravam que esta era bastante redutora para uma acção plena deste tipo de associação:

A miséria é um sintoma evidente de uma morte próxima...De alguns anos para cá, observa-se um extraordinário desprendimento em todo o movimento operário desta cidade. À parte de algumas associações de classe que se evidenciam pela sua

²⁰⁷ *O Barbeiro do Norte*, 15 de Janeiro de 1910.

²⁰⁸ *A Voz do Povo*, 13 de Fevereiro de 1910

²⁰⁹ Ver Anexo nº 8.

²¹⁰ SIMÕES, 1910: 305.

*organização, mais ou menos assegurada, o maior número delas arrastam uma vida atrofiada, constituindo esse facto um enorme desequilíbrio nas condições de viver de grande massa dos trabalhadores que se encontra a braços com uma crise trabalho e de salários como jamais se notou num centro fabril e industrial como seja o Porto*²¹¹.

Segundo os números apresentados na *Inquirição*, o número de associados desde o ano 1907 decresceu. Este facto pode ter-se dado por dois grandes factores: em primeiro lugar a divisão, dissidência e criação de algumas associações que na data da realização desta inquirição ainda estavam oficializadas; em segundo lugar, algumas associações só contabilizaram os números dos sócios pagantes, como foi o caso dos lojistas de barbeiro. Casos como os distribuidores de jornais surgem em destaque perdendo mais de metade dos seus associados em três anos, bem como os cocheiros que no espaço de um ano perderam cerca de cem elementos. Associações como a dos tecelões de fitas queixavam-se que a pressão patronal dificultava o associativismo²¹². Outras de que as entidades patronais não permitiam dentro dos seus estabelecimentos os cobradores das associações de classe.

Um dos casos mais mediáticos foi a cisão no seio da colectividade dos lojistas de barbeiros e cabeleiros do Porto, devido ao descanso semanal, cujos oficiais entendiam que as barbearias deviam abrir domingo de manhã, por ser um dia privilegiado para o comércio. Esta confrontação durou todo o período final da Monarquia Constitucional e as suas reuniões foram pautadas por momentos de grande animosidade, o que por si só justifica a existência de três associações de classe ligadas a este sector: “Nesta assembleia não podem tomar parte oficiais ou lojistas barbeiros contrários a esta reclamação, a fim de evitar tumultos”²¹³.

Também na classe dos alfaiates se deu uma cisão em Fevereiro de 1909, com a saída de cerca de 80 sócios, que depois fundaram a Associação de Alfaiates de Ambos os Sexos, liderada por Amadeu Cardoso da Silva: “Lamentamos sinceramente estes desdobramentos de forças proletárias, mas em certos casos, como vimos tratando, é a única solução viável, para estabelecer a boa harmonia na classe de alfaiataria associada”²¹⁴.

Ora como estes súcios sabem que, os anarquistas, os sindicalistas e alguns socialistas revolucionários costumam frequentar estas reuniões de propaganda, a fim de divulgarem os seus princípios da liberdade humana, eles resolveram impedir-lhes, por todas as formas a entrada na referida associação. E se por um acaso algum

²¹¹ *O Construtor Civil*, 30 de Janeiro de 1909.

²¹² SIMÕES, 1910: 170.

²¹³ *A Pátria*, 8 de Agosto de 1909.

²¹⁴ *A Vida*, 7 de Fevereiro de 1909.

*companheiro, que não pretença á grei, conseguir entrar, eles projectam atirar-lhe com bancos, cadeiras e outros projecteis de que de antemão já terão preparado*²¹⁵.

Quadro 3. Relação das Receitas, Despesas e Sócios da Associação de Classe dos Operários Têxteis

Associação de Classe dos Operários Têxteis de Ambos os Sexos

Ano	Receita	Despesa	Nº de Sócios
1907	90\$305	72\$095	110
1908	110\$230	110\$350	97
1909	52\$720	52\$654	83

Fonte: SIMÕES, 1910: 132.

A tradição associativa da classe dos tabaqueiros na cidade do Porto vinha de 1883, com a fundação Associação de Manipuladores de Tabaco. Em 1891, depois de uma cisão, surgiu a Associação União dos Manipuladores de Tabaco²¹⁶. A sua associação de classe, com 191 membros, estava longe de ser a que mais associados contava. Contudo, como indica o quadro nº 4, tudo nos leva a crer que o valor da quotização associativa estava intrinsicamente ligado à remuneração salarial. Podemos também inferir, através dos elementos já apresentados acerca da organização desta indústria, que o facto de possuírem previdência permitir, utilizarem os seus fundos para o associativismo de classe. Assim, esta classe na proporção número/fundos, era a mais próspera de todo o movimento associativo.

Quadro 4. Relação de Receitas, Despesas e Sócios da Associação União dos Manipuladores de Tabaco

Associação União dos Manipuladores de Tabaco

Ano	Receita	Despesa	Sócios
1907	1.151\$450	1.618\$210	N/R
1908	1.028\$450	1.197\$815	N/R
1909	1.151\$895	1.177\$235	191

Fonte: SIMÕES, 1910: 512.

Esta associação de classe viveu momentos de grande instabilidade logo a partir do início de 1909. A tomada de posse de uma direcção sindicalista respaldada pelo aparecimento do periódico da mesma orientação, *A Defesa Operária*, representou a queda de uma das associações baluartes do socialismo no Porto. A Federação Anarquista do Porto publicou um manifesto reclamando que todas as lutas ganhas pela classe dos tabaqueiros foram ganhas

²¹⁵ *Aurora*, 7 de Agosto de 1910.

²¹⁶ SANTOS, 1974: 365.

graças à acção dos republicanos acratas e bakouninistas. A resposta não se fez esperar pelo órgão socialista desta classe, dirigido por Inácio de Sousa:

Por cá, na classe dos manipuladores de tabaco, também há disso dos bakounistas. Mas esses só se filiam na respectiva associação de classe quando se trata de combater e guerrear os companheiros [...]. Revolucionários, segundo o critério destes borra-botas, são os que querem fazer greves, levantamentos, conflitos e zaragatas, aí de ano a ano ou de seis em seis meses, sem método nem plano, para que ao fim de alguns dias de folga tenha que se voltar ao trabalho em condições deprimentes. E já que os socialistas, de acção perniciosa e nefasta, já se não encontram dirigindo a classe, vamos a ver se ela deixa de ser quase conservadora. Venha pois, a acção directa, que o mesmo é dizer acção revolucionária²¹⁷.

A nova direcção tinha como delegados Manuel Pereira Russo, Francisco da Costa Carvalho e Miguel Teixeira Lopes. O crescimento das litigâncias dentro da classe dos tabaqueiros levou mesmo a que o representante histórico desta classe, Inácio de Sousa, recusasse a sua reeleição como delegado desta associação de classe nas eleições de 1909, considerando que “grande parte da classe só lhe tem pago com a mais negra ingratidão”²¹⁸. Em Abril de 1910, a ala socialista desta associação abandonou definitivamente esta organização. No seu manifesto de saída, responsabilizaram a Companhia dos Tabacos pelas avultadas somas que a associação foi obrigada a gastar com sucessivas viagens a Lisboa. Com a cessação do contrato, em 1906, a Companhia introduziu diversas mudanças na manipulação de várias especialidades e nos salários.

Nas fábricas do Porto estão-se manipulando charuto de 10, 20, 25 e 30 réis, e, se não manipulam charutos de maior preço, é porque se reservou essa manipulação para Lisboa de compensação de só eles manufacturarem os charutos ordinários para picar com tabaco kentucky e conhecidos pelo nome de rabêtas, que são de difícil manipulação para quem não estiver muito habituado a manipulá-los, e que produzem muito poucos lucros para os operários²¹⁹.

²¹⁷ A *Voz do Proletário*, 20 de Setembro de 1909

²¹⁸ A *Voz do Proletário*, 3 de Janeiro de 1909.

²¹⁹ A *Pátria*, 11 de Março de 1910.

Esta questão arrastava-se desde a governação de Hintze Ribeiro e só ficou resolvida em 1907²²⁰. Foi outro duro golpe no regime monárquico e resultou na dissidência do partido Progressista. No Porto os republicanos convocaram um comício no Salão da Porta do Sol a que aderiram figuras de peso como Bernardino Machado e Guerra Junqueiro. No Parlamento, os republicanos apresentaram uma proposta para o administração da Companhia dos Tabacos regressar ao Estado sob a forma de *Régie*, “por uma questão de princípios e interesse público”²²¹. A nova direcção da associação de classe dos tabaqueiros foi constantemente acusada pelo órgão socialista, *A Voz do Proletário*, de receber a orientação do Directório.

*E assim foi que, de vários centros e clubes republicanos foi dada ordem para que, em tudo e por tudo, se guerreassem os antigos delegados, dispensando-se o auxílio aos novos, que eram lá da grei, ou pelo menos seus afeiçoados. Tudo se combinou pois, para a retumbante vitória alcançada no dia 12 de Março do último ano, dia em que os delegados apresentaram o relatório dos trabalhos levados a efeito em Lisboa, respeitantes aos regulamentos*²²².

Alguns autores não consideram a União dos Empregados do Comércio do Porto uma verdadeira associação de classe, já que esta congregava patrões e operários. Todavia, a vida associativa desta organização também teve os mesmos debates sobre o papel a desempenhar na vida política e laboral desta cidade, à semelhança das outras associações. Em 1909, surgiu nesta cidade o quinzenário de sociologia e crítica, a *Nova Luta*. Este periódico de orientação libertária e socialista, dirigido por Ferreira Tomé, contou com a colaboração periódica de importantes personagens republicanas, como Brito Camacho e Ângelo Jorge.

As lutas de classe, dos empregados de comércio entre nós, nada tem produzido de benéfico, porque não têm sido sãmente representadas e orientadas. Conserva-se estacionária no tocante a reivindicações, o que não podemos deixar de atribuir ao péssimo defeito de desviar as atenções para movimentos que nada têm de comum com os legítimos e directos interesses sociais. Pela sua história podemos verificar que a acção das associações têm convergido em sentido oposto aos verdadeiros fins para que se criaram. Não se tem observado com um pouco de escrúpulo e dignidade as várias disposições dos estatutos por que são regidas; tão claras e precisas nos seus termos, como claras e precisas deviam ser também todas as reclamações colectivas. E

²²⁰ *A Voz do Proletário* 24 de Abril de 1910.

²²¹ SANTOS, 1974: 213.

²²² *A Voz do Proletário*, 24 de Abril de 1910.

*no entanto... Desde longos tempos temos ouvido acusar a classe de indiferente, o que é além de uma afirmação tola uma grave injustiça, tanto maior quanto é certo, a classe haver sustentado lutas violentas para satisfazer caprichos e vaidades de aqueles que só têm primado pela carência absoluta de respeito pelo mando que ela mesmo lhe havia confiado. [...] Acabe-se de vez com a rotina porque é o retrocesso e olhe-se um pouco mais alto a justas aspirações da classe. Assim tenha-se em vista: o cofre de resistência a questão dos salários e do trabalho: a agência de desemprego, o cooperativismo a instrução e higiene, etc., etc.*²²³

José Prezado demonstrou as ambiguidades desta associação, ao expor as contradições na relação entre patrões e empregados na determinação do quotidiano laboral:

*A classe comercial é decerto a mais caótica de todas quanto conhecemos. Nenhuma se nos apresenta tão desorganizada, tão oprimida, e tão pouco inteligente. [...] Patrões que num aborrecido gesto de desprezo pelo seu servidor, o atiram para a fome, depois de lhe terem chapado na frente o estigma de ladrão...[...] Não posso adaptar-me a este ambiente de hipocrisia e mentira, de escravidão e ruína.[...] Assim, quando nós dizemos nas associações, que não devemos querer trabalhar mais que oito horas por dia, porque entendemos que só isso é de toda a justiça, os nossos camaradas objectam sempre – que isso é inexequível porque o comércio perdia muito. Ingénuos! Que nos deve importar com o que o comércio diz. [...] A emancipação dos trabalhadores deve ser obra dos mesmos trabalhadores, e só o trabalho é forte e fecundo sobre a terra*²²⁴.

Em sentido inverso, associações de classe como a dos chapeleiros mantiveram a sua coesão. O seu número de associados quase quadruplicou: em 1907 tinha 63 associados e em 1909 já contava com 303²²⁵.

Outras associações, como a dos operários metalúrgicos, conheceram um grande aumento de associados, tendo no período de dois anos adquirido mais de 100 sócios. No ano de 1910 foi noticiado que os operários metalúrgicos de Crestuma tinham a intenção de se associarem, pedindo assim à associação do Porto que aí instalasse uma associação de classe ou uma secção anexa²²⁶.

²²³ *Nova Luta*, 3 de Janeiro de 1909.

²²⁴ *Nova Luta*, 15 de Janeiro de 1909.

²²⁵ SIMÕES, 1910: 201.

²²⁶ *A Voz do Povo*, 15 de Junho 1910.

Quadro 5. Evolução das Receitas, Despesas e Sócios da Associação de Classe dos Operários Metalúrgicos do Porto

Associação de Classe dos Operários Metalúrgicos do Porto			
Ano	Receita	Despesa	Sócios
1907	764\$190	707\$265	613
1908	757\$00	700\$080	605
1909	887\$510	737\$435	731

Fonte: SIMÕES, 1910: 26.

Algumas associações, como a União dos Pintores Portugueses, entendiam mesmo que todos os operários deviam ser obrigados por lei a filiarem-se em associações de classe: “Não correspondem aos fins para que foram criadas, pois ainda não puderam conseguir que os operários se filiassem todos nelas como seria para desejar. Era preciso que os governos decretassem uma lei que os obrigasse a filiar-se na associação de classe respectiva”²²⁷. A pressão exercida por esta classe no seu órgão de informação, *O Construtor Civil*, especifica bem a ideia existente acerca dos operários que não estão filiados nas suas associações.

*Mas os operários esses, não merecem a vossa compaixão, porque lhes temos indicado o caminho a seguir e várias vezes os temos chamado a filiarem-se nas nossas associações, mas esses que até hoje se não têm filiado são os que até hoje têm sido os espiões dos seus camaradas, indo denunciá-los ao seu “senhor”, e sujeitam-se a quantas imposições este lhes faz, só merecendo portanto o nosso desprezo*²²⁸.

O periódico de classe *O Construtor Civil*, fundado em 1902 e dirigido por José de Oliveira Rodrigues, foi um dos esteios ideológicos da organização socialista desta cidade, muitas vezes sendo mais pacificador e consciencializador das questões federativas do que *A Voz do Povo*, como é demonstrado nos seus artigos.

Ainda nos encontramos muito atrasados, por mal dos nossos pecados. Em vez de procurarmos na união a força que tão necessária se torna para a emancipação das classes produtoras, passamos o tempo em recriminações mútuas, desorganizando tudo, especulando, porque o capricho de meia dúzia de vaidosos se antepõe a todas as iniciativas para uma sólida organização proletária, quando essas iniciativas não provenham dos seus enfermos cérebros. Com um desdobraimento contínuo das

²²⁷ SIMÕES, 1910: 305.

²²⁸ *O Construtor Civil*, 3 de Setembro de 1909.

*associações de classe e mesmo da própria Federação que devia ser colocada acima de toda a intriga e malquerença, como pode o operariado português, especialmente o operariado do Porto, lutar contra a exploração do Capital?*²²⁹

Algumas associações de classe, como a dos estucadores, tinham uma ideia muito clara da organização do trabalho e da concepção de cidadania a desempenhar pelo operariado na sociedade. As suas teses discorriam sobre conceitos como a estatuição do serviço militar e uma revisão da lei eleitoral:

Artigo 1.º Para os que não soubessem ler nem escrever depois de lhes ter dado todas as protecções do Estado para se instruírem, sem mais formalidades alistados por tempo superior em dois terços, a todos os outros que tenham exame de instrução primária do 2º grau;

*Artigo 2.º Quando o serviço militar fosse abolido por completo para todas as classes, os que não soubessem ler nem escrever não poderão votar ainda que, segundo a lei geral do país, paguem as contribuições que manda a lei eleitoral actual*²³⁰.

Quadro 6. Evolução das Receitas, Despesas e Sócios da Associação de Classe de Pedreiros Portugueses

Associação de Classe de Pedreiros Portugueses			
Ano	Receita	Despesa	Nº de Sócios
1907	1359\$220	551\$005	1217
1908	1176\$940	524\$535	1162
1909	1201\$770	656\$105	1156

Fonte: SIMÕES, 1910: 306.

Destacam-se também organizações portuguesas de extrema importância que não surgem referidas na Inquirição, como é o caso da União de Ferrovários, com mais de 2000 associados. De facto, seria esta que, em 1910, iria preparar a organização das suas congéneres em Lisboa e Beja.

²²⁹ *O Construtor Civil*, 16 de Abril de 1910.

²³⁰ SIMÕES, 1910: 309.

4.2. Manifestações Operárias

O número de greves que tiveram lugar nos anos de 1909 e 1910, aferido no relatório do *Boletim do Trabalho Industrial*, não representa a realidade. Este boletim só foi publicado em 1916, durante a República, com a criação do Ministério do Trabalho e Previdência Social. Regressando à *Inquirição*, a questão relativa à importância das associações de classe e o direito à greve surgiram à cabeça de todas as reclamações fundamentais para melhorar o desempenho destas organizações. O tipo de greves a que assistimos estão intrinsecamente ligados às indústrias fabris. O tribunal dos árbitros avindores desempenhou um papel fundamental ao sanar os problemas existentes nas unidades oficiais, além de que muitas vezes a distinção entre operário e patrão muitas vezes quase não existia.

O artigo nº 277 do Código Penal era bem claro; previa a punição de todo o indivíduo que instigasse à greve. Até ao decreto de 9 de Maio de 1891, o artigo nº 282 do Código Penal não permitia a formação de associações de classe com mais de 22 elementos sem autorização prévia das autoridades centrais ou locais. Apesar da reformulação feita pelas últimas governações monárquicas à liberdade de associação, a acção das associações de classe continuou limitada. As actividades desenvolvidas por estas organizações continuou a ser uma fonte de preocupação para as autoridades.

Os tecelões mecânicos afirmaram que o problema do associativismo de classe se consubstanciava nesta causa: “Os inconvenientes são a polícia assistir a todas as reuniões de associações das associações de classe, como se os seus associados fossem algum bando de malfeteiros que se torne necessário vigiar de perto, a fim de fazer perigar a ordem pública”²³¹. Os fabricantes de calçado de fãncaria também se queixaram da repressão policial:

Em caso de coalisção as casas das associações de classe são invadidas geralmente pela polícia. Quem tem de sofrer todas as prepotências e todos os atentados à sua liberdade são os operários, embora toda a razão e toda a justiça, esteja do seu lado, como sejam em baixas de salário, despedimentos injustos, etc., etc., única origem dos conflitos travados entre o capital e o trabalho, e aos quais, segundo a disposição do Código Penal, [...] os operários têm que se sujeitar se não quiserem impor-se, como é seu direito. Esta disposição do Código Penal é imprópria aos nossos dias. Muitos membros da classe se retraem de fazer parte das associações, para não serem apontados à vingança dos industriais em ocasião de conflitos. Sendo as coalisções

²³¹ SIMÕES, 1910: 28.

*simples manifestações económicas dos trabalhadores, dever-se-ão conceder-lhes ampla liberdade nessas manifestações*²³².

Também o Centro e Biblioteca de Estudos Sociais foi alvo de apertado controlo por parte das forças policiais:

*naquele centro não se procura outra coisa que não seja instruir, educar, preparar crianças e até adultos para um futuro mais ridente, mais harmonioso, livre de dogmatismos políticos, sociais ou religiosos. Foram feitas denúncias de que neste centro se realizavam reuniões anarquistas. No segundo aniversário da fundação deste centro: Essa acusação surtiu efeito, porque no último sábado à noite foi o centro cercado por numerosa polícia, que se conservou naquelas imediações até muito depois da meia-noite. E no dia seguinte, algumas horas antes de principiar a sessão, de que acima damos um pequeno extrato, foi a direcção do centro intimada a não realizar a sessão e apresentar as chaves do respectivo arquivo, e, além disso, a fechar a sede, sem que na casa habitasse qualquer inquilino, que não fosse o centro*²³³.

Ao longo do último terço do século XIX e durante a primeira década do século XX, esta cidade teve surtos grevistas periódicos. O Porto teve o seu primeiro grande surto grevista entre os anos de 1875 e 1877, com a greve dos pregeiros, marceneiros e chapeleiros, reivindicando melhorias de salários²³⁴. Os operários chapeleiros tiveram um assinalável movimento grevista no ano de 1879²³⁵. Também os tabaqueiros tiveram uma grande actividade grevista em 1887, quando a Companhia Nacional comprou diversas fábricas nesta cidade. Esta greve foi marcada pelos episódios de grande violência na Bouça do Monte das Antas. Sendo muitos dos grevistas presos no vapor *India*²³⁶.

Nos dois anos que este estudo aborda, as demonstrações reivindicativas, quer no capítulo das greves, quer no capítulo rememorativo aumentaram de número. Nos últimos anos da Monarquia, apesar dos entraves legais, a *acção directa* vulgarizou-se. Destacados sindicalistas revolucionários, pertencentes ao Comité de Propaganda Sindicalista, como Manuel Joaquim de Sousa, assumiram que os libertários não podiam viver à margem da acção sindical, como haviam vivido até este período; “aborrecia-os os formalismos da vida interna das

²³² SIMÕES, 1910: 249.

²³³ *A Aurora*, 18 de Setembro de 1910.

²³⁴ PEREIRA; CASTRO, 1999: 26.

²³⁵ GONÇALVES, 2013: 22.

²³⁶ SANTOS, 1974: 367.

associações de classe, que consideravam antagónicas aos seus princípios”, ingressando assim na organização republicana acrata da UGT depois do Congresso Sindical e Cooperativista²³⁷. As concepções da FGT já não serviam nem ideologicamente, nem em termos de acção. Anarquistas como Ângelo Jorge postulavam que os princípios da social-democracia não serviam os interesses do operariado:

a acção política conjugada com a acção directa económica é, na esfera dos princípios, um irremissível erro de tática operária, e na ordem dos factos, uma rematada burla [...]. Sendo assim a acção directa revolucionária, pura sem sofismas impõe-se. [...] Por que a acção directa é um meio apenas: um meio de consecução da grande greve geral universal revolucionária, que segundo todas as probabilidades, será a Revolução Social, meio, por sua vez de implantação duma sociedade harmónica onde não haja senhores e escravos, e onde o homem possa livremente realizar a sua própria felicidade sem que isso importe à felicidade alheia²³⁸.

A greve geral de 1903, no Porto, ficará para sempre gravada no imaginário revolucionário desta cidade, marcando também as narrativas antagónicas das suas forças políticas. O sector dos têxteis, desde essa data, não mais parou a sua actividade grevista, com mais ou menos actividade consoante os anos. Os actores desta contenda também resultaram sempre os mesmos.

Numa das fábricas de fiação e tecidos declara-se greve – coisa que ia caindo em uso e já não comovia senão os próprios interessados. Mas estende-se a outras fábricas. Neste tempo uma greve geral, mesmo numa só indústria, não era coisa fácil. Só um número muito reduzido de operários estava associado, e mesmo assim, disseminado por sindicatos de especialidade da mesma indústria, sem permanente contacto entre si, a não ser nas fábricas. Dessa minoria só alguns eram activos. Entretanto as fábricas eram numerosas nos dois bairros, Oriental e Ocidental, sobretudo naquele. Reuniram-se os homens activos e decididos, acompanhados por mulheres não menos menos decididas. Postavam-se nas imediações ou mesmo à porta das fábricas e ali procuravam convencer os companheiros a abandonar o trabalho. Acediam uns, outros não²³⁹.

²³⁷ SOUSA, 1972: 68.

²³⁸ *A Vida*, 3 de Janeiro de 1909.

²³⁹ SOUSA, 1974: 160.

Nos anos de 1905 e 1907 as classes ligadas à construção civil também entraram em greve. As principais causas foram o horário de trabalho e os salários. No ano de 1905 tiveram uma grande adesão, alastrando-se este movimento às regiões rurais do distrito do Porto. Esta acção teve uma duração de cinco semanas e uma vitória parcial com o aumento do salário:

A greve teve início no Monte Pedral e em poucos dias se conquistou a adesão dos camaradas dos Montes de Currais, Triana, Caverneira, S. Gens, Telheira, S. Martinho e outras pedreiras dos arrabaldes daqueles montes. A greve foi total à excepção de alguns camaradas que trabalhavam clandestinamente em sítios desertos²⁴⁰.

Para os socialistas, a utilização da greve era vista com bastante relutância. No caso alemão, o SPD temia que a utilização destas resultasse na perda de controlo do movimento, bem como a sua conseqüente aniquilação pelo Estado. Teóricos “revisionistas” como Bernstein aceitavam o recurso a estas, contudo, deviam ter uma curta duração e o apoio da classe burguesa. Tal como Kautsky, que estabelecia um grande número de parâmetros para a utilização desta forma de luta²⁴¹. Em Setembro de 1910, *A Voz do Povo* enfatizou nas suas páginas as greves que neste ano tiveram lugar um pouco por todo o mundo. Segundo este periódico, o operariado português deveria ver nestes episódios um exemplo a seguir. Todavia, a linha reformista e o evitar da realização de greves a todo o custo, constituiu uma prioridade para os socialistas desta cidade:

Greves colossais se têm declarado neste último tempo, como a da Suécia, e a do pessoal da viação na América, por exemplo. Agora cessaram o trabalho, segundo as notícias que nos chegam, os operários da viação em Marselha, bem como os empregados do comércio, o pessoal das fábricas, etc.[...] Não é mau que o operariado português lance a sua vista, bastante amortecida pelo desgosto das lutas intestinas, para o que se passa longe de si, para avaliar a enormidade do mal que o ameaça, ou para melhor dizer que já o oprime a valer²⁴².

Com intensidades, causas e características variadas, o número de greves assinaladas durante a pesquisa deste trabalho foi de 21, podendo o número ser maior, já que muitas eram

²⁴⁰ *O Construtor Civil*, 16 de Janeiro de 1910.

²⁴¹ SASSOON, 2001: 51.

²⁴² *A Voz do Povo*, 17 de Abril de 1910.

desencadeadoras de outras greves, como era o caso dos tecelões. As principais causas estavam localizadas em três conceitos: salário, horário e regulamentos.

A FGT não concordava com a realização de greves gerais, já que considerava que a viabilidade prática destas acções estava posta em causa pela ausência de educação colectiva dos trabalhadores portugueses. A necessidade desta federação de controlar todo o movimento reivindicativo levou-os a estatuir a forma como prestariam apoio aos movimentos grevistas:

*4º.- A que as associações federadas, se de futuro se der qualquer incidente que possa interessar ao movimento operário em geral, como este, não resolvam sobre o mesmo coisa alguma sem que primeiro consultem esta Federação, mostrando assim a sua boa orientação, como também para evitarem espectáculos deploráveis e perniciosos para o movimento operário, como o que há pouco se deu com a Associação dos Tecelões Mecânicos, sem para isso haver motivo justificado*²⁴³.

Nos primeiros dias de 1909 deu-se a greve das fressureiras, evento que contou com a solidariedade dos magarefes e dos marchantes desta cidade, provocando uma crise de abastecimento de carne na mesma. A segunda greve provocada pelas posturas camarárias deveu-se à regulamentação dos carros de bois. A Câmara Municipal pretendeu que estes meios fossem modernizados, já que os anteriores eram de “eixo móvel, sistema anterior ao dilúvio universal, carros de eixo de fixo, isto é, em aparelhos que melhor se recomendam pela utilidade e pela estética”. Durante cerca de uma semana, os postos fiscais localizados nas zonas limítrofes da cidade foram local de cenas de bloqueios, agressões, prisões e inutilização de géneros.

Os socialistas culpavam os donos de carros de transporte de quererem utilizar carros do tempo do “Pai Adão”: “Os donos de carros, não têm razão alguma para promoverem uma greve sob tal pretexto. A opinião geral está contra os grevistas e com subeja razão. É uma greve absurda”²⁴⁴. A *Voz Pública* não reconheceu sequer o direito desta paralisação ser chamada de greve, alcunhando-a de “Greve Cornígera”: “Consequentemente chamar ao episódio uma greve, é o mesmo que chamar ao autor do telegrama enviado ao governo pelos anónimos do comício da Corujeira – um Luís de Camões pegado de estaca no sr. Avides”²⁴⁵. Esta acção teve, inclusive, o antagonismo da Sociedade Protectora dos Animais, que deu o seu apoio às resoluções camarárias por “decretar medidas eficazes de repressão às cenas de barbaridade e que constantemente se presenciavam na nossa cidade”²⁴⁶.

²⁴³ *A Voz do Proletário*, 3 de Outubro de 1909.

²⁴⁴ *A Voz Pública*, 19 de Setembro de 1909.

²⁴⁵ *A Voz Pública*, 16 de Setembro de 1909.

²⁴⁶ *A Voz Pública*, 17 de Setembro de 1909.

O conflito no jornal republicano *A Pátria* levou a uma onda de solidariedade entre as associações de classe; o periódico dirigido por Duarte Leite foi acusado de obrigar os trabalhadores gráficos desta redacção ao trabalho de 11 a 12 horas, pagando 700 e 750 réis, mas também expôs a questão das definições ideológicas por trás do movimento associativo. As associações que se solidarizaram para com o quadro tipográfico deste periódico eram de ideologia vincadamente socialista; contavam-se os chapeleiros, metalúrgicos e manipuladores de fósforos. O facto de este diário ter sido um dos meios da UGT fez com que este conflito representasse uma ocasião perfeita para atacar os sindicalistas. Acusam os republicanos de só preocuparem com a situação dos trabalhadores na véspera das eleições²⁴⁷. *A Pátria* publicou um artigo afirmando que a associação de manipuladores de tabaco não tinha prestado solidariedade à redacção deste jornal. Este facto foi prontamente negado por esta associação que manteve o seu nome no cartaz de associações solidárias com os tipógrafos do jornal *A Pátria*²⁴⁸.

Outro tipo de greves que também tiveram lugar nesta cidade foram as greves de solidariedade, como foi o caso dos litógrafos do jornal *A Aurora*. Esta paralisação deveu-se ao facto da firma Vieira & Monteiro ter admitido como sócio um antigo empregado que obrigava os seus operários a longas e péssimas condições de trabalho. O despedimento de um dos operários levou à coalizão que tinha como condição a readmissão deste²⁴⁹. Esta greve durou até à instauração da República.

Outras fábricas, que nunca tinham conhecido este fenómeno grevista, inauguraram a sua actividade grevista no ano de 1910, na *Portugal*, com a paralisação dos sapateiros liderados por Manuel Joaquim de Sousa, que apesar de não laborar nesta fábrica, coordenou esta acção. Esta fábrica simulou o fim da obra de criança para fazer acreditar o público que esta dava prejuízo, com o intuito de obrigar os operários a produzir estas peças por um preço mais baixo, tendo esta greve tido a duração de 4 dias²⁵⁰. Apesar de esta greve ter começado na obra de criança, rapidamente teve a solidariedade do resto dos sectores, estendendo-se a toda a fábrica. As suas reivindicações passaram pelo fim das multas, revisão dos salários e regulamentação do horário de trabalho. Esta greve demonstrou ainda a posição do patronato e muito da relação paternalista com os seus operários: “fui surpreendido pela greve por parte de um pessoal que sempre estimei e de quem era mais companheiro que patrão”²⁵¹. O seguinte excerto, apesar de um pouco extenso, constitui um precioso documento da realidade das associações de classe e da forma como a greve era levada a cabo por estas:

²⁴⁷ *A Voz do Proletário*, 12 de Dezembro 1909.

²⁴⁸ *A Pátria*, 12 de Janeiro de 1910.

²⁴⁹ *A Aurora*, 18 de Setembro de 1910.

²⁵⁰ *O Sapateiro*, 31 de Julho de 1910.

²⁵¹ *A Pátria*, 9 de Março de 1910.

De todos os operários em greve só cinco eram sócios. Por esse facto não podia a associação descurar um assunto de tanta gravidade. E assim fez. Para que toda a classe se interessasse convocou a direcção uma assembleia magna da classe. [...] Entretanto, de quase todos os operários que ainda trabalhavam, recebíamos, aqueles que não eram grevistas, boas impressões sobre a conduta que deviam estabelecer com os companheiros em greve. E na reunião desse domingo foram nomeadas três comissões: uma de vigilância, composta só de grevistas; outra de donativos, composta de operários de outras oficinas, e a outra a comissão de movimento, que foi organizada secretamente. No dia seguinte, segunda-feira, a comissão de vigilância postou-se nos lugares os que ainda trabalhavam, para lhes pedir a sua solidariedade moral. Foi em vão. A maior parte deles não atendeu, e protegidos pela polícia lá ingressaram na fábrica, enquanto os vigilantes eram batidos à sabrada. No primeiro dia de greve ainda se notava nos grevistas como que o peso de um remorso, por terem abandonado a roça; mas de seguida esse peso transformou-se em entusiasmo. Todos estavam dispostos a lutar com energia e nenhum se confessava vencido. Riram-se da proposta do industrial, de que lhe passava a fábrica e desprezaram a ameaça de encerramento definitivo da mesma, pois sabiam que ele procurava por todos os meios na fábrica os mais manejáveis. Um desses meios consistia em mandar polícia a casa dos operários, convidando-os a irem trabalhar. No terceiro dia porém apareceram os alviçareiros, que consciente ou inconscientemente propalavam boatos²⁵².

Outro caso foi o dos pintores e oleiros, que iniciaram a sua greve sem qualquer orientação de uma associação de classe, só contactaram posteriormente a Liga das Artes Cerâmicas do Porto, privilegiando o Governo Civil como mediador deste conflito e não o Tribunal dos Árbitros Avindores. Estes dois casos levam-nos a crer que algumas greves podiam eclodir sem qualquer tipo de aconselhamento associativo, daí também o receio da Federação em não conseguir controlar este movimento.

Os operários em referência vieram na sua maior parte contratados da Vista Alegre em Lisboa por um determinado preço. Sucede, porém, que um dos gerentes da fábrica anuncia agora que mantém os mesmos preços de mão-de-obra, mas que fará 19% de desconto nas férias que cada um dos operários ganhar semanalmente. É esta a causa do abandono do trabalho que se limita aos operários pintores e oleiros. Ora os

²⁵² O Sapateiro, 22 de Maio de 1910.

*grevistas foram comunicar ao governo civil que prometeu entender-se com o sr. Wall, na intenção de pacificar o conflito. Só deste modo a fábrica poderá prosseguir a sua laboração, pois que a falta desses operários, que tão justamente abandonaram o trabalho, motiva certamente a paralização de todos os trabalhos da fábrica de louça de Massarelos*²⁵³.

A greve dos tecelões mecânicos marcou os últimos três meses da Monarquia Constitucional. Este episódio, como foi apanágio ao longo da primeira década do século XX, teve o seu começo na fábrica do alcunhado “ferrenho feudalista de S. Roque da Lameira”, Manuel Ribeiro da Silva, por este pretender abater três reis em metro a algumas especialidades de obra. Esta greve estendeu-se, posteriormente, à fábrica de Manuel Pinto de Azevedo:

*Já há muito tempo que operários empregados nesta fábrica, situada à rua do Bonfim, vinham verberando o procedimento do industrial e mais dos encarregados, isto em consequência das matérias-primas serem de péssima qualidade, e também dos abusos inqualificáveis que um e outros praticavam, infligindo maus tratos aos menores e às mulheres e roubando tanto quanto podiam às horas de descanso. Todavia, há coisa de um mês o industrial ordenou a manufactura de um artigo novo na casa, o qual pelas condições péssimas em que deveria ser executado, veio colocar os operários no seguinte dilema: ou trabalhar e morrer de fome; ou revoltarem-se e serem ouvidos nas reclamações que haveriam de fazer*²⁵⁴.

Outras causas alegadas no comício público de apoio aos grevistas foram: negligência dos industriais portugueses na perda dos mercados africanos, a obra manufacturada falsificada e as caixas de pensões²⁵⁵. As agitações ligadas à polémica da perda dos mercados coloniais para o escoamento de produtos têxteis tiveram paralelo em casos como o catalão. Desde a viragem do século até cerca de 1904 entrou em decadência, só recuperando em 1909 com a entrada no mercado otomano, tendo este período sido marcado por uma forte agitação grevista²⁵⁶.

A classe dos tecelões mecânicos também representou o resultado do metamorfosear e o posicionamento das forças associativas desta cidade. A FGT e as suas associações demarcaram-se totalmente deste tipo de greves, não concedendo fundos a associações que não estivessem federadas. No comício de apoio aos tecelões mecânicos discursaram vários socialistas, como

²⁵³ A *Vida*, 13 de Junho de 1910.

²⁵⁴ A *Vida*, 15 de Maio de 1910.

²⁵⁵ A *Vida*, 8 de Maio de 1910.

²⁵⁶ ANDREASSI CIERI, 1997: 27.

Luís Cândido Pereira que reclamou que as resoluções da FGT foram tomadas “impensada e precipitadamente”, resoluções que apenas beneficiavam o industrialismo. Já G. G. Baptista, também socialista, afirmou: “Traidores houve sempre e em todos os tempos e em todas as partes. Se a federação procede mal não devem as colectividades imitá-la”²⁵⁷.

Dentro das mesmas fábricas existiam diversas correntes, conforme as classes. Neste caso, a classe dos tintureiros, liderada por António Alves Vieira, dirigiu um pedido a Manuel Pinto de Azevedo, solicitando que este não punisse os trabalhadores desta classe por estes não poderem trabalhar devido à acção dos piquetes de greve. Solicitaram também aos tecelões mecânicos que não “estorvassem” a sua entrada, já que não tinham nada a ver com a greve²⁵⁸.

Como já foi afirmado em trabalhos anteriores sobre o operariado portuense, a rede familiar e a base local (em particular no espaço das ilhas) tiveram uma importância decisiva na organização de muitas associações, greves e movimentos reivindicativos²⁵⁹. No periódico *A Pátria* são feitos relatos de operárias que, de regresso à sua residência, eram agredidas por terem furado a greve, registando-se casos de verdadeiro amotinamento quando as forças policiais eram incumbidas de escoltar estas trabalhadoras a casa: “o guarda civil foi incumbido de acompanhar uma tecedeira da fábrica de Ribeiro da Silva a fim de evitar que esta fosse provocada, não evitando que isso acontecesse ao ser rijamente espancado, o polícia teve que fazer frente de revólver em punho”²⁶⁰.

Quanto à forma como eram utilizados os fundos para as greves, a seguinte afirmação leva-nos a crer que a *acção directa* era o modo privilegiado de actuar para com as entidades patronais: “A receita provém da quota de 20 réis semanais que paga cada sócio e a despesa, a renda da casa, expediente, limpeza e comissão de qualquer espécie, quer seja em reclamação ao Estado ou de acção directa com os industriais”²⁶¹. Para com as entidades estatais e municipais a via negocial ganhava mais importância, como de resto notou Maciel Morais Santos. Como também já tivemos oportunidade de referir, associações de classe como a dos tabacos, apesar de em 1909 terem ganho a eleição de delegados sindicalistas revolucionários, nunca abandonaram a via negocial com a Companhia dos Tabacos, ainda que se tenham solidarizado com outras greves.

A ausência de apoio da Federação nas questões grevistas implicava que as associações se tivessem que organizar em colectas. O dinheiro em caixa destas colectividades era extremamente limitado para suportar este tipo de acções. Na greve dos tecelões de fitas,

²⁵⁷ *A Aurora*, 10 de Julho de 1910.

²⁵⁸ *A Pátria*, 29 de Maio de 1910.

²⁵⁹ PEREIRA, CASTRO, 1999: 210.

²⁶⁰ *A Pátria*, 3 de Junho de 1910.

²⁶¹ SIMÕES, 1910: 218.

liderados por José Alves Pereira, no final de 1909, a associação pagou os ordenados dos grevistas durante uma semana. A subscrição para esta greve noutras fábricas rendeu 11\$180 réis²⁶². Apesar do abandono da FGT, os tecelões escudaram-se na solidariedade de outras associações de classe do país, como a Associação de Classe dos Corticeiros de Almada. No mês de Junho de 1910 enviaram uma avultada soma de 6\$080 réis e, no mês seguinte, de 500 réis, para auxiliar os grevistas²⁶³.

Em sentido inverso, greves em outros locais do país tiveram a solidariedade das associações de classe portuguesas. Um destes casos deu-se na greve dos soldadores de Portimão em Janeiro de 1910. Estes tiveram a solidariedade e apoio financeiro da Associação de Classe dos Oficiais e Costureiras de Alfaiate que contribuíram com uma quantia de 2\$000 réis para este movimento²⁶⁴.

O confronto entre a narrativa socialista e a narrativa sindicalista também conheceu substância em greves de outras localidades. Em 1910 estalou um forte surto grevista na região do Vale do Ave, com o abandono do trabalho por cerca de 8.000 operários. Esta agitação teve um grande eco na imprensa portuguesa. Tanto a FGT como a UGT viram neste movimento uma forma de cimentar a sua influência nesta região. Os primeiros expressaram a sua solidariedade com estas palavras: “Eis-nos, portanto, em frente de um dos mais justos e simpáticos movimentos de reivindicações obreiras, que é mister ter a cooperação moral e material de todos nós, victimas da exploração do homem pelo homem”²⁶⁵.

Os segundos desdobraram-se em elogios à acção dos operários do Vale do Ave. Os sindicalistas também utilizaram esta greve como forma de sustentarem os seus ideais: “Estivessem aqueles operários à espera de uma lei reformista, que lhes facultasse aquelas regalias, ou outras ainda menos diminutas e teriam que esperar mais de 50 anos que ela fosse votada, ao fim dos quais não seria cumprida”²⁶⁶.

Contudo, o movimento grevista não foi um exclusivo da associação dos sindicalistas. Os metalúrgicos eram uma associação de tendência socialista e tiveram uma greve vencedora em 1909, aquando da tentativa de baixar os salários. Outras pequenas paralisações com pouca expressão também tiveram lugar, como as secções da oficina de Romão de Carvalho, por o industrial ter feito abatimento na mão-de-obra sem avisar²⁶⁷. Os metalúrgicos também entraram em greve em Junho de 1909. Na fábrica de Massarelos, o pedido de aumento de salários dos operários da secção de fundição, considerados os mais necessitados, foi mal visto pelo

²⁶² *A Pátria*, 14 de Dezembro de 1909.

²⁶³ PEREIRA, 2013: 77.

²⁶⁴ *A Vida*, Janeiro de 1909.

²⁶⁵ *A Voz do Povo*, 24 de Julho de 1910

²⁶⁶ *A Aurora*, 4 de Setembro de 1910.

²⁶⁷ *A Voz do Povo*, 14 de Fevereiro de 1910.

patronato, que em represália resolveu diminuir os salários destes operários, despertando assim uma greve de solidariedade²⁶⁸.

No capítulo da solidariedade inter-associativa, também assimilamos alguns acontecimentos transfronteiriços, com especial destaque nas classes ligadas à construção civil, começando pela greve dos cantoneiros de Vigo. A FGT, em estreita cooperação com a Federação Viguesa, condenou a ida de trabalhadores portugueses para a substituição de trabalhadores vigueses em greve. Estes contribuíram prestando o seu auxílio e prontificando-se a servir de intermediários no esclarecimento das associações de classe a sul do Mondego, bem como as Federações de Lisboa e Tomar, para que estas também evitassem que mais trabalhadores portugueses se deslocassem para Vigo:

A nossa organização da maneira com se encontra esbelecida nas classes de construção civil dá-nos a garantia de assegurar que nenhum camarada pedreiro português se prestará a desempenhar o ignóbil papel de Judas, numa causa por todos os motivos justa e equativa, como seja a causa que motivou o abandono do trabalho pelos companheiros pedreiros vigueses²⁶⁹.

Também do Rio de Janeiro nos chegaram relatos da greve levada a cabo pelos canteiros desta cidade. A ligação entre a classe destes dois países foi reforçada pelo surto migratório que afectou Portugal. A solidariedade estabelecida entre estas associações tinha como grande objectivo a denúncia de mestres idos da região do Porto, acusados de explorarem os seus operários no Brasil:

Para evitar isto, camaradas, para o futuro, fazei constar estes factos no vosso conceituado semanário, defensor das quatro artes da construção civil do Porto e Matosinhos Leça, para que d'ora avante, não venha qualquer camarada sem uma credencial dessas associações, porque sem ela não pegará aqui a trabalhar²⁷⁰.

O 1º de Maio representou o mais importante de todos os rituais operários. Uma manifestação internacionalista de reclamação das oito horas de trabalho, que dada a sua força, passou a ser apenas uma das reivindicações deste evento. Como referiu Eric Hobsbawm, este evento representou: a “apresentação pública e regular de uma classe em si uma afirmação de

²⁶⁸ *A Voz Pública*, 1 de Junho 1909.

²⁶⁹ *O Construtor Civil*, 24 de Abril de 1909.

²⁷⁰ *O Construtor Civil*, 2 de Outubro de 1909.

poder; de facto, sua invasão do espaço social do sistema, uma conquista simbólica²⁷¹. Em países como a Alemanha, o SPD não aceitou as resoluções da II Internacional, para a comemoração desta data por temer as grandes movimentações de massas²⁷².

Esta data passou a ser celebrada em Portugal depois da participação de Manuel Luís de Figueiredo, representante das associações operárias de Lisboa, e Francisco Viterbo de Campos, das associações do Porto, no Congresso Socialista Internacional de Paris em 1889. Como referiu Carlos da Fonseca, a polarização e final do Partido Operário Socialista Português teve o seu “canto do cisne” neste episódio. O representante lisboeta não teve nenhum apoio monetário para a sua representação, ao contrário do que aconteceu com Viterbo de Campos²⁷³.

A celebração desta data em Portugal foi mais um dos pontos de ruptura entre os diversos quadrantes operários, anarquistas e socialistas. Manuel Joaquim de Sousa sustentou que o movimento no Porto era mais organizado, dado o poder desta manifestação, ao invés do que aconteceu em Lisboa, em que os socialistas revolucionários alcunharam este episódio de “passeio às hortas”²⁷⁴. Com uma maior organização socialista, ao contrário dos problemas verificados em Lisboa, a realização deste evento no Porto superou todas as expectativas, com a participação de 20.000 a 30.000 pessoas. Realizado no Monte Aventino, teve fábricas importantes como a Companhia Aurífera e a Real e Imperial Chapelaria a Vapor a concederem feriado aos seus operários e muitas outras fábricas a terem que encerrar por falta de trabalhadores²⁷⁵.

O 1º de Maio no Porto tinha a sua organização ao encargo da União 1º. de Maio, desde a sua fundação em 1892. No ano de 1909 este evento partiu de três locais distintos: Serra do Pilar, Covelo e Boavista. Acompanhados por uma banda musical, dirigiram-se à sede da FGT para uma sessão solene, seguida de uma visita aos cemitérios do Prado do Repouso e Agramonte. As reclamações presentes nesta demonstração foram:

- a) *Direito de “greve”, liberdade de imprensa, de reunião e de associação;*
- b) *Criação de Bolsas de Trabalho;*
- c) *Limitação da jornada de trabalho a um máximo de 8 horas;*
- d) *Rigorous cumprimento da lei sobre mulheres e menores na indústria;*
- e) *Reforma do decreto de 6 de Julho, sobre a segurança dos operários nas obras de construção civil;*

²⁷¹ HOBBSAWM, 1984: 111.

²⁷² SASSOON, 2001: 51.

²⁷³ FONSECA: 1990, 22.

²⁷⁴ SOUSA, 1972: 67.

²⁷⁵ FONSECA, 1990: 26.

- f) *Um decreto-lei que exija aos “chauffeurs” uma carta profissional passada pelas escolas profissionais, a fim de poder exercer este mester;*
- g) *Revogação da lei de 13 de Fevereiro;*
- h) *Revogação do decreto dos despejos dos prédios rústicos e urbanos;*
- i) *Revogação do decreto-lei das pequenas dívidas;*
- j) *Descanço não interrompido por 36 horas por semana para todos os trabalhadores;*
- k) *Supressão do trabalho por empreitada ou arrematação (concursos);*
- l) *Supressão dos impostos sobre os géneros alimentícios;*
- m) *Autonomia dos municípios com o referendun popular;*
- n) *Registo civil obrigatório;*
- o) *Separação da Igreja do Estado;*
- p) *Sufrágio Universal;*
- q) *Vigilância em todas as oficinas e estabelecimentos industriais por meio de inspectores retribuídos pelo Estado e eleitos, pelo menos metade, pelos operários*²⁷⁶.

Enquanto grande número de associações se desdobraram em sessões solenes nas suas respectivas sedes e piqueniques na mata da Ribeira de Abade, como foi o caso dos marceneiros de Valbom, outras optaram por sessões de propaganda. Associações de classe como a dos fabricantes de guarda-sóis e a dos tecelões mecânicos distribuíram-se entre o bairro ocidental e o bairro oriental. Já os pedreiros e os carpinteiros deslocaram-se às zonas rurais onde desenvolveram também sessões de propaganda aos “povos rurais” nas Vendas de Grijó e no Castelo da Maia²⁷⁷. O facto das classes ligadas à construção civil terem realizado nessas regiões este evento demonstra a importância que os trabalhadores das zonas limítrofes do Porto tinham nas fileiras da construção civil e a necessidade dos seus agentes em as enquadrar politicamente. De resto, Augusto Pereira demonstrou no seu trabalho a necessidade das organizações operárias se deslocarem às regiões vizinhas, de Viana do Castelo e Guimarães, como forma de consolidarem a sua propaganda.

Em algumas classes, como as ligadas à construção civil, o 1º de Maio era encarado de forma intransigente, como podemos ver por este caso:

A propósito informaram-nos que em Milheirós o operário Agostinho Neves da Cruz, de Silva Escura, tendo trabalhado nesse dia, encontrou-se com alguns companheiros que verberando o seu procedimento, lhe chegaram a roupa ao pelo sem dó nem

²⁷⁶ *A Voz do Proletário*, 1 de Maio de 1909.

²⁷⁷ *A Voz do Proletário*, 1 de Maio de 1909.

piedade. Foi o que ele ganhou. Em muitas obras os mestres foram os primeiros a lembrar os seus operários o dia de 1º de Maio; em outras, porém, os encarregados, egoístas preferiram trabalhar, obrigando assim os operários que não trabalhavam sob as suas ordens a não deixar o trabalho. A Comissão Mista lembramos estes factos para ele resolver como for justiça²⁷⁸.

No ano de 1910, a forma de comemoração dos socialistas repetiu-se. Demarcando-se dos eventos organizados pela FGT, a UGT realizou este evento na Póvoa do Varzim:

De facto há muito que achamos improfícua a maneira como o proletariado do Porto, levado pela mão dos seus dirigentes vem comemorando este dia, e sempre lamentámos que a sua acção combativa se restringisse ao já agora célebre cortejo-procissão e ao não menos celebre e ruidoso comício que com mais ou menos e mais ou menos compostura, periodicamente se realiza na esplanada da Serra do Pilar, - espécie de Forum, onde os Demosténes do socialismo cá da terra falam aos seus fiéis que, em geral, já conhecem de cor e salteado a improvisada oração que todos os anos se repete. A propaganda e difusão dos princípios socialistas, mal vai se não está feita, é necessário agora mudar de rumo e escolhendo outros campos de acção levar ao povo trabalhador dos concelhos próximos do Porto a semente que há-de um dia, que não vem longe, germinar e produzir os mais belos e sazonados frutos.[...]De resto nunca é demais o tempo que se perde em festas que como esta têm uma alta significação moral e são como que um traço da união entre o proletariado desta cidade laboriosa e a população repleta de bondade e de infortúnios da linda vila poveira, composta na sua grande parte de velhos lobos do mar encarnecidos pela desgraça e pelo abandono a que uma sociedade madrasta os tem votado²⁷⁹.

4.3. A caminho da República: o definir de estratégias e acções

Como temos vindo a ter oportunidade de depreender ao longo do presente trabalho, as dimensões ideológicas estavam longe de ser herméticas. A propaganda republicana conseguiu retirar, de todos os conceitos políticos, o necessário para as suas demonstrações políticas. Ao contrário do socialismo, o republicanismo era mais flexível e visava harmonizar todas as classes

²⁷⁸ *O Construtor Civil*, 26 de Maio de 1909.

²⁷⁹ *O Barbeiro do Norte*, 1 de Maio de 1910.

sociais em torno de um único ideal – a República. Como tal, o seu programa deixou sempre em aberto a participação de todos os quadrantes políticos. Como evidenciou João Serra, os republicanos, apesar também das suas dificuldades internas, eram peritos em tirar dividendos de todas as crises políticas e transformá-las em trincheiras contra a Monarquia²⁸⁰. Estes só começaram a ganhar consistência eleitoral a partir de 1903, contando as listas de adesão ao Partido Republicano na cidade do Porto com inúmeras inscrições todas as semanas. Como notou Maria Alice Samara, no ano de 1910, uma das prioridades do PRP foi lutar contra a influência monárquica na cidade do Porto e regiões vizinhas. Para esse efeito, foram criados inúmeros centros republicanos, comissões paroquiais, bem como um grémio²⁸¹. Demonstrando um grande poder de mobilização popular, depois da realização do 11º Congresso Republicano nesta cidade, em Maio de 1910, a visita de Afonso Costa foi aclamada por cerca de 20.000 pessoas.

Desde o final do século XIX que republicanos e anarquistas passaram por dificuldades semelhantes, sendo prejudicados por leis como as anti-anarquistas de 1896. Figuras incontornáveis do republicanismo português, como Jaime Cortesão e Leonardo Coimbra, maturaram as suas ideias em periódicos libertários como *A Vida* e eram sócios honorários do Centro de Estudos Sociais.

*Os republicanos, não o neguemos, ainda se esforçam, convictamente ou não. Mostram os seus candidatos, que são escolhidos com um certo decoro, espalham a retórica que podem e dão, até determinado ponto, uma impressão de luta revolucionária. [...] No campo monárquico é que nem vale a pena gastar palavras. Quem não vê a docilidade de bois com que milhares de eleitores sem nome, saturados de vinho e lastrados de carneiro-irmão, caminha até ao patíbulo da urna desembaraçar-se de um papel que nem foi preciso impingir-lhe à força?*²⁸²

Segundo Oliveira Marques, “ser republicano em 1890, 1900 e 1910 queria dizer ser contra a Monarquia, contra a Igreja e contra os Jesuítas, contra a corrupção política e os partidos monárquicos. Mas a favor de quê? As respostas mostravam-se vagas e variadas. Subsistia como objectivo preciso a descentralização”²⁸³. Outra tese que uniu republicanos e socialistas foi a da municipalização. Organizados pela Liga de Resistência e Defesa dos Direitos da Autonomia, que contava com elementos como Duarte Leite e Alfredo Magalhães, atraíram elementos da

²⁸⁰ SERRA, 2010: 64.

²⁸¹ SAMARA, 2010: 152.

²⁸² *A Aurora*, 28 de Agosto de 1910.

²⁸³ MARQUES, 1991: 372.

vertente socialista, com uma participação activa da Junta Regional do Norte, em que discursou Maravilhas Pereira:

*É convidado o povo do Porto, sem distinções de cor política, reunir em comício público para apreciar os sistemáticos embaraços e dificuldades pela estação tutelar levantados à útil iniciativa e fecunda acção da Câmara e reclamar a autonomia municipal, como base indispensável ao mais amplo desenvolvimento da cidade*²⁸⁴.

Outra demonstração capitalizada nesta cidade pela propaganda republicana, com grande adesão popular, foi o centenário de Alexandre Herculano, um dos grandes defensores do municipalismo, inspirado em Fourier e Blanc, que reuniu cerca de 50.000 pessoas e conseguiu congregar várias associações de classe. Contudo, a tese do municipalismo não era unânime em alguns sectores socialistas:

*Não é pessimismo da nossa parte, é apenas o desengano do que são todos estes amigos do Porto, quando se entra abertamente num movimento político oposto à sua política de campanário que eles põem acima dos interesses de todos os seus queridos cidadãos. [...] Se da autonomia resulta, como de facto, resulta, largos benefícios para o comércio e para a indústria, visto que grandes melhoramentos seriam postos em evidência pelo município, no intuito de tornar a cidade concorrida de visitantes, não seria trabalhar para o benefício imediato da classe*²⁸⁵.

Em Setembro de 1909 assistiu-se ao que talvez tenha sido a última grande mobilização pública portuense antes da instauração da República. As repercussões da prisão e condenação à morte do fundador da *Escola Moderna*, Francesc Ferrer, acusado de ser um dos instigadores da *Semana Trágica* em Barcelona, tiveram um grande eco por toda a Europa. Tanto no meio republicano, como no seio do movimento operário, o pedagogo catalão granjeava o maior respeito. Os socialistas viam-no como um “desinteressado quanto bondoso propagandista da instrução”²⁸⁶. Os libertários afirmavam: “Ferrer é neste momento o simbolo do amor, da bondade, perseguido pelas feras que, de garras afiadas e aduncas, o pretendem aniquilar.”²⁸⁷

Todo o processo, desde a sua prisão à sua condenação à morte, no Castelo de Monjuic, foi acompanhado a par e passo pelos periódicos desta cidade. Unidos pelos ideais anticlericais e

²⁸⁴ *A Voz Pública*, 7 de Fevereiro de 1909.

²⁸⁵ *O Construtor Civil*, 18 de Abril de 1909.

²⁸⁶ *O Construtor Civil*, 11 de Setembro de 1909.

²⁸⁷ *A Vida*, 26 de Setembro de 1909.

antimonárquicos, fundou-se no Porto o Comité Pró-Humanidade. Com o seu primeiro comício realizado na *Casa do Povo Português*, este comité era constituído pelas mais diversas organizações e elementos de todos os quadrantes políticos.

No dia 13 de Outubro, dia da sua execução, várias manifestações tiveram lugar nesta cidade, à semelhança do que aconteceu em algumas cidades europeias. Algumas associações operárias reclamaram o corte de relações com a Monarquia vizinha. A febre das manifestações contra a Monarquia espanhola e o ódio a Maura resultaram em episódios como a perseguição a clérigos espanhóis nas ruas do Porto.

Este episódio teve o seu clímax quando milhares de portugueses acorreram ao comício de protesto organizado pelo Comité Pró-Humanidade. A travessa do Campo 24 de Agosto encheu-se de milhares de manifestantes, vigiados por um grande aparato de polícias e soldados. Discursaram elementos de todos os quadrantes políticos, como Pereira Osório, Serafim Lucena e Vasco Moreira, do Congresso Nacional Operário do Norte. Registaram-se discursos inflamados, como foi o caso do presidente da FGT, Sousa Salgado: “preponderar o jesuitismo, há-de exercer-se sempre uma deplorável pressão moral que só as balas serão capazes de redimir, sendo por isso necessário abandonar a Igreja e fazer guerra de extermínio aos jesuítas”²⁸⁸. O clima de tensão vivido durante estas demonstrações rapidamente se materializou em violência. Deram-se confrontos com a polícia quando esta tentava proteger o consulado de Espanha do cerco popular.

*No momento pois em que em os manifestantes iam perto daquele edifício, surgiram-lhe pela frente os polícias, enquanto pela retaguarda outros apareciam também. Os primeiros desembainhando o sabre repeliram os populares, que vieram encontrar-se com as restantes forças. O inspector, snr. Salgado, actualmente exercendo as funções de comissário geral, rompia também no local e não punha mais calma no episódio. Antes o acirrou, com ordens de repressão brutal transmitidas aos subordinados, sistematicamente dispostos à violência. As pranchadas sucediam-se e, em furiosas correrias, buscavam os agentes com quem cevar as iras*²⁸⁹.

Inspirados neste acontecimento, tanto o Congresso Operário, como os republicanos, lançaram bases para a construção de escolas baseadas na *Escola Moderna*. Estes últimos concretizaram o seu projecto na freguesia de Paranhos ao fundarem uma escola com o nome de Francesc Ferrer, bem como uma associação de socorros mútuos. Articularam-se também em

²⁸⁸ *A Pátria*, 19 de Outubro de 1909.

²⁸⁹ *A Pátria*, 19 de Outubro de 1909.

várias iniciativas junto das mais diversas entidades. Entre elas contou-se a proposta à Câmara Municipal do Porto para que uma das ruas desta cidade se passasse a chamar Francesc Ferrer. Outra destas propostas teve como alvo o sector associativo: tentaram junto da FGT, da Comissão Executiva do Congresso Operário e da Federação Anarquista, que fossem decretadas 24 horas de greve geral, com a paralisação de todos os serviços e indústrias²⁹⁰. Todavia, estas iniciativas não tiveram qualquer tipo de eco por parte dos seus interlocutores.

Nesta altura também ficou demonstrada a alienação da União dos Empregados do Comércio relativamente ao movimento operário, com a sua expulsão do Congresso Nacional Operário. Estes foram acusados de serem uma “corporação de fanáticos da seita de Loyola²⁹¹”. De facto, estes não se solidarizaram com este movimento por considerarem que estava ligado a uma doutrina política com a qual não simpatizavam.

Em 1910, o país regressou às urnas para as eleições municipais. A coexistência política portuguesa entre socialistas e republicanos possuía características diferentes das do resto do país – veja-se o caso das eleições de 1899 – em que, contrariando as decisões do Conselho Central, os socialistas concorreram ao lado dos republicanos.

Estas eleições, apesar de terem sido consideradas inválidas pelo governo, foram repetidas em Fevereiro de 1900 e os republicanos voltaram a ganhar. Desta forma ficou lançado o mote para os socialistas do resto país²⁹², passando alguns a defender este tipo de alianças. Entre os apoiantes, contavam-se elementos como Azedo Gneco, que apoiado na tese de João Fernandes de Oliveira, acreditava que no caso português o socialismo necessitaria da República para atingir os seus objectivos²⁹³.

1º. Que este partido, sendo um agregado essencialmente doutrinário e sem pretensões à ocupação imediata do poder político e não um partido de eleições, a sua intervenção nos combates eleitorais é aproveitada principalmente como meio de cultivar a consciência do povo no conhecimento das suas doutrinas e aspirações e de criar a sua predominância na opinião pública. Portanto, o exercício do sufrágio pelos agremiados por nenhum princípio deve ser abandonado ou descurado aos adversários²⁹⁴.

²⁹⁰ *A Pátria*, 17 de Outubro de 1909.

²⁹¹ *A Voz do Povo*, 29 de Janeiro de 1910.

²⁹² MÓNICA, 1985: 87.

²⁹³ MÓNICA, 1985: 88.

²⁹⁴ *A Voz do Povo*, 14 de Agosto de 1910.

A resolução dos socialistas em concorrerem sozinhos às eleições municipais fez com que alguns jornais tentassem, junto da opinião pública, criar a ideia que estes preferiam a Monarquia à República, alcunhando-os de “socialistas da polícia”:

Ora saiba “O Porto” que assim não é. Os socialistas não ignoram que o sistema monárquico representativo significa uma invenção dos paladinos das velhas monarquias absolutas, adoptada com o fim de se conservarem os antigos privilégios transigindo com as exigências do espírito democrático moderno. [...] De modo que, de princípio e de facto, os partidos socialistas são essencialmente republicanos. Nenhum programa socialista consagra nem pode consagrar o princípio da presidência ou de qualquer outro poder público sobre a base da hereditariedade, independentemente da livre escolha de todos os interessados da nação, que são todos os indivíduos. Sob o problema económico que é o que mais profundamente os socialistas cultivam, a simples república política não satisfaz o operariado, principalmente quando sucede que essa república, relativamente a Portugal, o operariado não sabe o que ela será, pois que nem os poderes superiores do respectivo partido o disseram ainda por meio de um programa ou deliberações dos seus congressos. [...] Em círculos onde o partido socialista não apresenta lista própria, os votos deste partido são dados, como foram em tempos, aos candidatos republicanos. E se se apresenta lista pelo Porto é porque esse facto não põe em risco a vitória, que é improvável dos republicanos, aliás nele votaria, independentemente, não dando em nenhum caso o voto a candidatos monárquicos²⁹⁵.

Um ano antes das eleições municipais, os republicanos já lançavam campanhas de recenseamento político. Estavam mais focados na via eleitoral e gozavam de influência em alguns sectores socialistas. Aproveitando as clivagens no seio destes, garantiram o apoio do Centro Socialista Paz e Liberdade, presidido por João Brito de Feio. Este centro foi contra os candidatos apresentados pela lista do PSP, considerando uma desonra a forma como estes queriam concorrer às eleições, dadas todas as “falcatruas que esses homens das listas têm feito”, apelando ao voto republicano²⁹⁶. As dissidências e as confrontações ideológicas e pessoais durante as eleições chegaram mesmo a episódios de agressões físicas na reunião magna do PSP na CPP. Assim, a comissão organizadora do Partido Socialista Reformista recomendou, nas eleições municipais de 1910, o apoio às candidaturas republicanas, já que estes “aceitam

²⁹⁵ *A Voz do Povo*, 28 de Agosto de 1910.

²⁹⁶ *A Pátria*, 26 de Agosto, 1910.

unicamente a forma republicana, embora não acompanhem o republicanismo histórico e tradicional na sua vertente económica²⁹⁷.

A lista republicana apresentou-se nestas eleições com nomes importantes como: Guerra Junqueiro, Cerqueira Coimbra, Magalhães Lemos, Alves da Veiga e José Falcão pelo círculo oriental. Pelo círculo ocidental, Augusto Pimenta, Antão de Carvalho, Eusébio Leão e Pereira Osório²⁹⁸. A propaganda republicana desdobrou-se numa forte campanha eleitoral com grande eco nos seus periódicos. Assegurou-se ainda por passar a mensagem de que todos teriam direito a voto sem pressões exteriores, com visitas a locais como a Companhia de Gás do Porto: “Efectivamente há poderosas empresas, grandes companhias portuenses que forcem o seu pessoal salariado – e até o contratado a votar em listas eleitorais que elas protegem”²⁹⁹.

Os resultados da votação republicana foram arrebatadores. Estes tiveram mais 1958 votos do que o partido governamental e mais 2801 do que o bloco monárquico. Todavia, o sistema eleitoral prevaleceu. A manobra legislativa levada a cabo por Hintze Ribeiro em 1903 fez com que o voto rural imperasse sobre o voto urbano:

Eu lembrei que o Porto republicano não possui um deputado porque a votação da cidade é esmagada pelos concelhos rurais, que é duas vezes maior e nunca correspondente à verdade, pois não tem por base a liberdade do voto, mas a fraude eleitoral, ou a pressão sobre os eleitores, que em muitos casos se rendem pela fome³⁰⁰.

Os socialistas também concorreram a estas eleições com nomes bastante fortes da sua estrutura. Pelo círculo oriental constavam: Azedo Gneco, José d’Oliveira Rodrigues, Luís Soares, Manuel José da Silva e Inácio de Sousa. Pelo círculo ocidental: Ladislau Batalha, José Alberto Ferraz, Macedo d’Andrade, Maravilhas Pereira e António Augusto da Silva³⁰¹. Ambos tiveram diversas sortes nos seus resultados eleitorais. Os socialistas tiveram uns escassos 195 votos: “olhamos indiferentes para este desencadear louco de paixões e vamos continuando na brecha dizendo aos nossos camaradas que querem emancipar-se do predomínio burguês”³⁰². Contudo, o que era uma campanha com o propósito de alertar a consciência do operariado portuense, depois destas eleições transformou-se numa missão de compromisso para com o mundo eleitoral. De facto, o primeiro sucesso eleitoral socialista só se viria a registar no período

²⁹⁷ *A Pátria*, 24 de Agosto de 1910.

²⁹⁸ *A Pátria*, 13 de Agosto de 1910.

²⁹⁹ *A Pátria*, 11 de Agosto de 1910.

³⁰⁰ *A Pátria*, 31 de Agosto de 1910.

³⁰¹ *A Pátria*, 31 de Agosto de 1910.

³⁰² *A Voz do Povo*, 8 de Setembro de 1910.

da República, com a eleição de Manuel José da Silva para a Assembleia Constituinte, em 1911³⁰³.

Pode dizer-se pois, com segura garantia, que passaram de duzentos votos os indivíduos que perante a urna se afirmaram socialistas. Pena é que muitos dos nossos amigos se não encontrem inscritos nos cadernos do recenseamento, mal que urge remediar logo que ser possa. Precisamos de cuidar a sério do recenseamento de todos os socialistas agremiados, porque a indiferença em que se há permanecido não pode nem deve perpetuar-se. [...] Ao exército do trabalho abrem-se novos horizontes golfando magistosos clarões avermelhados de uma luz redentora e carinhosa. As ferramentas levantam-se na madrugada desta nova era de emancipação e entoam ensembles os ritmos da liberdade e da revolução socialista³⁰⁴.

A perspectiva da instauração da República alimentou as mais diversas teorizações. Muitos acreditavam que esta iria ser mais uma repetição dos problemas da República francesa: “regime de tão apregoadas virtudes, a França moralista e republicana, que num dado momento em que os operários se revoltam contra a exploração capitalista, coloca ao lado desta os seus gendarmes e couraceiros, prontos a defenderem o explorador e a fuzilar os explorados”³⁰⁵. Para outros, a mudança de regime não representava uma prioridade, dando o caso da Monarquia inglesa: “não pensando na república burguesa, caminha fortemente unido para as suas reivindicações, conseguindo vantagens inacreditáveis para a sua situação.”

A tese da socialista Angelina Vidal era bem o reflexo disso: “Porque não há-de em Portugal o Estado interferir na questão do trabalho, questão social por excelência? Porque se não-de condenar as tentativas nesse sentido? [...] Proclame-se amanhã a República, e o bezerro de ouro continuará a devorar a seara do trabalho³⁰⁶.”

O semanário republicano português dirigido por Pádua Correia, fundado em Abril de 1910 com o nome de *Pão Nosso*, mostrava bem as intenções republicanas e os métodos a seguir para o derrube do regime: “A República não vem por seu pé. A República nunca vem, se nós republicanos a não trouxermos. Isto é: para termos a República é necessário que a façamos”³⁰⁷.

³⁰³ FREITAS, 2014: 59.

³⁰⁴ *A Voz do Povo*, 4 de Setembro 1910.

³⁰⁵ *O Construtor Civil*, 20 de Agosto de 1910.

³⁰⁶ *O Construtor Civil*, 11 de Setembro de 1909.

³⁰⁷ *Pão Nosso*, 19 de Abril 1910.

O assassinato de Miguel Bombarda, erradamente imputado a uma acção política, já que este havia sido perpetrado por um paciente seu, nas vésperas da implantação da República, constituiu mais um duro golpe no regime monárquico, desta vez sem ponto de retorno:

Após o covarde assassinato do ilustre homem de ciência Miguel Bombarda, estabeleceu-se no espirito público uma corrente de revolta, mais formidável e intensa do que até então se notava contra todos os elementos da monarquia e clericais, condenados de há muito pela grande maioria da nação que, numa aspiração constante procurava libertar-se desse enorme polvo monárquico-jesuítico cujos tentáculos a envolviam, estrangulando-a lentamente³⁰⁸.

Aquando da implantação da República, os comunistas libertários do Porto traçaram em perspectiva uma longa história na qual republicanos e anarquistas tinham sido as principais vítimas do mesmo tipo de repressão. Depositaram, assim, grande esperança nesta nova era, que como se registou nos anos seguintes, foi plena de frustração e revolta.

A liberdade de reunião foi-nos cortada a acção da nossa propaganda impedida a todo o transe, a nossa imprensa amordaçada...Na reparação que o novo regime há-de fazer às vítimas do Direito não devem esquecer-se os agravos que sofremos também. Não estamos fora da sociedade. Não somos os seus inimigos, como insinuava a jesuítica fraseologia dos corifeus da monarquia. Bem o sabeis vós, homens da República; bem sabeis de que sentimentos se animam os militantes libertários; não ignorais os princípios da justiça e de Amor que tanto dignificam o nosso apostolado. Honrai a vossa palavra, riscando para sempre dos vossos códigos a infâmia feita lei, o crime base da justiça...

Os comunistas libertários do Porto. 1910³⁰⁹

³⁰⁸ *O Construtor Civil*, 15 de Outubro de 1910.

³⁰⁹ *A Aurora*, 13 de Outubro de 1910.

Considerações finais

A trajetória do movimento operário portuense no final da Monarquia foi influenciada por um grande número de equações externas e internas. Os dois anos que o presente estudo englobou foram o resultado da volatilidade política que caracterizaram os últimos reinados. As políticas de desenvolvimento fontistas, a crise económica da década de 70 e a pauta proteccionista de 1892, debilitaram em toda a linha as condições de vida do operariado portuense. O surto migratório verificado desde o século XIX, os problemas de abastecimento alimentar da cidade, as alterações nas formas de produção registadas em alguns sectores tornaram o quotidiano laboral do operariado nesta cidade profundamente atribulado. As associações mutualistas e as caixas de socorros não conseguiram fazer frente a este problema.

Perante este contexto, as colectividades operárias viram-se mergulhadas num vasto conjunto de problemas. As suas principais reivindicações passaram pela revisão das políticas proteccionistas e a necessidade de revisão da regulamentação laboral. O elevado número de mão-de-obra que acorreu a esta cidade era visto como uma ameaça à estabilidade laboral, com influência nos salários e nas modalidades de trabalho. Muitas associações de classe pretenderam desempenhar o elo de ligação entre o Estado e o mundo do trabalho. Reclamaram mais autonomia na regulamentação da profissão como foi o caso das associações ligadas à construção civil. Algumas soluções avançadas pela intervenção estatal no final do século XIX granjearam elogios das colectividades operárias, como foi o caso do Tribunal dos Árbitros Avindores

A questão da *aristocracia do trabalho* que ao longo dos anos tem vindo a alimentar grandes debates teóricos, no Porto pareceu não desempenhar relevo. A vida de muitas associações estava afectada por problemas económicos e disputas internas, não havendo um rumo unívoco no movimento associativo. Contudo, neste contexto podemos destacar a organização de algumas classes. Destacaram-se as ligadas à construção civil por diversos factores. Em primeiro lugar por o período em estudo ter sido uma fase de investimento nas obras públicas, uma larga franja de trabalhadores foi aqui empregada, a qual, pelo tipo de trabalho que desempenhava, conseguiu manter o seu modo de produção. As reclamações feitas na *Inquirição* apontavam para a criação de uma espécie de *closed shops*.

Em segundo lugar, como tivemos oportunidade de afirmar durante o presente trabalho, o seu semanário, *O Construtor Civil*, foi o mais empenhado em estabelecer consensos dentro da FGT. Raramente se verificaram casos de discussões entre as classes ou no seio destas. O mesmo não se passou em classes importantes como a dos tabaqueiros. Durante estes dois anos, as

alterações internas deixaram esta classe profundamente dividida e mergulhada em problemas internos.

A definição federativa ganhou substância nestes factores. As políticas socialistas tiveram algum eco na governação. O Congresso Nacional Operário trouxe a ilusão da reunificação definitiva de um partido e uma maior participação na vida política. A realização da *Inquirição* teve um êxito retumbante nas hostes socialistas. Outros projectos como o Instituto Nacional do Trabalho e a construção de casas económicas estavam na calha.

A materialização da via eleitoral dos socialistas nesta cidade nunca foi cimentada neste período. O projecto eleitoral nunca passou da teorização. As suas campanhas foram sempre centradas na concepção que apenas serviam para consciencializar o operariado para a via socialista. Todavia, a enumeração de outras razões parece-nos fundamental: a lei eleitoral vigente, a falta de coesão interna do partido, o poder de angariação de votos da máquina propagandista republicana, e o analfabetismo do operariado, todos estes factores contribuíram para o insucesso. No primeiro ano da República, nas eleições para a Assembleia Constituinte em 1911, Manuel José da Silva, seria o primeiro deputado socialista eleito em Portugal. Como afirmou Donald Sassoon:

*Claramente, uma determinante da força eleitoral, mais importante do que o nível de industrialização, foi a introdução do sufrágio universal masculino ou a concorrência de partidos que podiam, concebivelmente, promover algumas das reivindicações da classe trabalhadora (e.g. os liberais britânicos). Isto sugere que os factores-chave no desenvolvimento dos partidos socialistas foram políticos e não sociais ou económicos*³¹⁰.

A acção dos socialistas não pode ser restringida apenas às suas lutas intestinas. A organização portuense demonstra-nos a efectividade de algumas realizações cristalizadas pela acção deste partido. Destaca-se o caso da Casa do Povo Portuense que teve um papel fundamental a todos os níveis na manutenção de vida do operariado portuense.

A realização do Congresso Nacional Operário também marcou o fim da relativa unidade política portuense. A crise política que resultou deste episódio marcou a organização federativa desta cidade. O projecto reformista não convenceu alguns sectores do associativismo portuense. Temas como a realização de greves eram vistos com muita cautela pelos seus membros. Contudo, seria um erro imputar este malogro apenas à dimensão ideológica. Muitas questões pessoais também interferiram neste processo.

³¹⁰ SASSOON, 2001: 36.

O surgimento da UGT nesta cidade foi alimentado pelas associações dissidentes do congresso, bem como por divisões dentro das próprias associações. O apoio a qualquer tipo de *acção directa* constituiu um factor aliciante para algumas associações. Apesar do aumento da actividade grevista, não conseguimos apurar a real influência desta organização. Os últimos dois anos da Monarquia foram marcados por greves em quase todos os sectores de actividade, com especial incidência no sector dos têxteis. A sua principal causa foram os salários e o horário de trabalho. A solidariedade verbalizada nos periódicos da sua influência era uma realidade. Todavia, o apoio material prestado parece-nos ter estado dependente da iniciativa individual de cada associação.

A UGT ganha ainda maior substância num contexto pré-revolucionário. Se o Centro de Estudos Sociais desempenhou um papel fundamental na consolidação dos ideais libertários nesta cidade, os meios republicanos serviram de veículo, como foi o caso da UGT e de periódicos como *A Pátria*. Como afirmou Manuel Joaquim de Sousa, o entusiasmo republicano na destruição da Monarquia, cativou os elementos mais radicais do operariado. O assalto dos sindicalistas às associações de classe foi respaldado pela criação de vários periódicos, como foi o caso da associação dos tabaqueiros, com a *A Defesa Operária*. O abandono da ala socialista desta associação histórica liderada por Inácio de Sousa foi bem reflexo disso. Também podemos sustentar o que já foi avançado em trabalhos anteriores. A narrativa entre a acção directa e a via negocial muitas vezes não era realidade. No caso dos tabacos, apesar de a nova direcção ser sindicalista revolucionária nunca abandonou a via negocial com a Companhia dos Tabacos.

Neste período, os republicanos foram capazes de unir consensos entre as mais diversas forças políticas. A capacidade de mediatização, mobilização e organização das suas contestações eram ímpares. Um bom exemplo disso pode ser patenteado na fundação do Comité Pró-Humanidade aquando da condenação à morte de Ferrer, que conseguiu reunir todos os quadrantes ideológicos desta cidade. Assim, apesar das dissenções políticas, todos os periódicos estudados, das mais diversas vertentes, manifestaram o seu entusiasmo perante a implantação da República. Este sentimento rapidamente se dissiparia nos primeiros anos do novo regime.

Apesar de este estudo ter tentado abarcar o máximo de conceitos possíveis relativos ao movimento operário, muitas questões subsistem em aberto ou por reforçar. O estudo de políticas laborais, incrementadas nos finais do século XIX, como o Tribunal dos Árbitros Avindores, em muito viria contribuir para o estudo das relações laborais entre operários e patrões.

No que diz respeito ao desempenho e actuação do Partido Socialista Português nesta cidade, muito permanece por esclarecer. Se alguns estudos como, o de Maria João Castro, já abordaram a difusão das ideias socialistas na cidade do Porto na segunda parte do século XIX, alguns aspectos posteriores a esse período permanecem por aprofundar. Terá a influência

política dos socialistas nesta cidade sido ampliada no período subsequente ao malogrado golpe republicano de 1891? Sabemos que a Junta Federal do Norte a partir de 1901 ficou responsável pela tutela do partido com a transferência do Conselho Central para esta cidade. O percurso federativo registado no Porto desde os finais do século XIX também seria uma mais-valia para a compreensão da organização operária desta cidade.

Quanto a organizações como a UGT, é sabida a importância que desempenhou neste período, contudo alguns problemas poderiam estar mais detalhados. Como explicar a ligação das associações de classe sindicalistas da cidade do Porto às associações das regiões piscatórias do noroeste português?

A influência do Centro de Estudos Sociais no pensamento operário portuense foi uma realidade. À semelhança do que aconteceu com o estudo da CPP, esta organização também deveria merecer um estudo próprio.

Por último, o estudo do movimento operário nesta fase tem de lidar com a diversidade de concepções que caracterizam cada associação de classe. O papel de algumas associações de classe, como as ligadas à construção civil ou aos tabaqueiros sobressaiu durante este trabalho. Justificava-se assim uma maior atenção e desenvolvimento da acção destas associações.

Fontes e Bibliografia

Fontes

Fontes Hemerográficas:

Aurora, Porto, 1910.

Barbeiro do Norte, Porto, 1909-1910.

O Construtor Civil, Porto, 1909-1910.

A Defesa Operária, Porto, 1909.

Nova Luta, Porto, 1909-1910.

Pão Nosso, Porto, 1910.

A Pátria, Porto, 1909-1910.

O Sapateiro, Porto, 1909 – 1910.

A Vida, Porto, 1909-1910.

A Voz do Povo, Porto, 1907-1910.

A Voz Pública, Porto, 1909.

A Voz do Proletário, Porto, 1909-1910.

Fontes Impressas:

BASTO, Domingos, 1917 — *Almanaque Socialista para 1917*. Porto: Redactorial Operária.

PACHECO, Correia, 1910 — *Congresso Municipalista do Porto*. Teses. Porto: Tipografia a Vapor da Empresa Guedes.

POINSARD, Léon, 1912 — *Portugal Ignorado: estudo social, económico e político, seguido de um apêndice relativo aos últimos acontecimentos*: Porto, Magalhães e Moniz Lda.

VILARINHO DE S. ROMÃO, Visconde de 1910 — *Relatório dos Serviços da 1ª Circunscrição dos Serviços Técnicos de Indústria no Ano de 1909*. Lisboa: Imprensa Nacional.

SIMÕES, José de Oliveira, 1910 — “Inquirição pelas Associações de Classe sobre a situação do Operariado”. *Boletim do Trabalho Industrial*. Lisboa: Imprensa Nacional.

Fontes Fotográficas:

Arquivo da Cooperativa da Casa do Povo Português

Bibliografia:

ALVES, Jorge Fernandes, 1998 — “A indústria de refinação de açúcar no Porto: um percurso amargo e doce” in *A Indústria do Porto em Perspectiva Histórica*. p. 395-405.

ALVES, Jorge Fernandes, 1993 — *Os Brasileiros: emigração e retorno no Porto Oitocentista*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. (Tese de Doutoramento).

ANDREASSI CIEREI, Alejandro, 1997 — *La conflictividad laboral en Cataluña: sus causas*. *História Social*, nº29. p. 21-43.

CABRAL, Manuel Villaverde, 1979 — *Portugal na Alvorada do Século XX: forças sociais, poder político e crescimento económico de 1890-1914*. Lisboa: A Regra do Jogo.

CABRAL, Manuel Villaverde, 1977 — *O operariado nas vésperas da República: 1909-1910 seguido de extractos da inquirição pelas associações de classe à situação do operariado*. Lisboa: Editorial Presença.

CASTRO, Armando de, 1979 — *A Economia Portuguesa do Século XX*. Lisboa: Edições 70.

CASTRO, Maria João, 1999 — *O Operário (1879-1882) e o movimento socialista no Porto*. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. (Dissertação de Mestrado)

CORDEIRO – José Manuel Lopes, 2006 — *A Indústria Portuguesa no século XIX*. Braga. Universidade do Minho. (Tese de Doutoramento)

DROZ, Jacques (dir.), 1977-1979 — *História Geral do Socialismo*. Vol. VI e VII. Lisboa: Livros Horizonte.

FONSECA, Carlos da, s.d. — “Greves e agitações operárias” in *História do Movimento Operário e das Ideias Socialistas*. Vol.4. Mem Martins: Europa-América.

FONSECA, Carlos da, 1990 — *O 1º de Maio em Portugal: Crónica de um século*. Lisboa: Antígona.

FREIRE, João, 1992 — *Anarquistas e Operários: ideologia, ofícios e práticas sociais: o operariado em Portugal, 1900-1940*. Porto: Edições Afrontamento.

FREITAS, João, 2014 — *A Casa do Povo Português (1900-1914)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. (Tese de Mestrado)

GONÇALVES, Eliseu — “As errâncias do Carré Mulhousien: Novas práticas do desenho da casa operária no Porto” in PEREIRA, Joana Dias; MONTEIRO, Bruno — “De Pé sobre a Terra: estudos sobre a indústria, o trabalho e o movimento operário”. p. 91-114.

HOBBSAWM, Eric, 2005 — *Mundos do Trabalho: novos estudos sobre a história operária*. 4ª ed. São Paulo: Paz e Terra.

HOBBSAWM, Eric, 1990 — *A Era dos Impérios 1875-1914*. Lisboa: Editorial Presença.

JUSTINO, David, 1986 — *A Formação do Espaço Económico Nacional, Portugal 1810-1913*. Lisboa: Vega.

MAIA, José João, 2000 — “Transição epidemiológica, infra-estruturas urbanas e desenvolvimento: a cidade do Porto”. *Análise Social*, vol. XXXV (156). Lisboa: ICS, p. 583-604.

MARQUES, A. H. de Oliveira (coord.), 1991 — “Da Monarquia para a República” in SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira — *Nova História de Portugal*. Lisboa: Presença.

MÓNICA, Maria Filomena, 1985 — *O Movimento Socialista em Portugal (1879-1934)*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

MÓNICA, Maria Filomena, 1979 — “Uma aristocracia operária: Os chapeleiros (1870-1914)”. *Análise Social*. Vol.XV (60). p. 859-945.

NOGUEIRA, César, 1964 — *Notas Para a História do Socialismo em Portugal*. 2 vol. Lisboa: Portugália Editora.

PALACIOS CEREZALES, Diego, 2008 — *Estado, Régimen y Orden Público en el Portugal Contemporáneo*, Madrid: UCM. (Tese de Doutoramento).

PEREIRA, Augusto de Castro, 2010 — *O Operariado no Noroeste Português (1834-1934)*. Guimarães e Viana do Castelo. Porto: FLUP. (Tese de Doutoramento).

PEREIRA, David, 2010 — “A Sociedade” in ROSAS, Fernando; ROLLO, Maria Fernanda (coord.) — *História da Primeira República Portuguesa*. Lisboa: Tinta da China.

PEREIRA, David Oliveira Ricardo, 2012 — *As Políticas Sociais em Portugal (1910-1926)*: Lisboa, UNL. (Tese de Doutoramento em História Económica e Social Contemporânea).

PEREIRA, Gaspar Martins, 1995 — *Famílias portuguesas na viragem do século (1880-1910)*. Porto: Edições Afrontamento.

PEREIRA, Gaspar Martins, 2000 — *Da Liga Patriótica do Norte ao 31 de Janeiro: um ponto de viragem na história política portuguesa*. Revista da Faculdade de Letras. História, Porto, III Série, Vol. I. pp. 113 – 125.

PEREIRA, Gaspar Martins, CASTRO, Maria João, 1999 — “Do Corporativismo ao Anarco-Sindicalismo. Sobre o movimento operário no Porto na segunda metade do século XIX”. *Carlos Alberto Ferreira de Almeida: in memoriam*, vol.II, p.203-212.

PEREIRA, Gaspar Martins; SERÉN, Maria do Carmo, 1995 — “O Porto Oitocentista” in RAMOS, Luis A. de Oliveira — *História do Porto*. Porto: Porto Editora. p. 378-521.

PEREIRA, Joana Dias, 2008 — *Sindicalismo Revolucionário: a História de uma “idéa”* Lisboa: UNL. (Tese de Mestrado em História Contemporânea).

PEREIRA, Joana Dias, 2013 — *A produção de solidariedade operária: o caso de estudo da Península de Setúbal*. Lisboa: UNL. (Tese de Doutoramento em História Contemporânea).

PEREIRA, José Pacheco, 1981 — “A origem do movimento operário no Porto: as associações mutualistas (1850-1870)”. *Análise Social*, vol. XVII (65) Lisboa: ICS, p.135-151.

POLLARD, Sidney, 1963 — “Factory discipline in the Industrial Revolution”. *The Economic History Review*. New Series, Vol. 16, No. 2. Economic History Society. p. 254–271.

SAMARA, Maria Alice, 2010 — *As Repúblicas da República: história, cultura política e republicanismo*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (Tese de Doutoramento).

SANTOS, Maciel Morais, 1994 — “O Partido Socialista nos seus primeiros anos – duas eleições perdidas”. *Revista da Faculdade de Letras: História*. II série, Vol. XI. Porto: FLUP. p. 287-332.

SANTOS, Maciel Morais, 1993 — “A Federação Geral do Trabalho e a «acção directa»” (1907-1910). *Revista da Faculdade de Letras: História*. Porto: Série II, Vol. 10: Flup, p. 317-332.

SANTOS, Fernando Piteira, 1982 — “Na transição do «constitucionalismo monárquico» para o constitucionalismo republicano»: a crise do Partido Socialista e a Crise do Partido Republicano”. *Análise Social*, vol. XVIII (72-73-74). Lisboa: ICS, p.683-685.

SANTOS, Raúl Esteves dos, 1974 — *Os Tabacos: sua influência na vida da Nação*. Lisboa: Seara Nova.

SASSOON, Donald, 2001 — *Cem Anos de Socialismo*. 2.Vol. Lisboa: Círculo dos Leitores.

SERRA, João, 2010 — “O assalto ao poder” in ROSAS, Fernando; ROLLO, Maria Fernanda (coord.) — *História da Primeira República Portuguesa*. Lisboa: Tinta da China.

SILVA, José da, 1971 — *Memórias de um Operário*. V. N. Famalicão: Livraria Júlio Brandão.

SOUSA, Manuel Joaquim de, 1974 — *O Sindicalismo em Portugal*. 4ª ed. Porto Afrontamento.

SOUSA, Manuel Joaquim de, 1989 — *Últimos tempos de acção sindical livre e do anarquismo militante: 1925-1938*. Lisboa: Edições Antígona.

THOMPSON, Edward Palmer, 1991 — *The Making of the English Working Class*. London: Penguin Books.

VENTURA, António, 2000 — *Republicanos, anarquistas e socialistas. A convergência possível (1893-1910)*. Lisboa: Edições Cosmos.

VIANA, J. M Gonçalves, 1975 — *A evolução anarquista em Portugal*. Lisboa: Seara Nova.

ANEXOS

Anexo 1. Fotografia da União Cooperativa dos Chapeleiros³¹¹



³¹¹ Arquivo da Cooperativa da Casa do Povo Português – Fotografia de “A União”, Cooperativa dos Chapeleiros, c. 1910.

Anexo 2. Manuel José da Silva depois de ter sido eleito primeiro deputado socialista pelo Porto em 1911 ³¹²



³¹² Arquivo da Cooperativa da Casa do Povo Português – Manuel José da Silva depois de ter sido eleito primeiro deputado socialista pelo Porto em 1911.

Anexo 3. Excursão socialista³¹³



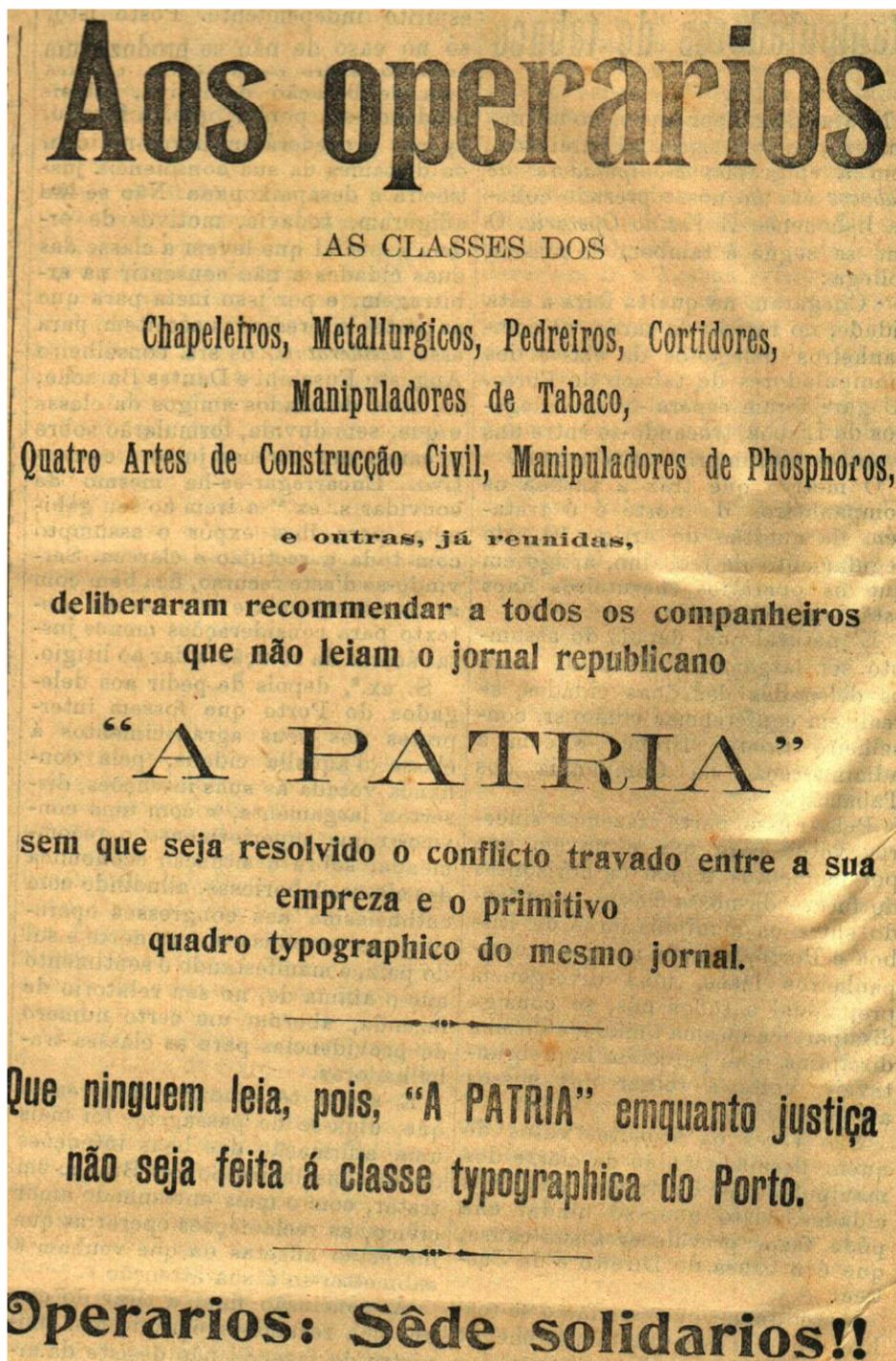
³¹³ Arquivo da Cooperativa da Casa do Povo Português – Excursão socialista, local desconhecido, c. 1910.

Anexo 4. Direcção e Conselho Fiscal da Associação de Classe União dos Manipuladores de Tabaco do Porto³¹⁴



³¹⁴ *A Voz do Proletário*, 1 de Maio de 1910.

Anexo 5. Solidariedade com os tipógrafos do jornal *A Pátria*³¹⁵



³¹⁵ *A Voz do Proletário*, 23 de Março de 1910.

Anexo 6. Excursão de socialistas portugueses³¹⁶



³¹⁶ Arquivo da Cooperativa da Casa do Povo Português – Excursão de socialistas portugueses. c.1910.

Anexo 7. Direcção da Associação de Classe dos Metúrgicos Portuenses³¹⁷



³¹⁷ Arquivo da Cooperativa da Casa do Povo Portuense – Direcção da Associação de Classe dos Metúrgicos Portuenses, c.1910.

Anexo 8. Fundadores da UGT³¹⁸

Associação de Classe	Direcção
Empregados de Comércio e Indústria	J. Alves Ferreira Alberto T. Lopes Ernesto Borges
Oficiais de Barbeiro e Cabeleireiro	Carlos F. de Azevedo Vilela de Macedo
União dos Cocheiros Portuenses	António J. Marques João Coelho
Empregados de Restaurantes, Cafés e Hotéis	Acácio Augusto Allipie Guedes
Marítimos de Viana do Castelo	Custódio José Dantas Francisco dos Santos A. M. Ramos
Pescadores de Valbom	Manuel de Oliveira José B. Junior
Marítimos de Leça	Joaquim A. de Almeida J. da Silva
Pescadores de Matosinhos	A. Moreira da Silva António Pimenta A. A. Vieira
União Fraternal dos Oficiais de Costureira e Alfaiate	Joaquim P. Leal Júnior Alfredo da Silva Amadeu C. da Silva
Oficiais de Barbeiro de Braga	Gil Augusto Gomes José Lopes da Fonseca
Operários Vassoureiros	José Leite António Dias
Funileiros e Artes Correlativas do Porto e Gaia	José António Joaquim Barros Raúl da Silva
Manipuladores de Pão	António D. Lopes M.J. Rodrigues
Operários Tintureiros	Joaquim da Fonseca Pires Álvaro de Carvalho
Correiros e Construtores de Carruagens	Vitorino R. de Miranda Albano de Campos
União dos Trabalhadores Fluviais de Porto e Gaia	Silvestre da Silva Forte

³¹⁸ *O Barbeiro do Norte*, 15 de Março de 1910.

	Silvestre Braz
Jornal <i>A Tribuna</i>	João Fernandes de Oliveira S. Duarte Guedes Malvar
Jornal <i>O Barbeiro do Norte</i>	M. Assunção Machado João P. da Silva Oliveira Joaquim Teixeira Ribeiro
Comissão Administrativa	Victorino Ribeiro de Miranda Ernesto Monteiro Borges Leal Junior Silvestre Braz Manoel da Silva

Anexo 9. Relação das Associações de Classe e o seu número de associados³¹⁹

Associações de Classe	Número de Associados
Associação de Classe de Pedreiros Portugueses	1.156
Associação de Classe dos Carpinteiros Portugueses	720
Associação de Classe de Metalúrgicos Portugueses	731
Associação de Classe União dos Oficiais de Funileiro e Artes Correlativas do Porto e Gaia	73
União dos Manipuladores de Fósforos do Porto	191
Associação de Classe dos Confeiteiros e Artes Correlativas do Porto	25
Associação de Classe dos Refinadores de Açúcar do Porto	115
Associação de Classe dos Operários Fiandeiros do Porto	165
Associação de Classe dos Operários Tintureiros do Porto	84
Associação de Classe dos Operários de Lanifícios e Artes Correlativas do Porto	60
Associação de Classe dos Operários Textéis de ambos os sexos do Porto	83
Operários Tecelões Mecânicos do Porto	393
Associação dos Operários Tecelões de Fitas do Porto	37
Associação de Classe dos Oficiais e Costureiras de Alfaiate do Porto	71
Associação de Classe dos Chapelheiros do Porto	303
Associação de Classe dos Operários Fabricantes de Guarda-Sóis do Porto	48
Associação de Classe dos Operários Fabricantes de Calçado do Porto	196
Associação de Classe dos Operários Fabricantes de Calçados de Fancaria do Porto	103
Associação de Classe dos Operários Tamanqueiros Portugueses	91

³¹⁹ SIMÕES, 1910: VII-XI.

Associação de Classe da Indústria de Curtumes do Porto	198
Associação de Classe dos Correeiros, Construtores de Carruagens do Porto	63
Associação de Classe dos Estucadores Portuenses	317
Associação de Classe União dos Pintores Portuenses	153
Associação dos Mestres Construtores Civis do Porto	239
Associação de Classe dos Polidores de Móveis do Porto	S/R
Classe dos Marceneiros da Associação Industrial Portuguesa	104
Associação de Classe dos Estufadores do Porto	28
Liga das Artes Gráficas do Porto	250
Associação de Classe União Auxiliar dos Distribuidores de Jornais do Porto	46
Associação de Classe dos Litógrafos do Porto	50
Associação de Classe dos Oficiais Ourives de Prata e Artes Correlativas do Porto	181
Associação de Classe dos Oficiais dos Ourives do Porto	92
Associação de Classe dos Ourives do Porto	161
Associação de Classe União de Manipuladores de Tabaco do Porto	121
Associação de Classe dos Operários Portuenses das Indústrias Eléctricas do Porto	94
Associação de Classe dos Operários Fabricantes de Vassouras do Porto	24
Associação de Classe dos Oficiais de Barbeiro e Cabeleireiro do Porto	186
Associação de Classe dos Lojistas Barbeiros do Porto	134
Associação de Classe dos Lojistas, Barbeiros, e Cabeleireiros do Porto, Matosinhos e Gaia	45
União dos Cocheiros Portuenses	73
Associação de Classe União dos Trabalhadores de Porto e Gaia	337
Associação de Classe dos Corretores de Hotéis do Porto	48
Associação de Classe dos Empregados de Café, Restaurantes e Hotéis do Porto	100

União de Empregados do Comércio do Porto	1.035
--	-------